



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



**DO TERRITÓRIO, ÀS MINAS E UM HORIZONTE DE EXPLORAÇÃO:  
ANÁLISE DO “PROGRAMA UM TETO É TUDO” DESENVOLVIDO PELA  
POLÍTICA DE HABITAÇÃO NA CIDADE DE OURO PRETO- MG**

**ROSEMARY DE PAULA ALVES**

Mariana, MG

2021

**DO TERRITÓRIO, ÀS MINAS E UM HORIZONTE DE EXPLORAÇÃO:  
ANÁLISE DO “PROGRAMA UM TETO É TUDO” DESENVOLVIDO PELA  
POLÍTICA DE HABITAÇÃO NA CIDADE DE OURO PRETO- MG**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao curso de Serviço Social da  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como  
requisito parcial à obtenção do título de bacharel em  
Serviço Social.

Orientadora: Ma. Sheila Dias Almeida

Mariana, MG

2021

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A474d Alves, Rosemary De Paula .

Do território, às minas e um horizonte de exploração [manuscrito]: análise do "Programa Um Teto É Tudo" desenvolvido pela política de habitação na cidade de Ouro Preto-MG. / Rosemary De Paula Alves. - 2021.

98 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Ma. Sheila Dias Almeida.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Desenvolvimento habitacional - Ouro Preto (MG). 2. Habitação - Ouro Preto (MG). 3. Serviço social. I. Almeida, Sheila Dias. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.334.54

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário ICSA/UFOP-CRB6a1407



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Rosemary De Paula Alves

**DO Território, Às Minas e Um Horizonte De Exploração:**

**Análise Do “Programa Um Teto é Tudo” Desenvolvido Pela Política De Habitação Na Cidade De Ouro Preto- MG**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal  
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 23 de agosto de 2021

Membros da banca

Orientador(a) Me. Professora Sheila Dias Almeida - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dr<sup>a</sup> Adriana De Andrade Mesquita - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Me. Juliana Aparecida Cobuci Pereira - Universidade Federal de Juiz de Fora

Sheila Dias Almeida, 23 de setembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Sheila Dias Almeida, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/09/2021, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0224700** e o código CRC **DC57E5F9**.

Dedico esta monografia a minha mãe, pelo exemplo de coragem e luta em suas metas, nunca medindo esforços para minhas conquistas, e a memória de minha amada tia Eunice, que sempre contribuiu para o meu conhecimento e aprendizagem, participando de minha educação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido saúde, força e disposição para fazer a graduação e este trabalho final de conclusão de curso.

À Universidade Federal de Ouro Preto, pela oportunidade de estudar presencialmente e aos docentes do Serviço Social pelos ensinamentos compartilhados.

Gratidão às professoras orientadoras deste trabalho, Ma. Juliana Cobuci e Ma. Sheila Dias, por todos os conselhos, dedicação e ajuda em sua criação e finalização. Gratidão a professora Ma. Sheila, pelo apoio e paciência ao longo do meu projeto final, em meio a um período pandêmico, repleto de desafios. À banca examinadora, pelo empenho e carinho ao me avaliar, representada pelas queridas professoras Dra. Adriana Mesquita e novamente a Ma. Juliana Cobuci.

À equipe do Setor de Habitação da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, local onde estagiei, especialmente às supervisoras de campo, Marlene Bezerra e Nádia Murta, por todo aprendizado da prática profissional.

A minha família e amigos especiais que, com muito carinho e apoio, se esforçaram para que eu concluísse esta etapa de minha vida. Ao meu sobrinho Yuri pela ajuda em vários momentos.

À querida amiga, bibliotecária Judith Gomes, pela atenção e fornecimento de material para elaboração desta pesquisa.

À turma 16.2, pelo convívio diário, em especial a Lara Silva do Espírito Santo e Márcia Dias da Cunha Pinto pelo incentivo e grande ajuda na finalização deste trabalho.

Uma etapa foi vencida com um ciclo de muitos sentimentos: risadas, tensões, frustrações e conquistas. Agradeço de coração a todos que partilharam deste momento de minha vida. Um beijo a todos.

## **VELHA CASA**

*A velha casa na beira da estrada  
hoje sem cor, parede derrubada  
nada, sobrou do existir...  
Mas ali, em época passada  
vidas foram projetadas  
e suas passadas fizeram sorrir.*

*A velha casa, teve suas glórias  
que hoje faz parte da história  
que ninguém pode destruir...  
Ali, nasceu filhos e filhas  
projetou-se pela vida seguida  
e vivem lembranças por ai.*

*A velha casa na beira da estrada  
ainda protege vidas desgarradas  
que voam pelo seu existir...  
Uma vez e outra, vida cansada  
calada com poucas palavras  
em repouso, passa a noite ali.*

*A velha casa na beira da estrada  
hoje quieta sem burburinho  
guarda momentos em seu existir...  
A noite, te gela calada  
o sol te aquece o abandono  
só as estrelas, arriscam-lhe um sorrir.*

## **RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a política de habitação no município de Ouro Preto- MG, compreendendo a atuação profissional frente às demandas que se apresentam neste contexto. Para tanto, abordaremos sobre o processo de formação e ocupação urbana da cidade, seu desenvolvimento econômico e crescimento populacional. Além disso, discutiremos sobre as competências, atribuições, desafios e possibilidades apresentadas para o Assistente Social, considerando a política de habitação em um país com herança escravocrata e inserido no modo de produção capitalista. A metodologia aplicada neste trabalho fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, executada a partir da consulta de livros, teses, dissertações, artigos, jornais, documentos e legislações. Compreendendo a política habitacional nesta cidade, dentro do Programa “Um Teto é Tudo”, buscou-se uma breve reflexão e análise sobre o auxílio moradia que é oferecido a centenas de famílias do município desde o ano de 2006 até os dias atuais, mostrando a necessidade de um urgente aprimoramento no mesmo, visando a diminuição do aluguel social, pensando na execução e distribuição de casas próprias.

Palavras-Chave: Ouro Preto. Habitação. Serviço Social.

## **ABSTRACT**

The present course conclusion work aims to analyze the housing policy in the municipality of Ouro Preto- MG, understanding professional performance in the face of the demands that are presented in this context. To this end, we will address the process of formation and urban occupation of the city, its economic development and population growth. In addition, we will discuss the competencies, attributions, challenges and possibilities presented to the Social Worker, considering housing policy in a country with slave heritage and inserted in the capitalist mode of production. The methodology applied in this work is based on a bibliographic research, of qualitative nature, executed from the consultation of books, theses, dissertations, articles, newspapers, documents and legislations. Understanding the housing policy in this city, within the Program & quot;A Roof is Everything&quot;, we sought a brief reflection and analysis on housing assistance that is offered to hundreds of families in the municipality from 2006 to the present day, showing the need for an urgent improvement in it, aiming at reducing social rent, thinking about the execution and distribution of own homes.

Keywords: Ouro Preto. Housing. Social Services.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	CHARGE: O AUXÍLIO MORADIA DOS JUÍZES .....	46
Figura 2	CHARGE: DE MIGUEL DE PAIVA.....	55
Figura 3	CHARGE: DESEMPREGO .....	62
Figura 4	CHARGE: MORADIA CIDADE NO BRASIL.....	66
Figura 5	CHARGE: SOBREVIVENDO A PANDEMIA.....	84

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABEPSS</b>	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.
<b>BNH</b>	Banco Nacional da Habitação.
<b>CADÚNICO</b>	Cadastro Único para Programas do Governo Federal.
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina.
<b>CFESS</b>	Conselho Federal de Serviço Social.
<b>CNIS</b>	Cadastro Nacional de Informações Sociais.
<b>COMPDEC</b>	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.
<b>COVID-19</b>	Doença por Corona vírus – 2019.
<b>CRESS</b>	Conselho Regional de Serviço Social.
<b>ENESSO</b>	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
<b>FJP</b>	Fundação João Pinheiro.
<b>FNHIS</b>	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.
<b>IAP</b>	Institutos de Aposentadoria e Pensão.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
<b>MTST</b>	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.
<b>NIS</b>	Número de Identificação Social.
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas.
<b>PAC</b>	Programa de Aceleração do Crescimento.
<b>PIDESC</b>	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
<b>PLHIS</b>	Plano Local de Habitação de Interesse Social.
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
<b>PMOP</b>	Prefeitura Municipal de Ouro Preto.
<b>PV</b>	Partido Verde.
<b>SFH</b>	Sistema Financeiro de Habitação.
<b>SMAC</b>	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
<b>UFOP</b>	Universidade Federal de Ouro Preto.
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
<b>ZPE-1</b>	Zona de Proteção Especial 1

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 A TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE DE VILA RICA EM OURO PRETO: MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS PARA ALÉM DO NOME</b> .....	17
1.1 De Vila Rica á Ouro Preto: Uma volta ao passado para compreender o presente.....	18
1.2 Intervenções do Estado na Cidade de Ouro Preto: Desafios para a organização e expansão territorial .....	34
1.3 A Formação da Sociedade Brasileira, processo de escravidão e capitalismo.....	40
1.4 A Complexa política habitacional no Brasil: Limites de um direito subordinado á propriedade privada .....	47
<b>2 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM OURO PRETO E A REDUÇÃO DO DIREITO A UM PROGRAMA</b> .....	55
2.1 Movimentos de resistências (MST e MTST) e a luta pelo direito á moradia.....	56
2.2 A ausência do Estado em garantir o direito á moradia .....	64
<b>3 DO LOTE AO LAR: A POPULAÇÃO BRASILEIRA E O SONHO DA CASA PRÓPRIA</b> .....	70
3.1 “Um Teto é Tudo”- Análise Crítica Sobre o Programa Habitacional da Cidade de Ouro Preto. 72	
3.2 Silenciamento e invisibilização: O benefício como “benesse” e a política que não emancipa as/os usuárias.....	79
3.3 Estágio e a observação participante: Análise do papel do assistente social na execução do “Programa Um Teto é Tudo”.....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	89
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94

## INTRODUÇÃO

“Se morar é um direito, ocupar é um dever”<sup>1</sup>

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exigência do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) para obtenção de título de bacharel em Serviço Social, pretende discutir sobre a Política de Habitação implementada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania, em Ouro Preto – MG, a fim de compreender os desafios encontrados pelo Serviço Social na execução desta política no município. Por este entendimento fiz a escolha do tema ‘habitação’ através da experiência que atualmente tenho vivenciado no campo de estágio, o setor de Habitação da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania.

No campo de estágio acompanho as atividades do Programa Auxílio Moradia, que é destinado ao pagamento do aluguel social e atualmente atende aproximadamente 140 famílias do município. Em tal espaço, tenho contato direto com os beneficiários que, na maioria das vezes durante os atendimentos, relatam sua indignação em não haver um programa que resolva definitivamente a questão da moradia em nossa cidade. Muitos beneficiários recebem o auxílio desde a sua criação, que tem como base legal a Lei Municipal nº264<sup>2</sup> de 13 de julho de 2006, que dispõe o projeto de apoio emergencial à moradia e dá outras providências, sendo que, atualmente existem famílias que há 15 anos recebem o benefício como única resposta a sua demanda em relação à moradia. O Programa Auxílio Moradia foi criado em 2006, na gestão do Prefeito Ângelo Oswaldo Araújo Santos, no mandato de 2005 a 2008, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Atualmente, foi eleito novamente pelo Partido Verde (PV), em novembro de 2020, onde ocupará o cargo pelo período de 2021 a 2024. No

---

<sup>1</sup> Esta frase é atribuída ao MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e configura-se como um dos pilares das reivindicações por moradia no Brasil. Este é um movimento social urbano, fundado oficialmente em 1997 como forma de organizar os trabalhadores moradores das periferias das cidades na luta pelo direito à moradia. Fonte: NASCIMENTO, Bárbara; Et al. “Se morar é um direito, ocupar é um dever”: MTST, o movimento que assina essa máxima: Para Uma Vida Digna. In: Núcleo Piratininga de Comunicação. **Vozes das Comunidades**. 2021. Disponível em: <https://nucleopiratininga.wixsite.com/vozesdascomunidades/post/se-morar-%C3%A9-um-direito-ocupar-%C3%A9-um-dever-mtst-o-movimento-que-assina-essa-m%C3%A1xima>. Acesso em: 28 jun. 2021.

<sup>2</sup> Lei Municipal N° 264: OURO PRETO - PREFEITURA MUNICIPAL. Lei nº 264, de 13 de Julho de 2006. Dispõe o projeto de apoio emergencial à moradia e dá outras providências. **Projeto de Lei:** autoria: prefeito municipal. Ouro Preto, 19 jul. 2006. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma\\_juridica/NJ\\_img\(5528\).pdf](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img(5528).pdf)>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

entanto, ressaltamos que antes disso, não existia nenhuma outra ação parecida como essa, que se destina exclusivamente à habitação.

Desta forma, a ausência de medidas que busquem dar a devida atenção no que se refere a questão relativa à moradia se coloca como ponto fundamental de reflexão neste trabalho de conclusão de curso.

A lei supracitada passou por algumas mudanças em sua elaboração, visando acompanhar as demandas atuais. Nesse sentido, o auxílio moradia passou a se basear também na Lei nº 1076<sup>3</sup> de 26 de dezembro de 2017, que alterou a redação da Lei nº 264, fazendo assim modificações em alguns de seus artigos e incisos necessárias para a continuidade do programa de auxílio à moradia.

Comecei a estagiar neste setor, durante o sexto período de graduação do curso de serviço social no ano de 2019, onde permaneço até os dias atuais. No momento em que desenvolvo este trabalho de conclusão de curso, recorro a trabalhos realizados enquanto estagiária do programa auxílio moradia, onde ao observar a dinâmica de sua execução junto aos beneficiários, pude perceber alguns atravessamentos que perpassam o trabalho profissional do assistente social, bem como da equipe que atua neste setor.

Para a elaboração desse TCC, realizei uma pesquisa qualitativa, onde me apropriei de levantamento bibliográfico, analisando sobretudo, documentos disponíveis sobre habitação e ainda, sobre a experiência profissional dos assistentes sociais e de toda equipe (multidisciplinar) que atuam neste setor, e que também foram responsáveis por me permitir acesso aos processos dos aluguéis dispensados aos beneficiários. Busquei também analisar a necessidade os critérios necessários para adquirir o benefício bem como, quais os desafios impostos aos profissionais que atuam na garantia desse direito.

Destacamos ainda que apesar de existirem muitas discussões e estudos sobre a habitação, ao realizar um primeiro levantamento preliminar no início deste trabalho em 2019, nas principais Revistas e periódicos do Serviço Social, como a Revista Serviço Social e Sociedade, a Revista Katálysis e a Revista Argumentum, não encontrei trabalhos relacionados à moradia no município de Ouro Preto no período de 2000 a 2019. Avançando um pouco mais nesta busca verifiquei também que existem poucos trabalhos acadêmicos que tratam da habitação na referida cidade. Dentre eles encontrei na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

---

<sup>3</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Lei nº 1076, de 26 de dezembro de 2017. Altera redação da lei nº264, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre o projeto de apoio emergencial a moradia e da outras providencias. **Projeto de Lei:** autoria: prefeito municipal. Ouro Preto, 27 dez. 2017. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma\\_juridica/NJ\\_img\(16714\).pdf](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img(16714).pdf)>. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade de São Paulo (USP) dois trabalhos cujos temas tratam da habitação em Ouro Preto: uma monografia intitulada “A questão habitacional no município de Ouro Preto/MG” (REIS, 2017), onde o estudo apresenta uma análise do contexto histórico da habitação no Brasil, e buscou destacar os entraves para a efetivação desse direito no município de Ouro Preto. Deparei também com uma dissertação de Mestrado intitulada “A Construção Social do Risco em Ouro Preto MG” (FERREIRA, 2014), que aborda as construções em áreas de risco na cidade.

Percebe-se então, que existem poucos estudos e problematizações sobre a questão da moradia em Ouro Preto, demonstrando a necessidade de reflexões como a proposta neste estudo. Afinal além de Ouro Preto se tratar de uma cidade Patrimônio Mundial da Humanidade, conhecida e admirada mundialmente, tem-se uma lacuna no que se refere a pesquisas sobre o tema em destaque. Diante do exposto, fica claro que é necessário aprofundar os estudos e reflexões relacionados a habitação, pois no que diz respeito ao Patrimônio existem vários estudos relacionados a preservação dentre outros.

A princípio, havíamos pensado em realizar uma pesquisa de cunho qualitativa, com a realização de entrevistas, a partir de questões semiestruturadas. Nosso objetivo, era ouvir os usuários dessa política, bem como os gestores dos programas e auxílios à moradia. No entanto, com o agravamento da pandemia mundial causada pelo COVID-19, tal ação não foi possível. Dessa forma, nos ativemos a dar continuidade ao desenvolvimento do meu projeto de intervenção no campo de estágio, cujo objetivo, era terminar a elaboração de um folder, contendo informações que facilitasse o acesso dos usuários ao programa aqui já mencionado. Este folder, de caráter educativo, foi projetado com uma escrita simples, com o intuito de amplo entendimento sobre: a atribuição do trabalho do/a assistente social no setor da habitação, contendo também informações atualizadas sobre o que é o programa, esclarecimentos sobre os deveres dos beneficiários, informações de quem tem direito ao programa auxílio moradia, lista dos documentos necessários para ter acesso ao referido programa e contatos do setor. Espera-se desta maneira que este estudo contribua para fomentar futuros trabalhos sobre a habitação em Ouro Preto- MG, que atualmente se estagnou no Programa Auxílio Moradia, mantendo centenas de famílias dependentes por tempo indeterminado no aluguel social. Os gestores deste município não colocam a habitação como prioridade em seus projetos políticos.

Os objetivos deste trabalho de conclusão de curso são: conhecer a política de habitação ofertada pela Secretaria municipal de desenvolvimento social, Habitação e cidadania; analisar o exercício profissional do assistente social no setor de habitação; identificar se o trabalho realizado pelo Programa “Um Teto é Tudo” consegue resolver o problema relacionado a falta

de moradia no município; analisar a dinâmica executada atualmente neste programa; destacar os desafios da atuação do assistente social no setor de habitação e identificar as possibilidades da atuação do assistente social no setor de habitação, considerando o compromisso do Serviço Social com os beneficiários.

Para elaboração deste trabalho, farei uma revisão bibliográfica, através da pesquisa qualitativa e descritiva, onde minha fonte de dados se dará em livros, teses, dissertações, legislações, documentos da Prefeitura e do Setor da Habitação deste município e anotações referentes ao meu processo de estágio. A metodologia será pesquisa documental e observação participante.

Cabe destacar que a observação participante, de acordo com Anguera (1985), “é uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade” (ANGUERA, 1985, p. 01). Assim sendo, o observador coloca-se como membro de um determinado grupo, alvo da observação, coletando informações a partir da inserção no mesmo.

Durante meu processo de estágio, a observação participante se deu durante o acompanhamento de todas as atividades realizadas pela supervisora de campo, ou seja, pela assistente social. Acompanhei integralmente os atendimentos aos beneficiários do Programa “Um Teto é Tudo”, visitas domiciliares, montagem e correção nos processos dos aluguéis, reuniões com a equipe do setor e reuniões externas que fossem necessárias para o bom funcionamento do programa em questão.

## 1 A TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE DE VILA RICA EM OURO PRETO: MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS PARA ALÉM DO NOME

Este primeiro capítulo tem por objetivo ilustrar a ocupação sócio histórica da antiga Cidade de Vila Rica, e que posteriormente viria a se transformar em “Ouro Preto”. Aqui realizei uma breve análise sobre as significativas transformações históricas, que levou uma “pequena” vila a transformar-se num dos municípios com um dos maiores PIB’s<sup>4</sup> (Produto Interno Bruto) do Estado de Minas Gerais. Utilizei de uma breve revisão bibliográfica sobre as transformações ocorridas desde a origem da cidade, com a expressiva exploração das minas de ouro, no seu auge até sua decadência, onde descrevo sobre o crescimento urbano até os dias atuais.

Para que possamos analisar o “Programa Um Teto é Tudo”, tema deste trabalho de conclusão de curso, é fundamental entender como se deu a origem desta cidade, que ao longo dos anos foi passando por importantes transformações em sua formação urbana. A historicidade apresentada neste capítulo contribui para entender sobre a questão da moradia nesta cidade, que é a proposta de estudo desta pesquisa.

Este capítulo foi distribuído em quatro tópicos. No primeiro deles, discutiremos sobre a ocupação e formação da cidade, onde através de sua história, compreenderemos o processo de crescimento da cidade, onde o ponto crucial foi a extração aurífera. No segundo tópico, entenderemos sobre a realidade urbana de Ouro Preto após a retomada do desenvolvimento econômico e populacional em meados do século XX. Neste contexto, observaremos que desde sua formação, mesmo com o passar dos tempos, a cidade cresceu desordenadamente e sem planejamento. A parte histórica localizada na área central, recebe atenção especial tendo em vista a manutenção do seu conjunto arquitetônico, enquanto a população mais carente continua habitando áreas periféricas. O terceiro tópico, aborda as condições do Brasil, que no modo de produção capitalista, apresenta-se como um país dependente aos países centrais, o que impacta negativamente nas condições de vida dos sujeitos. Nossa formação possui herança escravocrata, o que nos exclui e nos coloca nas mãos de uma elite discriminatória e com superexploração da força de trabalho. O Estado passa a intervir para dar uma resposta para a sociedade e ao mesmo

---

<sup>4</sup> Ouro Preto é um dos 853 municípios do estado de Minas Gerais. Com área de 1,24 mil km<sup>2</sup>, possui 74,3 mil de habitantes e PIB per Capita de R\$ 39,0 mil. Localizado na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, é o Nono município do estado em PIB. Fonte: Data viva. **Perfil Geral - Ouro Preto**. Disponível em: <http://dataviva.info/pt/location/4MG030503>. Acesso em: 9 ago. 2021.

tempo, para a manutenção do sistema. Isso atinge as políticas públicas que se tornam cada vez mais seletivas e focalizadas, prejudicando sua efetivação. Por fim, no quarto tópico, refletiremos sobre a moradia em nosso país, as políticas públicas e a importância do Serviço Social em meio a desafios colocados pelo modo capitalista de ser, que aumenta dia após dia as desigualdades sociais, impõe limites a atuação profissional e impede que nossos direitos sejam efetivados em sua plenitude.

### 1.1 DE VILA RICA Á OURO PRETO: UMA VOLTA AO PASSADO PARA COMPREENDER O PRESENTE

A ocupação do território que dá origem a cidade de Ouro Preto tem início no século XVII, a partir da atividade de homens que saíam a procura de ouro e pedras preciosas e que ficaram conhecidos como Bandeirantes.

É importante destacar que existem várias versões sobre a descoberta de ouro na região de Vila Rica e a ocupação do território que viria a ser Ouro Preto. Uma dessas versões, retratada por Góes (1936), indica que, por volta de 1691, nas margens do Córrego Tripuí, que banha o município de Ouro Preto, um bandeirante descobriu pequenas pedras pretas e brilhantes, cobertas por uma camada de óxido de ferro de onde veio o nome de ouro preto e que posteriormente este nome foi dado a cidade que se formou e chegou a ser a capital do Estado.

Outra versão, apontada por Bohrer (2011, p. 19), ressalta que “sobre os descobrimentos auríferos nos vales do Ouro Preto” se originou na versão dada por Bento Fernandes Furtado, filho do Coronel Salvador Fernandes Furtado, um dos primeiros paulistas que circularam pela região. O autor cita os escritores Pedro Tacques, Silva Pontes, Cláudio Manoel, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e, mais recentemente, Diogo de Vasconcelos, que reforçam a mesma versão sobre esses descobrimentos.

Bohrer (2011, p. 20) observa que não há consenso sobre quem de fato foi o responsável pelo descobrimento do ouro na região de Ouro Preto. O escritor traz exemplos disso, como Júnior (1957), negando a correlação das bandeiras de Antônio Dias e João de Faria Fialho, que apontou outros possíveis descobridores, como o aventureiro Manuel Garcia. Bohrer (2011), explica que para Júnior (1957), coube a Antônio Dias a descoberta de ouro somente no bairro que hoje leva seu nome e que a versão oficial, desde os tempos de Diogo de Vasconcelos, a

bandeira de Antônio Dias seria uma expedição em busca do Pico do Itacolomi, - este pico era um ponto de referência para os bandeirantes que chegavam nesta cidade.

O que se sabe é que em pouco tempo as montanhas da região se povoaram de muitos aventureiros de várias partes do reino e da Colônia. A paisagem tornava-se desorganizada, emaranhada de pessoas, casebres e lavras. Nesta época da descoberta aurífera, Ouro Preto comportava cerca de 30 mil pessoas.

A corrida pela procura do ouro saturou o volume populacional em Vila Rica. Este fato provocou a locomoção do centro de gravidade do país, do nordeste para o sul.

Bohrer (2011, p. 21) revela que nossas primeiras vilas foram formadas pelo governador Antônio de Albuquerque e no dia 08 de julho de 1711, foram criadas oficialmente, Vila Rica de Albuquerque e a Câmara Municipal. Nesta data, o governador reuniu na igreja de Nossa Senhora do Pilar, as principais pessoas do lugar para resolver sobre a criação da Vila. Havia dois arraiais que viviam com certa independência um do outro: cada um possuía sua igreja matriz e seu vigário. Eram os Arraiais do Ouro Preto e o Arraial do Antônio Dias. Com a fundação de Vila Rica de Albuquerque, ocorre a fusão das duas paróquias: de Ouro Preto que pertence a paróquia de Nossa Senhora do Pilar e do Antônio Dias que pertence a paróquia de Nossa Senhora da Conceição. As capelas foram construídas propositalmente nas proximidades dos córregos auríferos, o que resultou na evolução urbana deste núcleo. Em 1724, os templos do Pilar e Antônio Dias se tornaram paróquias. Posteriormente, Dom João V, faz a mudança do nome da cidade, retirando o “Albuquerque”, passando a Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar, em homenagem à Padroeira.

O crescimento urbano desta vila se deu ao interesse dos locais próximos de onde existia ouro a ser explorado. Isto aconteceu primeiramente nos morros e encostas que envolviam a cidade, que tinham muitos sarilhos e minas e também nas margens dos rios. As primeiras construções foram dando lugar a grandiosas igrejas, palácios e moradias.

Vasconcellos (1977), mostra então, que em 1728, devido à expansão da Vila, nesta região, a população passa a 80mil habitantes, destes, 12 mil escravizados. Neste contexto histórico, surgiram os ranchos de pau-a-pique cobertos de capim. A cidade foi estabelecendo-se nos arraiais, nas montanhas e vales. Foram surgindo as casas de pedra, sobrados de firme construção ligados entre si ou cercados de grandes muralhas espalhados pelos topos dos montes, juntos às encostas das montanhas.

Posteriormente, foram construídos os edifícios públicos, na área central da Vila. Atualmente, estes edifícios se encontram na Praça Tiradentes, Rua Conde de Bobadela; Rua Senador Rocha Lagoa; Praça Reinaldo Alves de Brito; Rua Cláudio Manoel; Rua São José; Rua

Getúlio Vargas, dentre outras. Estas construções eram de pedra de canga ou cantaria, com seus portais, soleiras de janelas e sacadas ou varandas também de cantaria.

De acordo com Vasconcellos (1977), a Praça Tiradentes, construída no centro de Vila Rica, levou alguns anos para a sua finalização, que se deu no ano de 1797. À sua esquerda, encontra-se a Rua Cláudio Manoel, também conhecida Rua do Ouvidor. Nesta rua, existia o primeiro pelourinho que era o local onde se realizavam eleições para escolher a governança, faziam comunicados e castigavam os escravizados. Na Praça Tiradentes foi erguido o segundo pelourinho da cidade e está situada sobre o morro de Santa Quitéria que separava então as freguesias de Ouro Preto e de Antônio Dias. Esta praça figura-se como a principal da cidade e nela foram edificadas prédios importantes para a história de Ouro Preto, como o Palácio dos Governadores, que hoje abriga o Museu de Mineralogia da Escola de Minas; o Museu da Inconfidência, que abrigou a Cadeia e a Câmara Municipal; a Casa da Baronesa, que hoje funciona o escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Vasconcellos (1977), aponta que a construção do Palácio do Governador foi um deles. Iniciou-se a construção na referida Praça em 1738. Foi erguido em forma de verdadeira fortaleza, seguindo ordens do rei, com altos paredões de alvenaria e guaritas de pedra em todo o seu entorno para vigia. Atrás deste prédio havia a Casa de Misericórdia, construída em 1762. Também na Praça Tiradentes, a Câmara de Vila Rica ergueu casas para seus despachos e construiu uma cadeia no lado contrário do Palácio. A cadeia foi feita de pau-a-pique e barro, com grades de ferro nas portas e janelas. Do lado da cadeia, existia uma capela que ficou conhecida como Santa Rita dos presos, pois estes em suas celas assistiam à missa.

Nas casas que serviriam de residência particular, eram erguidas enormes varandas, amplas sacadas ou balcões, com amplas janelas, algumas com vidraças, algumas de rótulas ou venezianas. Tinham as de fachadas simples, com largos beirais de telhados. As construções neste período eram no estilo colonial, apresentando os templos religiosos construção firme de alvenaria.

O processo de ocupação da cidade se deu em várias áreas. A formação aconteceu como já citado nos arraiais, principalmente no de Ouro Preto e de Antônio Dias. Neles, se encontravam seus maiores núcleos de população. Algumas áreas existem hoje preservando o mesmo nome desde sua origem.

As habitações urbanas eram construídas próximas aos locais onde haviam minas para se explorar o ouro. Geralmente eram erguidas de pau-a-pique e de pilão, essas construções foram levantadas em ladeiras íngremes ou em terrenos frágeis, típicos das ruas centrais de Ouro Preto no século XVIII.

Vasconcellos (1977), esclarece que a topografia<sup>5</sup> de Vila Rica possui terrenos com fortes aclives de um lado e de outro grandes declives. Isso dificulta o estabelecimento da população, já que terrenos planos são praticamente inexistentes. Basta olhar hoje a arquitetura da cidade, erguida sobre ladeiras em terrenos inclinados. Na parte central, belíssimos casarões pertencentes a elite, e nas encostas, construções sem estrutura e planejamento ocupadas pela classe pobre. Devido a essas condições, muitas construções possuem duplicidade nos pavimentos, para utilização dos vazios deixados entre o solo e o piso alto, o que servia para a instalação de lojas no térreo, quando não havia bom acesso aos porões nos terrenos de aclave, estes se tornavam obsoletos. Até a escolha do material utilizado precisava ser levada em consideração devido a estas condições. Estas dificuldades topográficas em Vila Rica proporcionavam vantagens de ordem higiênica, já que o escoamento das águas é fácil e rápido, sejam pluviais ou de demais serventias nestes terrenos inclinados.

Cabral (1969) discorre sobre o Arraial de Ouro Preto, que figura-se como dos mais antigos do Estado, construído em solo de minérios de ferro e possui obras de pedra lavrada. Abrange os bairros Passa Dez e Cabeças, que até o Caquende era conhecida por Monjaí. Estão localizados na entrada da cidade, e a parte elevada deste trecho, é o bairro Cabeças, que assim como antes continua sendo muito povoado. A área do Monjaí, hoje não é identificada na cartografia da cidade, mas sabe-se que este trecho na época de sua existência foi todo calçado por escravizados.

Continuando com Cabral (1969), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi erguida na parte baixa do Caquende. Foi preciso abrir uma rua para dar acesso ao templo já que não havia passagem para a Procissão do Triunfo Eucarístico, que foi um grande evento barroco realizado na cidade, em 1733, transferindo o Santíssimo Sacramento da Igreja do Rosário para a Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Esta rua hoje é conhecida por Rua São José e destaca-se por concentrar estabelecimentos comerciais e está localizada na área central da cidade.

A Ponte dos Contos foi construída em 1742, com pedras extraídas das Lajes, que hoje é um bairro característico por possuir várias repúblicas estudantis no seu trajeto e é ponto de acesso para a estrada que vai para a cidade de Mariana.

O teatro Vila Rica, conhecido como Casa da Ópera, foi edificado totalmente em pedras, no arraial do Pilar, na Rua Costa Sena, que era um local bastante povoado. Nesta rua havia também a Capelinha de Santa Quitéria, que posteriormente foi substituída pela edificação da

---

<sup>5</sup> Topografia: descrição ou delimitação exata e pormenorizada de um terreno, de uma região, com todos os seus acidentes geográficos; topologia. Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/topografia/>. Acesso em 22 de junho de 2021.

Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Neste trecho foi preciso abrir um caminho, que hoje é a Rua do Paraná, local onde existem grandes casas residenciais e vários pontos comerciais.

Outro edifício de destaque da cidade é atualmente a Escola Estadual Dom Pedro II, situado na Rua Senador Rocha Lagoa, também chamada Rua das Flores. Neste prédio anteriormente funcionou o Quartel dos Dragões, onde do lado de cima dos muros, o Governo do Estado, auxiliado do Governo da União, construiu outro prédio que não obedecia ao estilo colonial, que é o Grande Hotel de Ouro Preto.

O Arraial de Antônio Dias desenvolveu-se pelo Morro das Encardideiras, seguindo até a Barra em direção ao Vira-Saia. Estes espaços existem com a mesma nomenclatura atualmente. Este arraial possuía intensa população e foi neste local que se estabeleceu o primeiro Palácio dos Governadores.

Cabral (1957) relata que o arraial do Padre Faria se tratava de um pequeno vale habitado por nativos e mais forasteiros, subindo a Rua da Fumaça, hoje também denominada Rua Santa Rita, que termina na estrada do Taquaral. Este arraial tem a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos e em sua parte de trás existem ruínas da antiga casa do pároco. Em frente à Capela, há um grande morro que foi explorado pelos mineradores na época de grande procura do ouro e causou o soterramento de oito residências. Este soterramento chegou a ameaçar a estrutura da Capela. Este arraial cresceu rapidamente, possuía terrenos análogos e suas moradias eram completamente de pedras. Sempre populoso e movimentado, possuía ruas calçadas e chafarizes que tinham a função de abastecimento de água. Este bairro perdura nos dias atuais.

O Taquaral hoje é um bairro, que se desenvolveu em uma área considerada de risco aos moradores. Sobre a Rua da Fumaça, ainda hoje preserva algumas ruínas de casas de pedra, restos de calçamento e várias bocas de minas, com fartura de água fresca e cristalina. Próximo a estrada do Taquaral foi erguida a Capelinha de Nossa Senhora da Piedade toda de pedra. Ao redor desta Capelinha, formou-se o bairro Piedade, que está localizado em uma área periférica e também por possuir terrenos irregulares, é considerado área de risco para a população. Seguindo da Capelinha de Nossa Senhora da Piedade morro acima, o caminho é composto por muitas minas, sarilhos, fendas na montanha, onde é visível restos de muros e ruínas de casas, algumas usadas para residências de pessoas humildes. Logo em seguida desta direção, está a Capela de Nossa Senhora de Santana, também construída de pedra.

Cabral (1957), descreve como o caminho morro acima tinha o percurso perigoso por haver inúmeros sarilhos, fendas nas montanhas e bocas de minas, escondidas por vegetação silvestre. Ainda é possível identificar ruínas de casas de pedra, restos de paredes, grandes

reservatórios, sinais de longas valas. Hoje este local abriga o Morro Santana, que mesmo ocupado em terreno íngreme, é bastante populoso. Continuando a subida chega-se a Capela de São João Batista, construída pelo Padre Gabriel Mascarenhas, em 1743, que era morador daquele morro. Um pouco mais além desta Capela, encontram-se ruínas de um moinho de vento. Nestas mediações, está o Morro da Queimada. Inicialmente conhecido como Morro do Ouro Podre ou Morro do Pascoal Silva. Ficou intitulado como Morro da Queimada depois de ter sido executado e demolido com incêndio das casas de Pascoal da Silva Guimarães e por integrantes da Sedição de 1720, decretada pelo Conde de Assumar. Esta Sedição tinha como propósito a destituição do Conde para um novo governo no Estado. Mesmo com o incêndio, este local permaneceu ocupado durante os séculos XVIII e XIX. Adiante, tem-se a estrada que vai para o distrito de Antônio Pereira. Mais à frente, localiza-se o arraial de São Sebastião. Hoje, nestes locais, existem os bairros denominados Morro da Queimada, Morro São João do Ouro Fino e o Morro São Sebastião.

Sobre o desenvolvimento da cidade, nas palavras de Cabral (1957, p. 57):

No seu aspecto geral, Ouro Preto é a mais característica das cidades: montanhosa, de ruas tortuosas, de ladeiras íngremes, formada sem nenhum plano preconcebido, porque nascida, improvisadamente, com a mineração do ouro. Suas casas sobem em grupos, pelos morros, desordenadamente, dependuram-se em barranceiras, reúnem-se em pequenas retas, ou em ligeiras curvas, ou se espalham, às vezes, para formar a cidade típica que sempre foi: Vila Rica de Albuquerque, ou Vila Rica do Ouro Preto, depois Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, tendo então passado simplesmente a Vila Rica [...].

Então pode-se dizer que, com o processo de extração aurífera nesta cidade, a ocupação de seu território e expansão se deu com a divisão das populações em dois principais arraiais que são o de Ouro Preto e o de Antônio Dias. A cidade era dividida entre estes dois núcleos, sendo os pequenos arraiais pertencentes a um ou outro destes maiores. Essas populações se desenvolveram independente uma da outra, formando-se um distrito civil e uma paróquia eclesiástica. Estes núcleos constituíam-se arraiais em torno de capelas, onde fixavam-se os comércios.

O povoamento expandiu em longas ruas nos altos dos morros habitados por exploradores do ouro, mercadores fixos ou ambulantes, muitos artífices, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, entalhadores, ourives e outros que se estabeleceram nos povoados que eram compostos por vilas e/ou arraiais. Como se mostra, a população era bem diversificada, desde emigrados de Portugal, como que de outras partes da Europa, famílias

brancas paulistas, brancos mestiços da Bahia, nortistas, cristãos e judeus vindos da Holanda, pretos escravizados africanos.

No que se refere à formação étnica, é grande a quantidade de mestiços chamados pardos em nossa região, fruto do relacionamento não oficial entre negros, mulatos e brancos. Nos três primeiros quartos do século XVIII, a cidade viveu seu auge, tendo cerca de 30 mil habitantes. Segundo dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a população ouro-pretana estava na faixa de 70.281 habitantes. Atualmente, o IBGE aponta como população estimada (2020), em 74.558 habitantes.

Para Barcelos (2016), o século XVIII foi a fase áurea de Ouro Preto, período extraordinário de sua formação e consolidação, onde foram desenvolvidas suas riquezas culturais, arquitetônicas e artísticas que projetaram Vila Rica mundialmente, porém esta época foi violenta e conturbada em nossa história. Existia muita cobiça pela mineração. Aqui ocorreram eventos importantes que marcaram nossa história. Em 1707 aconteceu a Guerra dos Emboabas, que foi uma violenta guerra entre paulistas e portugueses para definir a posse das lavras de ouro e que motivou a divisão do vasto e já inesgotável território e definiu, em 1710, a criação da Capitania de Minas de Ouro e de São Paulo com o intuito de aproximar a governança da Coroa portuguesa, que se efetivava por meio de um aparato administrativo, judiciário e militar, das suas ricas terras mineiras, porém insuficiente. Foi necessária, em 1720, a criação da Capitania de Minas Gerais, que compreendia as Comarcas, já instituídas na criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, Rio das Velhas ou Sabará, Rio das Mortes e Vila Rica e a de Serro Frio.

A Revolta de Vila Rica ocorreu em 1720, liderada pelo tropeiro e fazendeiro Felipe dos Santos. Versiani e Dornelas (1993), narram que havia grande insatisfação popular, dos comerciantes e dos proprietários de minas devido aos altos impostos, punições e da fiscalização portuguesa. Defendiam o fim das casas de fundição e a diminuição da fiscalização metropolitana. Porém após a revolta, a Coroa Portuguesa aumentou ainda mais a fiscalização na região das minas, pretendendo combater a evasão fiscal e o contrabando do ouro. Visando aumentar o controle sobre a região foi criada a Capitania de Minas Gerais. Em 1780, aconteceu a Inconfidência Mineira, que foi uma conspiração organizada pela elite socioeconômica da Capitania de Minas Gerais, por estarem insatisfeitos com a política fiscal imposta pela Coroa Portuguesa. Planejavam a separação de Minas Gerais da Coroa Portuguesa para se transformar em uma República.

Como relatam Versiani e Dornelas (1993), este século também foi marcado por grande criatividade artística no qual aflorou em Ouro Preto o barroco mineiro, que foi um movimento

artístico do Brasil Colônia, seja na pintura, na arquitetura e escultura com temas sacros, o que marcou a vida religiosa em Vila Rica. Assim, foi neste ambiente cultural que se explica a construção de grande quantidade de igrejas, capelas e passos. Outros monumentos governamentais e particulares também marcaram a trajetória da cidade neste período, como a Casa de Câmara e Cadeia (hoje Museu da Inconfidência), o Palácio dos Governadores (hoje Museu da Ciência e da Técnica da UFOP), a Casa dos Contos (hoje Museu e Centro de Estudos do Ciclo do Ouro). Foram construídos também neste período muitos chafarizes, que estão espalhados pela cidade. Tinham como função específica o abastecimento de água a população.

Porém, o cenário começa a mudar como enfatiza Bohrer (2011, p. 33):

Após a repressão violenta dos movimentos da Inconfidência, acentua-se ainda mais o declínio econômico de Portugal e a decadência do “ciclo do ouro” se manifesta aterradoramente. A riqueza e o fausto de outrora começam a ceder lugar à pobreza e à simplicidade. Minas inteira entra em crescente crise. Povoados são abandonados. A maioria dos pequenos agricultores perde espaço para os grandes fazendeiros que, apesar da crise, conseguem manter sua influência. A população diminui drasticamente. Vila Rica não foge à regra: a população que, no auge do período aurífero devia girar em torno de dezenas de milhares, agora, no século XIX, não passará de 15 mil habitantes (ou menos).

Segundo Bohrer (2011, p. 33), Vila Rica tornou-se a primeira Capital de Minas Gerais em 1721. Em 1823, após a Independência do Brasil, Dom Pedro I conferiu-lhe o título de Imperial Cidade, tornando-se oficialmente a Capital da Província de Minas Gerais até 1897. Em 1823, passou a ser denominada Ouro Preto.

Mas após a Proclamação da República, em 20 de novembro de 1889, o Presidente Deodoro da Fonseca decretou que os governadores dos Estados mudassem as capitais. Como relata Coelho (1987), em Minas Gerais instalou-se o Congresso Constituinte em 1893, onde foram debatidos os seguintes argumentos a favor da mudança da capital: acordo com as novas regiões produtoras, a tentativa de se identificar uma solução para as dificuldades administrativas de Ouro Preto, e a substituição de um símbolo derrotado do monarquismo. Estas dificuldades em Ouro Preto se apresentavam por esta região possuir uma topografia acidentada, e ser uma cidade com limitações no desenvolvimento econômico. Isso impediu que a capital permanecesse aqui. Ouro Preto representava a herança colonial com a qual precisava se romper. Prendia-se a várias imagens cheias de tradição e arcaísmos opostos ao novo regime que se instituía: a República.

Então, “no final do século XIX, com o objetivo de evitar a transferência da Capital, houve o desejo de reformas urbanísticas na cidade, porém esses projetos não foram realizados” (COELHO, 1987, p. 04).

Desta forma, visando a possibilidade de ser a nova capital e progredir, se candidataram as cidades de Belo Horizonte, Paranaúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora. A nova capital seria para aproximadamente 200 mil habitantes e inicialmente, foram demarcados 3 milhões de metros quadrados para lotes e ruas.

Assim, Afonso Pena, Presidente de Minas Gerais, encarregou ao engenheiro Aarão Reis para realizar os estudos nestas localidades para identificar as condições de salubridade, disponibilidade de água potável, condições para implantação do sistema de esgoto e de escoamento das águas pluviais, facilidades para edificação e construção em geral, garantia de grande abastecimento urbano, condições de iluminação pública e particular, situações topográficas, ligações aos planos de viação estadual e federal e despesas para o empreendimento.

Como Ouro Preto não atendia a essas necessidades, em 17 de dezembro de 1893, baseada pela Lei nº 03, na cidade de Barbacena, Belo Horizonte foi escolhida como a nova capital deste Estado e o prazo determinado para a mudança seria em quatro anos. Com a mudança da capital para Belo Horizonte, os problemas começam a aparecer em Ouro Preto.

Aumenta o déficit público provocado pelas baixas dos comerciantes que começam a se transferir para a nova Capital. O dinheiro do Governo Estadual já não vem para Ouro Preto; tudo é investido na futura Cidade de Minas (primeiro nome da nova Capital). Até a instalação da luz elétrica fica paralisada e a Câmara rescinde o contrato celebrado com a Companhia Industrial de Ouro Preto em 18 de julho de 1893. As linhas de Bondes já não mais terão seu trajeto inicial, funcionam por pouco tempo, em percurso pequeno. Os Conselhos Distritais reclamam o abandono de suas localidades. Torna-se difícil administrar tão grande território (COELHO, 1987, p. 05 e 06).

Segundo Coelho (1987), a mudança da capital gerou redução da receita municipal, os impostos aumentaram para cobrir o orçamento. Ouro Preto entra em desordem econômica e a crise se amplia. Registra-se: desemprego, falta de água, fechamento de estabelecimentos comerciais, falta de pagamento dos funcionários da Câmara. Até a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição ficou sem pároco por longo período, devido à falta de recursos. Todas as obras da Câmara foram abandonadas. A cidade foi se esvaziando e muitas casas começaram a ruir devido ao abandono por parte de seus moradores que em sua maioria, mudaram para Belo Horizonte. Esta fase representou para Ouro Preto um período de estagnação, abandono e

decadência, ocasionando retração populacional até meados do século XX. Obras de melhoramentos urbanos contemplaram a cidade no início do século XX.

Conforme Sobreira e Fonseca (2001, p. 06), o desenvolvimento retornou em 1950, com as atividades da mineração do ferro e outros minérios, inclusive o ouro, além da implantação de algumas indústrias na região.

No que se refere a retração populacional e sua retomada, os autores esclarecem que:

A exaustão das reservas de ouro economicamente lavrável no final do século XVIII e a transferência da capital para Belo Horizonte em 1897 provocaram sucessivos esvaziamentos na cidade, cuja maior consequência foi o despovoamento da periferia e a preservação da paisagem em torno do núcleo histórico até 1950. A partir dos anos 60, a aceleração do processo de urbanização da população brasileira se fez sentir também em Ouro Preto, que apresentou taxas de crescimento da população urbana em torno de 2% ao ano. Se em 1960 a população urbana representava 58,6% (de um total de 33.927 habitantes), nos anos 90 a população urbana atingiu 77% do total (para um universo de 62.514 habitantes) (SOBREIRA; FONSECA, 2001, p. 08).

Os gestores municipais procuraram uma saída para a situação descrita retornando a mineração do ouro. Várias firmas se instalaram para explorá-lo nos terrenos da Câmara. Iniciaram também a exploração de ferro, manganês e outros minerais, porém, por não terem bons resultados, alguns destes trabalhos foram abandonados.

Em 1900 ampliaram-se as explorações de minério de manganês. Coelho (1987), sinaliza que a cidade que tem a maioria do seu casario abandonado, começa a atrair as populações dos distritos e cidades próximas, preenchendo devagar as ruas e iniciando uma nova vida social na cidade. Este período de crescimento da ocupação de Ouro Preto segue-se de modo que, em 1947 houve uma crise por não haver casas para alugar na cidade o que fez com que os valores de aluguéis atingissem preços absurdos. Neste contexto eram postas para locação casas de péssima qualidade se tratando, inclusive de imóveis completamente inadequados para habitação por apresentarem diversos riscos as pessoas. Muitos proprietários não se interessavam em alugar, consertar ou vender esses imóveis, o que gerou muitos estragos e abandono.

Cabe destacar que a ocupação do território e a formação da cidade de Ouro Preto sempre esteve ligada a mineração, já que com a descoberta do ouro nesta região foi de grande relevância para a expansão territorial como também para a organização administrativa da colônia. Desta forma passou existir a necessidade de abastecimento da região das minas, gerada pelo acúmulo da população que buscava as riquezas do lugar. Mas as principais obras atendiam a elite que detinha o poder político e econômico neste período histórico. Os escravizados e os mais pobres só dispunham da sua mão de obra para sobreviverem e desta maneira, eram explorados tanto na mineração como na construção da cidade.

Quem possuía condições, habitava os casarões da cidade enquanto o restante da população vivia nas encostas sem o mínimo de condições e segurança. Este cenário persiste atualmente, já que Ouro Preto cresceu desordenadamente e sem planejamento. Desde sua criação, a população pobre residiu e ainda reside nos morros e encostas. Existe, portanto a segregação espacial da população, uma vez que a população com menor renda e poder aquisitivo ocupa áreas bem distantes do centro histórico, muitas vezes em bairros cujo local de moradia coloca em risco a vida de grande parte da população mais carente.

Tárcia (1997), conta que quando Vila Rica foi criada, em 1711, a partir da união dos arraiais do Ouro Preto e de Antônio Dias, seu solo e subsolo pertenciam a Portugal e, não, a Câmara que naquela época reunia os três poderes: executivo (prefeitura), legislativo (câmara) e justiça ordinária (função extinta). De acordo com Tárcia (1997, p. 05):

Em 1736 foi recebido do rei alguma terra de presente, para que pudesse tirar rendimento. Tratava-se de “uma légua de terra em quadra”, ou seja, uma sesmaria com uma légua quadrada de extensão. Se esta demarcação fosse atual, a propriedade teria os seguintes limites: começando a medição pelo Jardim Botânico, que se tratava de uma área de preservação ambiental, localizada no Passa-Dez de Baixo e seguiria rumo ao bairro Buraco Quente, hoje chamado Jardim Alvorada, indo até o bairro Saramenha. Daí seguiria pelos morros, até os altos da antiga estrada rumo a Mariana, acima da Capela do Taquaral. Nesta direção, abarcava os morros de São João e de São Sebastião até dar, novamente no Jardim Botânico no Passa-Dez. Para demarcar esse amplo território, os medidores cravaram um pião no Pelourinho da Praça Tiradentes, estenderam cordas e mediram em quatro direções. Onde completava uma légua, fixavam marcos que eram os limites da vila propriamente dita. Todos os imóveis dentro desta área foram cadastrados pela Câmara e inscritos no livro de Tombo, com o nome dos proprietários, pagando impostos chamados foros, que eram o IPTU da época.

Tárcia (1997) aponta que a Câmara de Vila Rica recebeu a concessão da sesmaria e o poder de cobrar impostos exceto sobre as terras minerais, e agia prioritariamente sobre as ocupações não mineradoras, objetos de tributação, controle e obras públicas.

Sesmarias são lotes de terras que eram distribuídos pela Coroa Portuguesa para a produção agrícola, sendo a origem deste sistema a distribuição de terras. Era papel da Câmara Municipal o de legisladora do solo urbano, onde existia a preocupação com a regulamentação deste espaço urbano e de seu uso, com a cobrança de impostos ou arrecadação e também a preocupação com a regularidade das ruas ou espaços públicos. Tinha a responsabilidade com a segurança das povoações e seus habitantes (Sesmaria de ouro preto – registro da carta de sesmaria. *Jornal Tribuna de Ouro Preto*, Diretor: Antônio Guimarães de Oliveira. Ano II, n.39, p.2, jul.1947.).

Tárcia (1997) explica que a sesmaria da Câmara foi confirmada e demarcada no segundo quartel do século XVIII. O propósito de regularizá-la consistiu em proporcionar arrecadações maiores ao senado da Câmara através dos aforamentos inseridos naquelas terras.

Sobre o impacto das mineradas em Ouro Preto, Sobreira e Fonseca (2001), relatam que a cidade quase que totalmente foi afetada pelas mineradoras, adquirindo amplas áreas potencialmente instáveis ou inadequadas para utilização futura. Segundo os autores, o centro da cidade, é rico, imponente e mais seguro, sendo que o restante da cidade cresceu nas encostas e vales ao redor das lavras, sendo ocupado por uma grande população em sua maioria escravizados.

Sobreira e Fonseca (2001, p. 08) alegam que:

O processo de expansão se deu de maneira desordenada, sem respeitar as imposições inerentes às qualidades dos terrenos. Antigos núcleos periféricos, muitas vezes em locais de lavra, foram se adensando, formando uma urbanização caótica e criando bairros em total desarmonia com o conjunto arquitetônico da cidade. Porém, as mais graves consequências desse processo são os riscos a que a população, nomeadamente a mais pobre, fica sujeita e que se manifestam nas temporadas chuvosas. São dignos de registro os episódios mais traumatizantes decorrentes de chuvas copiosas que afetaram a cidade, tendo causado vítimas fatais em 1967, 1979, 1989, 1995 e 1997.

Em Ouro Preto, acontece que, para a extração do ouro, há uma modificação na estrutura do solo. Para isso, os autores apontam que onde eram realizadas as lavras de ouro, executavam grandes separações, escavações, deslocamento e retirada de material removido, abertura de poços, galerias e canais, e também de desmatamento generalizado. Tudo isso gerou demasiadas erosões no território, afetando o visual da cidade e gerando territórios de risco eminente a população. O clima úmido com intensos períodos chuvosos também se torna um fator desfavorável no que se refere a infiltração no solo nestas áreas periféricas, aumentando ainda mais o perigo de desmoronamentos nas superfícies e nas construções. Problema que permanece atualmente como herança deixada pelo processo da mineração.

A atividade mineradora ao explorar o ouro, marcou negativamente a paisagem da cidade. Isto porque sendo rodeada por montanhas, Ouro Preto teve suas encostas devastadas causando um aspecto desagradável. As habitações eram erguidas primeiramente nas encostas das montanhas íngremes, ao redor das igrejas que se construíram em morros aparentemente isolados. Grande parte dessas casas possuíam dois pavimentos e seu estado de conservação era ruim. As ruas eram muito estreitas, desniveladas e sem calçamento.

Consequência disso, são as construções erguidas nestes terrenos diagnosticados pela Defesa Civil como áreas de risco. São nestes espaços periféricos nos morros e nas encostas, que grande parte da população ouropretana habita. São estas pessoas que com suas famílias acabam sendo removidas pela prefeitura em preservação de sua vida e desta maneira, perdem seus imóveis.

Vieira (2016), em sua pesquisa, encontra documentos no Arquivo Público Municipal relacionados sobre os aforamentos<sup>6</sup> neste período. A Câmara Municipal era responsável em controlar o território e cobrar os impostos a que tinha direito, isso no período colonial. No que se refere à tributação dos imóveis urbanos foi encontrado um documento, o código nº01, que é o “Registro de termos de Aforamento” da Câmara Municipal de Ouro Preto, relativo ao período de 1712 a 1722. Neste documento há registros de 272 aforamentos realizados no período em questão. De acordo com informações do código nº01, era composto pelos seguintes bairros, arraiais ou freguesias: Passa Dez; Caquende; Freguesia de Nossa Senhora do Pilar (Freguesia do Ouro Preto); Praça; Freguesia do Antônio Dias; Arraial dos Paulistas; Cruz das Almas e Arraial do Padre Faria. Segundo este código, a divisão das paróquias e freguesias é que formalizavam a constituição dos bairros. Então, neste período, Vila Rica tinha seus aforamentos distribuídos em trechos cadastrados no código nº01. Este código também indicou a ocupação, no início do século XVIII, do atual Morro da Queimada e Morro de Santana. A cidade formou-se a partir da localização das minas de ouro, ao longo dos córregos, onde os exploradores erguiam assentamentos provisórios, planejados em torno de capelas primitivas. Assim formaram os arraiais, situados em uma estrada principal.

No que se referia ao código nº02, era direcionado a cobrança dos quintos: eram registrados neste documento os lançamentos do ano de 1715 e a lista dos cobradores e dos contribuintes.

Vieira (2016), aponta que, no que tange sobre o primeiro tombamento da Vila, está constituído o código de nº 38, se complementando ao código de nº40, confirmando e regularizando a sesmaria da Câmara, no segundo quartel do século XVIII. Nestes códigos estavam discriminados bairros, ruas, arraiais ou freguesias. O material foi organizado por trechos de vias, iniciando-se na região do Passa Dez e finalizando na região do Taquaral. A sesmaria foi regularizada com o objetivo de proporcionar maiores arrecadações ao senado da Câmara através dos aforamentos inseridos naquelas terras. Este tombamento serviu para organizar e controlar a ocupação do solo urbano, e com isto garantir o recolhimento dos impostos. Mas, nem todos os moradores eram foreiros da Câmara: as datas minerais e outras sesmarias não foram contempladas nesse tombamento, o que excluiu grande parte da vila, os morros e os primeiros povoadores eram isentos dos pagamentos dos foros. O código nº38 tinha

---

<sup>6</sup> Privilégio concedido pelo proprietário do imóvel ou terreno ao ocupante. Nesse caso, o proprietário libera o ocupante da dívida eterna, ou seja, ao invés de pagar o foro (taxa) para sempre, o ocupante só pagará até o tempo que o proprietário estimar. Disponível em: <http://bogoricin.com/>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

535 aforamentos e o código de nº40, realizado entre 1737 e 1742, tinha 217 aforamentos. Nestes dois códigos, pertencia a cada foreiro um termo de reconhecimento e um termo de medição das braças de terras aforadas.

De acordo com Viera (2016), nos códigos não mostravam os morros da Vila, mas em outros documentos. Nestes morros, não haviam organizações nas edificações, nem definição de lotes com algumas exceções. As construções eram dispersas, sem definição de quadras, sem ruas ou caminhos margeando a implantação do casario. A identificação dos arraiais se dava através da localização das capelas. Os caminhos de acesso existentes eram o da capela de São Sebastião e o da capela de Santana. Estes morros eram povoados por mineiros e a preocupação existente era de construir as casas junto aos locais de mineração, nas encostas. Desta forma, as primeiras ocupações do solo aconteceram com os mineiros exploradores que em busca do ouro subiram as encostas, intensificando assim os assentamentos que eram provisórios. Foi assim a expansão da Vila que cresceu através da formação de arraiais que se avolumavam ao longo de uma estrada principal, denominada caminho do tronco, isto ocorreu na primeira metade do século XVIII até o início do século XIX.

Segundo Vasconcelos (1977), as moradias fixavam-se em função da via pública mais próxima e nos morros estas apresentavam-se no interior dos lotes e na área urbana de acordo com a condução do Reino. Até 1795, as habitações eram erguidas de acordo com a vontade de seus proprietários, mas a partir deste ano, passou a exigir requerimento do procurador da Câmara para restaurar ou edificar casas.

Ao longo do século XX e início do século XXI, surgiram progressos nos estudos referentes a morfologia<sup>7</sup> urbana, ou seja, estudos das estruturas, formas e transformações da cidade. Quando a Coroa assumiu a responsabilidade sobre a organização efetiva das povoações, estas foram transformadas em vilas e normas foram elaboradas para regular sua existência, referente à arquitetura e urbanismo.

No período da descoberta do ouro, entre 1670 e 1720, motivou-se uma grande etapa de urbanização, criando assim uma economia urbana, concentrando a população em vilas e cidades, o que contribuiu para consolidar o processo de urbanização no país. A mineração foi um agente relevante no processo de urbanização que gerou o aumento populacional nas regiões das minas, criando assim uma nova camada social urbana.

---

<sup>7</sup> Estudo da forma das cidades. Fonte: CASTRO, Alexandre. **Rede Urbana. Morfologia Urbana: Abordagens e Elementos Constituintes**, Segundo Vítor Oliveira, 2018. Disponível em: <<https://aredeurbana.com/2018/01/31/morfologia-urbana-abordagens-e-elementos-constituientes-segundo-vitor-oliveira/>>. Acesso em: 05 de jul. de 2021.

Deste modo, o Reino através da Coroa Portuguesa, controlava o território e recomendava às Câmaras Municipais sobre o controle local, determinando arruamentos, desapropriações, dentre outros. Em Ouro Preto, no início do século XVIII, exigia que as novas edificações para serem erguidas, acatassem os termos fixados pela administração municipal. A Câmara Municipal então, disponibilizou a ordem, a disposição e a forma urbana desta cidade. A população fiscalizava e as normas eram o cumprimento de instrumentos de controle da Coroa. No final do século, exigia-se a apresentação dos desenhos correspondendo aos atuais projetos, com a aprovação da autoridade municipal.

Com o passar do tempo, no entanto, a Câmara Municipal, sem interesse, deixou de fiscalizar as construções ou demolições dos prédios, bem como os limites dos terrenos distribuídos. Em menos de cem anos, não era mais possível saber o que pertencia a quem, perdeu-se o controle sobre quais imóveis que haviam sido construídos ou ampliados clandestinamente, nem quantos ou quais foram demolidos ou arruinados. Cada morador fazia o que bem entendia, sem dar satisfações a Câmara. Portugal não interferia, pois Ouro Preto pertencia à Prefeitura/Câmara e que, fora o ouro, tinham liberdade para tratar de assuntos locais.

Dentro deste contexto, é interessante discutir sobre a função social da propriedade, que está descrita no Inciso XXIII do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Conforme Gomes e Moraes (2019), a função social foi vista inicialmente na Constituição de 1934, como uma condição ao direito da propriedade. Neste debate, as autoras esclarecem que:

Ela determina que a propriedade urbana ou rural deverá, além de servir aos interesses do proprietário, atender às necessidades e interesses da sociedade. Desta forma, a função social condiciona o direito de propriedade, ao estabelecer que este direito é limitado pelo respeito ao bem coletivo (GOMES; MORAES, 2019, p. 02).

O que significa neste segmento é que uma propriedade seja ela rural ou urbana, não deve atender apenas aos interesses de seu proprietário, mas também ao interesse da sociedade.

O Art. 5º da Constituição Federal de 1988, traz, logo após a garantia do direito de propriedade, um inciso que limita esse direito, ao citar que a propriedade privada atenderá a sua função social. Essa limitação consiste na utilização da propriedade, urbana ou rural de acordo com os objetivos sociais de uma determinada cidade. A função social impõe limites ao direito de propriedade, para garantir que o exercício desse direito não seja prejudicial ao bem coletivo (GOMES; MORAES, 2019, p. 03).

Está disposto na Constituição Federal que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

Para Gomes e Moraes (2019), isso significa que uma propriedade rural ou urbana não deve atender apenas aos interesses de seu proprietário, mas também ao interesse da sociedade. Explícito no inciso XXIII que: “a propriedade atenderá a sua função social” (BRASIL, 1988), estabelece apenas que a propriedade deve atender a sua função social mas os critérios para que isso ocorra são apresentados em outros trechos da Constituição, e diferem para cada tipo de propriedade.

A função social das propriedades urbanas é definida no Estatuto da Cidade<sup>8</sup> e no Plano Diretor<sup>9</sup> de cada município. O Estatuto é uma lei federal, logo, estabelece diretrizes que devem ser respeitadas em todo o país. Contudo, os municípios também têm liberdade para estabelecer, no Plano Diretor, regras específicas que os terrenos e imóveis devem respeitar (GOMES; MORAES, 2019, p. 03).

Historicamente, a distribuição das terras em nosso país é extremamente desigual, resultado da estrutura latifundiária do Brasil. Dessa maneira, a função social da propriedade é um instrumento que visa evitar as desigualdades sociais provocadas por essa desigual distribuição das terras rurais e urbanas. Assim sendo, o princípio da função social parte do entendimento de que não é benéfico para a sociedade ter propriedades de terra sem utilidade alguma.

O auge de Ouro Preto predominou nos primeiros três quartos do século XVIII e o declínio econômico e populacional no final do setecentos. Durante o período das explorações das minas de ouro, a sustentação econômica da cidade vinha do comércio e de atividades artesanais. Aconteceu que com o recesso da exploração aurífera, gerou a deterioração das condições de vida e a diminuição do número de escravizados enviados para a cidade. A exaustão das minas proporcionou a migração da população para outras áreas do país, a procura da garantia de seu sustento. Neste contexto, o último quartel do século XVIII, Ouro Preto foi marcado por uma crise econômica e demográfica: diminuiu o ouro, a população também se reduziu. A cidade volta a esvaziar -se com a transferência da Capital do Estado para Belo Horizonte em 1897: nova retração populacional, queda no número de edificações que ocasionou o esgotamento e arruinamento das áreas periféricas da vila. Houveram perdas no patrimônio edificado devido a pobreza instalada. Nas últimas décadas do século XVIII, não tinha recursos

---

<sup>8</sup> BRASIL. Lei nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **DOU**. Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

<sup>9</sup> O plano diretor é uma lei municipal, elaborada pelo poder executivo (Prefeitura) aprovada pelo poder legislativo (Câmara de Vereadores), que estabelece regras, parâmetros, incentivos e instrumentos para o desenvolvimento da cidade. (Prieto, 2017, p.03). Fonte: Politize. **Plano diretor: como é feito e para que serve?** 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

financeiros para abrir ruas, alargar becos e nem restaurar monumentos. Os prédios encontravam-se envelhecidos necessitando de reparações.

## 1.2 INTERVENÇÕES DO ESTADO NA CIDADE DE OURO PRETO: DESAFIOS PARA A ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAL

O século XIX foi marcado pelo crescimento vegetativo positivo da população livre. No decorrer deste período, a cidade cresceu e modernizou-se e em meados do século XX, o crescimento econômico e populacional foi retomado. Para isto, fomentou o turismo, implantou o Complexo Industrial de Saramenha e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), desenvolveu-se. Neste período, a ocupação no núcleo central saturou-se e se expandiu rumo a periferia. Em janeiro de 1888 foi inaugurado o ramal férreo gerando o crescimento do núcleo urbano em direção a estação ferroviária. Através desta inauguração, evidenciou-se uma modificação na aparência da cidade, como notado nas decorações de algumas fachadas, graças ao acesso de novos materiais disponíveis. Esta evidência aconteceu nas áreas centrais, em imóveis residenciais e comerciais de proprietários possuidores de maiores condições financeiras. Dentre as inovações acrescentadas, estavam, por exemplo, a inserção de sistema de captação de águas pluviais, o uso de balcões de ferro, incremento de texturas nos acabamentos das fachadas, dentre outras.

Porém, essas mudanças não foram observadas nas áreas periféricas. Com a chegada da ferrovia em Ouro Preto, as regiões do Pilar e da Barra se desenvolveram, e nesta fase, iniciou-se a ocupação do bairro Água Limpa. Estas regiões permanecem hoje como bairros bem movimentados.

Melhoramentos urbanos em Ouro Preto ocorreram no início do século XX. Dentre eles cito a instalação de postes para a iluminação elétrica da cidade, abastecimento de água, rede de esgotos e distribuição da luz elétrica. Neste período, as ruas encontravam-se mais definidas e com novas edificações no caminho do tronco. A estrutura urbana desta cidade foi consolidada através da organização inicial do espaço, onde foram gerados os arraiais, dispostos ao longo de uma estrada principal, que é o chamado caminho do tronco. Estes arraiais, ao se desenvolverem, entrelaçaram-se ainda mais na primeira metade do século XVIII. Foi neste caminho que ocorria às atividades mineradoras nos córregos, onde os acidentes geográficos ocupavam posição secundária em relação ao arruamento e a implantação das edificações.

Com o passar dos tempos, nota-se que, a população mais pobre permanece habitando territórios que apresentam ameaça à sua segurança. Sobreira e Fonseca (2001) em seus estudos, concluíram que, devido a estagnação econômica até a década de 50, apenas o centro histórico e algumas áreas periféricas eram urbanizadas. Adiante, em 1968, percebeu-se um crescimento em alguns pontos mais distantes do perímetro histórico. Surgiram então em áreas da antiga mineração, os bairros Veloso, volta do Córrego, Alto da Cruz e Morro Santana. Nos anos 70, com o processo de migração do campo para a cidade, refletiu em Ouro Preto, ocasionando um crescimento de 40% de ocupação de áreas já consolidadas, adensando-as.

A escassez de terrenos mais adequados e a falta de planejamento por parte do poder público fez com que esta expansão se desse em direção aos terrenos alterados pela antiga mineração do ouro e suas cercanias. Alguns dos bairros atuais da cidade surgiram neste período, como os bairros Santana, Morro da Queimada e Taquaral, enquanto outros sofreram um considerável crescimento, como o bairro Veloso (SOBREIRA; FONSECA, 2001, p. 13).

Os autores seguem na explicação de como a população mais pobre sofreu por esta falta de planejamento no que tange a construção de moradias em áreas problemáticas devido a exploração de minérios. Muitos acidentes de desmoronamentos nos períodos de chuva em 1979 e em 1989, causaram estragos na cidade, principalmente nos bairros mais novos, nessas áreas periféricas relatadas anteriormente. Estes estragos foram consequência das práticas de ocupação inadequada e sem planejamento nestes territórios afetados pela mineração. Isto se torna recorrente já que estes bairros foram formados em antigos locais de lavras de ouro, ou seja, em terrenos com fortes declives, com passagens de águas pluviais ou áreas de estabilidade duvidosa. Outros entraves para além das condições naturais desfavoráveis são a falta de recursos para se contratar mão de obra qualificada, planejamento do padrão da construção, má utilização do espaço físico, dentre outros.

É notório que Ouro Preto enfrenta problemas em relação a sua expansão e crescimento urbano porque faltam espaços com condições ideais para construções. Vê-se que a cidade cresceu em meio a uma desorganização urbana, com ocupações impróprias, fazendo com que a população de baixa renda construa sua moradia em locais periféricos, longe do centro e em áreas consideradas de risco, que foram formadas ao longo do processo da exploração de riquezas minerais. O que falta neste contexto é a criação de novos espaços urbanos pois, a partir dos anos 60 houve sim um crescimento populacional que causou o adensamento de construções em lugares inapropriados. Geralmente nestes espaços não existe segurança para construção de moradias, tornando-se um perigo a população que nela se abriga.

Sobreira e Fonseca (2001), apontam que nas décadas de 80 e 90 surgem novos bairros, dentre eles Santa Cruz e Pocinho, também sem nenhum planejamento, evidenciando que atualmente existe um descaso do poder público no que se refere à ocupação desordenada do espaço urbano nesta cidade.

Segundo Vieira (2016), a cidade de Ouro Preto tem em suas construções como referência o estilo Colonial Barroco, e para preservá-lo, a Prefeitura Municipal criou o Decreto nº13, de 13 de setembro de 1931, que estabelecia o tipo artístico dos prédios situados no perímetro da cidade. O propósito era conservar o aspecto colonial privando modificações estilísticas para não descaracterizar as fachadas das edificações. Ouro Preto tornou-se Monumento Nacional, através do Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933, por Getúlio Vargas, e em 1938, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. O tombamento ocorreu com o objetivo de preservação do conjunto artístico da cidade. Também neste ano de 1938, Ouro Preto foi inscrita no Livro de Belas Artes pelo IPHAN. Este tombamento está entre os primeiros conjuntos arquitetônicos e urbanísticos inscritos pelo IPHAN no país.

Como dito anteriormente neste trabalho, a transferência da Capital do Estado para Belo Horizonte, ocasionou a estagnação econômica que conseqüentemente provocou o arruinamento no núcleo urbano, o que motivou a necessidade dos trabalhos do IPHAN, liderados pelo arquiteto Sylvio de Vasconcelos.

Conforme Vieira (2016), este profissional, no ano de 1949, realizou um inventário do núcleo urbano de Ouro Preto, com o intuito de realizar um estudo da cidade para propor um plano de trabalho. Foram cadastrados alguns sobrados, algumas edificações térreas e onze bairros. Então neste inventário, em comparação com outro estudo realizado anteriormente em 1900 (Planta da Cidade), mostrou que existiam muitas edificações em estado precário, muitas ruas e becos desaparecidos, fechados e casas que sumiram ou foram demolidas para novas construções. De 1917 a 1949, desapareceram 473 casas, mostrando que o conjunto arquitetônico necessitava de socorro. Este levantamento sinalizou que a população de baixa renda ocupava os extremos da cidade, com moradias simples e instáveis; e o centro era ocupado pela população de alta renda, onde as casas dispunham de inovações, algumas no entanto, desfiguradas. Através destas constatações, órgãos e entidades ligados à preservação se esforçaram para arrecadar dinheiro para as obras, por meio de doações e leilões com o objetivo da conservação do casario antigo ameaçado de ruína. Verificou-se que os monumentos principais como pontes, chafarizes, igrejas e edifícios públicos encontravam-se sem riscos e

bem conservados. Para a restauração, Sylvio de Vasconcelos definiu critérios aos imóveis que seriam contemplados, que seriam os mais centrais, com maior interesse do ponto de vista arquitetônico, ou que se localizassem próximos de monumentos mais importantes, onde os proprietários não teriam recursos para os reparos. No primeiro plano, foram selecionadas 26 edificações que estavam com a existência ameaçada e que apresentavam características do século XVIII.

Como mostra Vieira (2016), de 1937 a 1979, a política de patrimônio cultural implementada pelo IPHAN centralizou-se em monumentos arquitetônicos, históricos e religiosos. Nesta dinâmica inicial, os trabalhos eram elaborados individualmente, pois eram poucos projetos e pensava-se que a cidade não cresceria. Almejava-se a preservação da Cultura Colonial e os projetos restringiam-se a parte externa das edificações. A partir de 1960 – 1970, as solicitações de licenciamento aumentaram e com isso foram criadas normas destinadas às novas edificações que influenciaram a forma urbana das áreas em expansão. A normatização da área tombada teve início em 1980.

A partir dos anos oitenta, o crescimento da indústria do turismo trouxe maior desenvolvimento econômico a cidade, embora ainda hoje a atividade de mineração tenha relevância na economia municipal. (SOBREIRA e FONSECA, 2001, p.09).

Então, em 1981, o IPHAN publicou a primeira normativa para Ouro Preto: Portaria nº08, de 10 de setembro de 1981, para o loteamento do bairro Jardim Alvorada, com o objetivo de segurar condições para que a construção deste novo bairro que se encontra dentro do perímetro urbano não atrapalhasse a visibilidade, integridade e ambiência do conjunto urbano.

Sobre as práticas restaurativas utilizadas, o IPHAN determinava que a pintura não pudesse alterar ou prejudicar a integridade ou o aspecto tradicional das edificações. O proprietário só poderia pintar sua casa pelo processo de caiação simples para conservar a harmonização com o conjunto tradicional. Caso necessitasse substituir ou emendar peças estruturais, estas deveriam ser de materiais da mesma natureza. A caiação deveria ser na cor branca ou em cores claras para os muros ou paredes. Não era aprovado pintar casas com tintas a óleo ou utilizar tons escuros e chamativos, nem aplicar esquadrias basculantes e vidraças modernas.

Sobre as novas construções, em 1959 foram traçadas normas que vedavam acabamentos em massa e beirais de concreto, tendo controle nas cores e esquadrias colocadas. Obras novas particulares também eram fiscalizadas pelo Patrimônio.

A partir da retomada econômica de Ouro Preto em 1960, segundo Vieira (2016), aumentaram os projetos e as normas começaram a ser utilizadas, já que esta retomada gerou

loteamentos, ocupações clandestinas, parcelamentos nas áreas periféricas e desmembramentos no núcleo urbano original. Criaram-se novas portarias e observou-se na cidade uma descaracterização urbana e paisagística, com modificações diferentes, o que gerou novas tipologias nas fachadas das casas em vários pontos da cidade. Estas modificações afetaram na organização urbana da cidade: na área histórica por meio de desmembramentos e parcelamentos; nos morros através de parcelamentos e ocupações clandestinas. De 1960 a 1970, empregavam-se critérios com exigências mais rígidas para o detalhamento das fachadas de novas construções, criando um padrão chamado “estilo patrimônio”. Consistia –se de um padrão estético destinado para as fachadas de novas obras, restauros e reformas que estipulava o modelo e material apropriados para que estas fachadas correspondessem a fase mais original da arquitetura do período colonial. No que se refere ao parcelamento de terras, não havia normatização pelo IPHAN; este fazia análise individualmente: assim, esse parcelamento seguia a conveniência do aproveitamento especulativo do terreno.

Cabe ao município o parcelamento de terra e ao IPHAN adotar medidas de proteção ao Patrimônio Cultural. Porém existia omissão da administração municipal, e devido a este fato, transmitiu ao IPHAN a responsabilidade da gestão e preservação do Patrimônio Histórico e Artístico da cidade. Em 1980, com a Lei nº178/80, foi instituído o Código de Posturas de Ouro Preto e assim a Prefeitura Municipal assumiu o centro histórico.

Ouro Preto entra para a lista de Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO em 1980; em 1986 o IPHAN certificou o tombamento com as inscrições no Livro Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e em 1989, o IPHAN definiu o perímetro de tombamento da cidade de Ouro Preto, englobando não só o núcleo urbano setecentista, mas também os morros que envolvem o sítio antigo.

Sobre a chancela da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- que é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU))-, o núcleo urbano antigo de Ouro Preto passou a integrar a lista de Patrimônio Cultural da Humanidade em função de remeter a história da colonização das Américas, de representar um importante centro histórico originado no século XVIII, de ser um testemunho da mineração do ouro, por possuir acervo das obras de Aleijadinho, além do estilo Barroco peculiar. O perímetro de chancela da UNESCO restringiu-se ao arruamento setecentista e imediações, não abrangeu os morros circundantes a cidade antiga.

O Plano Diretor do Município foi aprovado pela Câmara Municipal em dezembro de 1996, e criou a terminologia Zona de Proteção Especial 1 (ZPE-1), que foi adotada pelo IPHAN.

A ZPE-1 condizia com a ocupação mais antiga da cidade e áreas contíguas. As normas então, se davam para parte do conjunto tombado e não para todo o perímetro protegido.

Vieira (2016) discorre que, em 02 de abril de 2004, foi aprovada a Portaria nº122, que dispunha sobre as diretrizes e critérios para intervenções urbanísticas e arquitetônicas, em área que integra o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto, julgando a necessidade de uniformizar os procedimentos adotados para o licenciamento de projetos e obras. Esta portaria foi desenvolvida considerando que a preservação da notabilidade do acervo Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Ouro Preto seria determinada por meio da manutenção de características como: morfologia urbana e traçado dos logradouros: unidade dos conjuntos urbanos; relação entre as áreas edificadas e as não edificadas; tipologias arquitetônicas; e diversidade e multiplicidade dos usos. No artigo 18 desta Portaria nº122, foram vedados parcelamentos do solo no perímetro da área denominada de ZPE-1, em função da necessidade de preservar seus valores culturais, urbanísticos e ambientais. Esta Portaria expressou um grande progresso na gestão de sítios urbanos tombados pelo IPHAN em âmbito nacional e trouxe avanços em relação à ordenação urbana, como a proibição de parcelamentos do solo dentro da ZPE-1 e a preocupação com a preservação das áreas verdes. A análise pelo critério “Fase de Quadra- (objetivado para novas edificações, reformas e restauros, a manutenção da tipologia arquitetônica e a leitura da paisagem urbana) teve a competência de refletir o espaço urbano em sua essência, minimizando as práticas fachadistas. Em torno dos restauros, antes analisados caso a caso, esta Portaria nº122 normatizou, para as edificações dos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Então, é obrigatório manter o critério já existente, preservando os materiais que compõem as casas.

Através da retomada do desenvolvimento urbano e populacional de Ouro Preto, foi necessário aproveitar todas as áreas da periferia e morros que tinham condições razoáveis. Este fato causou um enchimento na ocupação central, o que conseqüentemente mudou amplamente a organização urbana: na área antiga muitos desmembramentos e parcelamentos; nos morros com parcelamentos e ocupações clandestinas. A preocupação com o planejamento do crescimento da cidade surgiu na década de 1970.

Diante dos fatos acima relatados, fica nítido que houve sim uma grande preocupação em se preservar a parte central com os casarios que compõem o conjunto arquitetônico na área central da cidade. Não foi efetuado nenhum programa ou planejamento para a população mais carente que vive nas encostas e que apresentam riscos em suas moradias. Os mais pobres sempre excluídos de deixados em segundo plano, fato corriqueiro do modo capitalista de agir. A cidade é rodeada por morros e encostas, natural da sua da sua formação. No entanto, com todas as

riquezas subtraídas, bem como das transformações ocorridas ao longo dos séculos, constatamos que a exploração desse território não trouxe benefícios aos moradores e herdeiros dessa terra. Pelo contrário, falta no município de Ouro Preto, atenção tanto para aos moradores, quanto para a própria organização da cidade e das áreas periféricas.

### 1.3 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, PROCESSO DE ESCRAVIDÃO E CAPITALISMO

Souza (2017) defende que as raízes da desigualdade brasileira não estão na herança de um Estado corrupto, mas sim na escravidão. É nítido que, mesmo após a abolição da escravidão em 1880, a vida não melhorou para a população negra que é excluída e discriminada, ficando sempre de lado, criando um agregado de indivíduos relegados ao abandono, a exclusão social e á invisibilidade no cotidiano.

Segundo Souza (2017), o Brasil vive um período de descrédito nas instituições, dentre elas o mercado e o Estado, sendo que é a força das instituições que faz a sociedade. O patrimonialismo, que trata-se de um Estado que não distingue o que é público e o que é privado- e a corrupção na política explicam a escravidão, já que os conflitos de classe nascem a partir da escravidão. Vimos que a dominação escravocrata continua sobre máscaras modernas até hoje em nosso cotidiano, onde o pobre é odiado e a elite burguesa para assegurar seus lucros, enganam a população. É a escravidão que determina desde o mundo colonial a nossa trágica diferença social, concentração de renda e um potencial de discriminação racial, de segregação e de marginalização de uma grande parcela da população. Nossa herança genética central é a escravidão, que desonra a nossa sociedade e a estrutura como sendo racista, patriarcal e permanentemente marcada pela violência e opressão do mais pobre. Conforme o autor, conceito de classe não deve ser pensado apenas em questão de renda, é mais expansivo, devemos associá-lo a partir dos gostos, da formação cultural, dos instintos, das habilidades. O conceito de classe daria conta também das afinidades intelectuais dos sujeitos.

A partir do século XX, Souza (2017), explica que essa classe média que se ascendeu socialmente busca a manter o seu domínio a partir de uma contínua distinção social, o que ele denomina como capital cultural, composta pela classe média da boa instrução, que frequenta boas escolas e até a universidade, transmitindo esse capital cultural aos seus filhos, que desde cedo tem acesso a capital econômico e social, com gosto pelo aprendizado, boas influências.

São esses sujeitos que tomarão uma dianteira em torno de aprendizado, da formação e da apropriação dos espaços públicos sempre criando uma distinção com aqueles sujeitos mais empobrecidos que são os herdeiros dos escravos que foram libertos no século XIX.

Souza (2017), ressalta que somos herdeiros da escravidão, a modernização seletiva gera uma nova classe, que é a classe média, que se estabelece no poder a partir da distinção social com o uso de diferentes capitais. Nesta direção, o autor nos mostra que, são essas distintas classes que se estabelecem no Brasil contemporâneo, como elite econômica e financeira, a classe média, a de trabalhadores e aqueles em extrema pobreza, que se apresentam como os novos escravos do mundo contemporâneo. Estes que figuram como os encarcerados, estigmatizados, violentados e assassinados. Ainda sobrevivemos a uma estrutura de escravidão, onde carregamos o racismo e a dizimação dos mais frágeis para estabelecer a ordem da nossa sociedade, que é hierárquica e se organiza a partir de camadas sociais pelo status dada pelo domínio dos capitais. A corrupção está para além do Estado: ela está presente no mercado, na elite financeira e econômica, nos donos dos agronegócios, nos banqueiros, construtoras... São sonegadores de impostos que tem o Estado em suas mãos, fazem negociatas e falcaturas, ampliando a corrupção em nosso país e que acaba com a retirada de direitos dos trabalhadores. É fato que a permanência da escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira e as suas mazelas ainda se fazem presentes na atualidade.

Vitorino (2013, p. 40), relata que a estrutura mercantil foi formada no período colonial, com o objetivo de exportar produtos primários para atender à demanda externa, gerando assim uma dependência em relação aos mercados mundiais. A formação do Brasil é a formação colonial, tendo a economia comercial: ou seja, a economia colonial era voltada para o mercado externo, situação que causava essa dependência que era ruim para o desenvolvimento da colônia e que, com o surgimento da Revolução Industrial, onde a produção era em ampla escala, agravou substancialmente a conjuntura brasileira.

Vitorino (2013), expõe que agricultura e indústria se completavam economicamente, mas com o aparecimento da industrialização, esse processo fez com que a agricultura se complementasse a indústria. Desta forma, os países que não aderissem à industrialização, ficariam atrasados no ponto de vista das relações econômicas internacionais. Como nossa economia era basicamente comercial, voltada para atender o mercado externo, não conseguiu crescer, pois produzia para exportar, impedindo assim seu crescimento interno. Então, o autor aponta que a economia colonial formou a economia nacional e assim expandindo o comércio europeu, nesse período, junto a outros fatores contribuiu para a formação do capitalismo.

Se referindo ao nosso país, é importante analisar que:

O desenvolvimento capitalista no Brasil guarda algumas peculiaridades, pois não tivemos uma transição do tipo “clássica”, em que uma burguesia revolucionária ascendeu ao poder, como nos países centrais. É um passado marcado pelo colonialismo, de subordinação escravocrata, fato marcante na nossa história. O capitalismo, aqui, se constituiu através do esgotamento do modelo colonial, já que a industrialização se alastrava por todo o mundo. No entanto, não rompemos inteiramente com o nosso passado. A mão de obra utilizada nas indústrias era de imigrantes e não de negros recém-libertos da escravidão, ou seja, houve uma desqualificação da mão de obra brasileira (JARDIM; MARINHO; GOMES, 2017, p. 01).

As autoras discorrem sobre o conceito de capitalismo dependente, segundo Florestan Fernandes, “pois articula o desenvolvimento desigual (países imperialistas e países periféricos) e combinado (estratégia de “arcaico” e “moderno” e interesses econômicos)” (FERNANDES, 2006, p.11 apud JARDIM; MARINHO; GOMES, 2017, p.01). Este capitalismo se expande após a Segunda Guerra Mundial, porque demanda-se nos países periféricos as matérias primas e a sobrevivência do capitalismo. Compreendemos que “a transformação capitalista no Brasil ocorreu através do acordo entre as classes dominantes; da exclusão das forças populares e utilização de aparelhos coercitivos e repressivos; e da intervenção do Estado na economia” (JARDIM; MARINHO; GOMES, 2017, p. 02). Assim, nosso país ocupa um lugar desfavorável no cenário econômico, pois é dependente dos países centrais, sendo sempre subordinado a eles. Isto impacta negativamente em diversos setores da nossa vivência, prejudicando nosso crescimento, diminuindo drasticamente nossas condições de manutenção enquanto classe trabalhadora.

Neste sistema ao qual estamos inseridos, sofremos em nosso cotidiano com a superexploração da força de trabalho. Especialmente no Brasil e países da América Latina há uma particularidade, somos dependentes e subordinados aos países centrais, grandes potências. Em nosso Brasil, dentro deste modelo econômico, predomina a dependência política, econômica e social na esfera da produção e reprodução. Como estudado em toda a graduação do Serviço Social, concluímos que a nossa realidade se baseia na superexploração da força de trabalho.

Pensando sobre a dinâmica capitalista, compreendemos que o poder está nas mãos de poucos e as mercadorias produzidas precisam ser consumidas por nós – classe trabalhadora que as produz e recebemos um salário por isso. Essas mercadorias são dos proprietários dos meios de produção, e o que se produz aqui é em sua maioria, exportado. Acontece que, a classe trabalhadora com o salário que recebe, basta apenas para sua sobrevivência, tornando o consumo mínimo. Assim, essa classe que é superexplorada, reivindica seus direitos, aliando

seus interesses com a determinação política classista, buscando sobreviver e conquistar o direito, lutando inclusive para receber além do acesso mínimo recebido.

No que se refere as políticas sociais, o Estado cumpre um papel determinante para apaziguar as lutas de classe, já que estas políticas são focalizadas e seletivas. As políticas sociais são conformadas pelas lutas de classe, que num país dependente onde há a superexploração da força de trabalho, as políticas sociais possuem características de focalização. O Estado operacionaliza as políticas sociais e a intervenção de políticas sociais via Estado é uma lógica para manter a força de trabalho viva. Assim, quem financia as políticas sociais no Brasil é quem as recebe.

Na atual conjuntura econômica, política e social o Brasil, tem sofrido diversos desmontes e cortes na área das políticas públicas, impactando ainda mais as políticas sociais. A moradia é um direito fundamental desde 1948, como consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988, na qual a habitação figura como uma das necessidades básicas do ser humano, porém, infelizmente este direito não é garantido para a maioria da população.

O Brasil viveu entre 1964 a 1985, a Ditadura Militar, onde a população sofreu com a restrição de direitos, repressão, tortura, censura, autoritarismo no poder e perseguição policial. Estes fatores geraram uma crise econômica que causou grande rejeição ao regime político imposto. Assim, as próprias condições reproduzidas na Ditadura forçaram um processo de lutas sociais que desejavam conquistar os direitos fundamentais que foram banidos neste processo. Então, finalizada a Ditadura, era o momento de redemocratizar, ou seja, democratizar novamente, já que durante vinte anos o país sofreu opressões dos direitos democráticos.

A Ditadura Militar se estabeleceu não só no Brasil, mas também em países da América Latina, gerando graves consequências sociais. Conforme Sader (2015), no Brasil e na Bolívia esse processo aconteceu em 1964, na Argentina em 1966 e em 1976, no Chile e Uruguai em 1973. A principal característica nesses regimes ditatoriais era a militarização do Estado, sendo que as Forças Armadas tinham a função de dirigentes políticos e de agentes da repressão, onde agiam violentamente reprimindo as forças populares e as instituições democráticas.

Sader (2015, p. 01) expõe que:

Foram os ditadores que promoveram a hegemonia do grande capital internacionalizado, reprimiram as reivindicações sociais dos trabalhadores, debilitaram os serviços públicos em favor dos privados, aderiram às posições norte americanas em política externa e impuseram um Estado ditatorial.

Desta forma, o período de redemocratização nesses países da América Latina foi marcado por dificuldades, pressões e negociações ocorridos durante e após a ditadura militar. Para Villaça (2016), esse período foi marcado pela grave crise econômica, e que segundo ela isso se deve a uma:

Situação relacionada aos problemas derivados da situação de dependência externa, em geral intensificada durante o regime militar, e do processo inflacionário que assolou as economias latino-americanas a partir do fim dos anos setenta. Nesse sentido, segundo avaliações da CEPAL<sup>10</sup>, a década de 80 pode ser considerada economicamente, para a América Latina, uma `década perdida`, pois houve crescimento negativo do PIB em muitas nações, hiperinflação, crescimento da dívida externa (em 1984, México, Argentina, Brasil e Colômbia eram os 4 maiores devedores dos EUA) e uma certa `desindustrialização` (o nível de industrialização do continente baixou de 25 para 23 entre 1980 e 1989) (VILLAÇA, 2016, p. 03).

Nota-se desta forma que, dentre essas sérias consequências sociais, estão duras derrotas às forças populares de seus países – sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, intelectualidade crítica e imprensa independente. (SADER, 2015, p. 02).

No Brasil, além do autoritarismo e violação dos direitos humanos outros agravantes que podemos mencionar é ampliação da dívida externa, piora da renda, alta da inflação, aumento das desigualdades sociais já que a economia não acompanhou o crescimento populacional nas décadas seguintes, inchaço das cidades devido à falta de uma ampla reforma agrária que acarretou na precarização das condições de vida no campo e corrupção.

Lima (2012), mostra que a Constituição Federal decretada em 1988 foi referência para a redemocratização brasileira já que o objetivo fundamental do texto Constitucional visa garantir os direitos sociais, econômicos e políticos abolidos na Ditadura e que com a Constituição foram regulamentados através de Leis específicas. Foi a partir daí que as políticas sociais ganharam status universais, com acesso para todos. Após a Constituinte tivemos um grande avanço, onde novos horizontes de esperança se abriram, mas na prática nem todas as promessas foram cumpridas. Notamos que a redemocratização proporcionou a afirmação dos direitos sociais e individuais com a positivação dos direitos e garantia na Constituição Federal de 1988.

De acordo com Lima (2012), outro fato importante na redemocratização do Brasil é o crescimento da participação das forças sociais organizadas, os conhecidos movimentos sociais,

---

<sup>10</sup> Comissão Econômica para a América Latina. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social. Fonte: NAÇÕES UNIDAS CEPAL. **Comissão Econômica para a América Latina**. Sobre a CEPAL. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>. Acesso em 17 de jul. de 2021.

que reaparecem lutando e pressionando o Estado por seus direitos. Durante a Ditadura essas lutas permaneceram neutralizadas devido à violência ditatorial. Finalizados os anos de opressão, os movimentos sociais ganharam notoriedade, pois representam os interesses de setores coletivos na voz do povo. Então, se organizam e vão em busca de respostas frente as demandas impostas com as crescentes desigualdades sociais, fragmentações políticas e retrocessos nos direitos adquiridos. As leis foram criadas para atender o interesse da sociedade, desta forma a democracia não deve permitir o predomínio de um poder executivo sobre os outros. É preciso existir um poder judiciário eficiente e competente para enfrentar as pressões principalmente do poder econômico na conquista da justiça social, com igualdade e liberdade sem exceção nem distinção. Quando falo em justiça social, me refiro na garantia do acesso aos direitos previstos em lei, para todos, universalizando-os, anulando as desigualdades, o desrespeito e o que não é legal.

Sobre a política urbana neste período, é importante saber que:

Apesar dos tempos de repressão, dos anos 1970 a meados da década de 1980, observa-se a presença de um trabalho social que foi desenvolvido pelos/as assistentes sociais, comprometido com as reivindicações e a organização popular. Seu foco estava tanto nas ações emergenciais e assistenciais, quanto no fortalecimento das lutas, na perspectiva dos direitos dos/as moradores/as, seja no apoio para a urbanização de áreas precárias e na resistência contra despejos e pela ligação de água e luz, seja na informação e acompanhamento de grupos sociais inseridos em projetos habitacionais, contribuindo para a sua mobilização e participação, tendo em vista a possibilidade de construção de instituições democráticas (CFESS, 2016, p. 37).

Alguns instrumentos internacionais apontam a moradia como um relevante direito social. Porém, existe o agravante de que a maioria da população urbana está privada ou limitada nas possibilidades de suprir suas necessidades básicas.

Bonaldi (2018) discorre sobre a importância dos instrumentos internacionais, que, através de Convenções agem na proteção e promoção do direito à moradia. No Brasil, doze anos após a publicação da Constituição Federal de 1988, o direito à moradia foi elevado à categoria de direito social, por meio da edição da Emenda Constitucional N° 26, de 14 de fevereiro de 2000, ou seja, o reconhece como um direito humano.

Dentre os instrumentos estão: na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, compondo os denominados direitos econômicos, sociais e culturais (BONALDI, 2018). Foi neste documento que pela primeira vez na esfera internacional o direito à moradia foi reconhecido de forma nítida.

De acordo com Bonaldi (2018, p.01, apud ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1965):

Na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965, por exemplo, os Estados partes se comprometeram a erradicar toda e qualquer forma de discriminação étnica, sendo reforçado, no âmbito dos direitos econômicos, sociais, e culturais, o direito à habitação, acompanhado dos direitos ao trabalho, à sindicalização e ao acesso à saúde pública.

Existe também o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) em 1966, onde há o reconhecimento do direito à moradia como um direito humano e obriga os Estados partes a promover e proteger este direito com uma particularidade: de reconhecer o direito à moradia adequada e não qualquer tipo de moradia (BONALDI, 2018, p.01).

A autora explana sobre outras Convenções que reforçam o compromisso do Estado na concretização deste direito humano: Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher de 1979; Convenção Sobre os Direitos das Crianças de 1989. Em 1969, Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Pacto San José da Costa Rica). Organização das Nações Unidas: Declaração de Vancouver Sobre os Assentamentos Humanos de 1976, que determina propostas e princípios gerais aos Estados para melhorar a qualidade de vida nesses assentamentos humanos, ou seja, é de responsabilidade dos Estados desenvolver e implementar políticas e programas focados nessas áreas com o propósito de melhorar a qualidade de vida das pessoas que nelas se encontram. Organização das Nações Unidas Sobre Assentamentos Humanos: Habitat II, em 1996 que debatia sobre dois conteúdos: “Moradia Adequada Para Todos” e “Desenvolvimento de Assentamentos Humanos Sustentáveis em um Mundo em Processo de Urbanização”. Daí foi elaborada a Declaração de Istambul sobre os Assentamentos Humanos e a Agenda Habitat.

Bonaldi (2018, p. 02) esclarece que, no que se refere a uma moradia adequada como a proposta nas diretrizes internacionais, esta precisa ser mais do que um local para abrigar o morador: é fundamental que aja habitabilidade, acessibilidade, segurança física, segurança jurídica da posse, custo acessível, infraestrutura, disponibilidade de serviços, materiais, acesso ao abastecimento de água, saneamento básico, localização com acesso ideal ao trabalho e aos serviços essenciais, estabilidade estrutural, lazer. É o lugar onde o cidadão possa se recolher em busca de paz e sossego após um dia exaustivo de trabalho, um refúgio que seja capaz de resguardar a saúde, a privacidade e a segurança. Infelizmente faltam políticas públicas consistentes e multidimensionais que possam garantir este direito para grande parte da população brasileira.

#### 1.4 A COMPLEXA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL: LIMITES DE UM DIREITO SUBORDINADO À PROPRIEDADE PRIVADA

FIGURA 1: CHARGE O AUXÍLIO MORADIA DOS JUÍZES



11

A moradia é uma necessidade fundamental, mas existe muita dificuldade na garantia do seu acesso e que, no nosso país essa carência se dá pela ausência efetiva de políticas públicas uma vez que predomina um modelo de política mais fortemente voltado para os interesses individuais da elite em detrimento dos menos favorecidos: só os mais ricos, pequena parcela da população brasileira, conseguem adquirir uma casa própria. Aos mais pobres faltam oportunidades de financiamento, faltam programas habitacionais. Nesse sentido é essencial que o/a assistente social esteja junto das famílias para atender suas necessidades, sendo necessária a elaboração de medidas e projetos para diminuir essa carência e que seja capaz de buscar promover a participação social dos usuários visando contribuir para a conquista da moradia e ampliação de direitos.

Quando falo sobre os mais pobres, me refiro a classe trabalhadora que tem a sua força de trabalho explorada nos ditames do capital. Acontece que, nesta sociabilidade capitalista, o que importa é o enriquecimento da classe burguesa, através da superexploração da massa trabalhadora. Neste território capitalista, o que impera é o lucro e nada mais, o Estado atua nesta

<sup>11</sup> O assunto do dia- o Auxílio moradia dos juízes. Esta charge é uma crítica onde o cartunista Duke traduziu o que pensa a nação sobre os penduricalhos dos juízes e congêneres. Fonte: Revista Fórum. **Auxílio Moradia: A charge do dia, por Duke**, 03 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/auxilio-moradia-charge-do-dia-por-duke/>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

perspectiva de reprodução social, diminuindo os recursos destinados a política social, tornando-a cada vez mais fragmentada e piorando ainda mais a vida da maioria da população.

Conforme Montaño (2012, p. 279), não é a escassez de produtos que gera a pobreza como pensado nas sociedades pré-capitalistas: no modo de produção capitalista, a pobreza resulta da acumulação privada de capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre os donos dos meios de produção e donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos de riqueza e usurpadores do trabalho alheio.

Para o autor:

No modo de produção capitalista não é o precário desenvolvimento, mas o próprio desenvolvimento que gera a desigualdade e pobreza. No capitalismo, quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, maior acumulação ampliada de capital e maior pobreza [...] Quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital). Assim, não é escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada a riqueza em poucas mãos) que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Desta forma, quanto mais se desenvolve o capital, a pobreza se expande. Permanecendo na reflexão de Montaño (2012, p. 280), a “questão social”<sup>12</sup> ocorre neste modo de produção capitalista, sendo constituída da relação capital / trabalho. A pobreza no capitalismo, enquanto expressão da “questão social”, se apresenta pela relação de exploração entre capital / trabalho criada nas relações deste modo de produção, onde se gestam as classes e seus interesses.

Então, o pauperismo e a pobreza são gerados pela acumulação privada de capital. Dentro do capitalismo, o causador do empobrecimento de parte da sociedade é o desenvolvimento das forças produtivas, onde o problema não é de distribuição de mercado. Quando se enfrenta a pobreza focando no fornecimento de bens e serviços, esse enfrentamento é paliativo. É imprescindível questionar a propriedade privada e enfrentar a acumulação de riqueza. Neste contexto capitalista, toda forma de combate à pobreza, aumenta a acumulação de capital.

Porém, segundo Montaño (2012):

No entanto, no contexto da ordem do capital, o fornecimento de bens e serviços constitui, em parte, o resultado de demandas e lutas de classes sociais, caracterizando-se assim um processo contraditório entre a sua funcionalidade com a hegemonia e a acumulação capitalista (produtivo-comercial), e a representação de conquistas e direitos dos trabalhadores e cidadãos (MONTAÑO, 2012, p. 280).

<sup>12</sup> Conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FaPa1Oy8kQ65voJ4T345.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

Diante das condições impostas neste modo de produção desigual, analisamos que a “questão social” está assentada na exploração do trabalho pelo capital, sendo que, esta “questão social” geradora de desigualdades, misérias, permanecerá enquanto esse modo de produção existir. “Só as lutas de classes, e a mudança na correlação de forças sociais, poderão reverter esse processo histórico, confirmando e ampliando conquistas e direitos trabalhistas, políticos e sociais, e superando a ordem do capital” (MONTAÑO, 2012, p. 281).

O assistente social trabalha na operacionalização e execução da política social, e esta surge para dar uma resposta para as demandas que surgem na classe trabalhadora. Segundo Behring e Boschetti (2016, p. 37), a partir de 1970 surge e desenvolve-se a política social dentro da acumulação capitalista e da luta de classes, no sentido de demonstrar seus limites e possibilidades de fazer melhorias nas sociedades capitalistas. As autoras afirmam que o Estado cria políticas sociais visando responder as demandas da sociedade e para garantir sua hegemonia.

Behring e Boschetti (2016), descrevem que a política social na ordem do capital, tem um pressuposto inicial que é a questão social, resultante da contradição capital / trabalho que se dá na esfera da produção social das mercadorias e na apropriação privada que é a exploração da força de trabalho. A partir disso, surge a “questão social”, que é o pauperismo, resultado da lei geral da acumulação capitalista. A “questão social” requer a intervenção do Estado, que gera a política social. Desta forma, as políticas sociais nascem como resposta desta “questão social”. “As políticas sociais surgem devido a luta e pressão da classe trabalhadora. Elas colocam limites ao capital, garantindo ganhos aos trabalhadores” (BERING; BOSCHETTI, 2016, p. 37).

As autoras evidenciam que nesta sociabilidade capitalista, produz mais riqueza que é apropriada pela classe burguesa. Ou seja, essa riqueza não é distribuída para todos, acontecem lutas e protestos sociais e com isso, o Estado precisa oferecer serviços sociais e responder a essas pressões, por isso nascem as políticas sociais. A política social é uma intervenção, uma resposta do Estado às desigualdades sociais.

É o Serviço Social que intervém na “questão social”, dentro da desigualdade econômica no âmbito da sociedade capitalista, onde esta desigualdade é questionada e o Estado é chamado a intervir a partir destas políticas sociais. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011), o Serviço Social é uma profissão circunscrita na divisão social e técnica do trabalho que atua diretamente com as expressões da “questão social”, em suas múltiplas manifestações. A política social é o nosso espaço sócio ocupacional.

Neste contexto, fica nítido que o Estado colabora com o sistema capitalista para que a produção de riqueza alcance seu objetivo que é a lucratividade, os rumos da economia, e o controle da infração, esquecendo-se da dignidade humana, seus sonhos.

Por outro lado, a política social é uma ação contraditória pois não serve apenas para o processo de reprodução do capital, mas esta ação também colabora para a sobrevivência da classe trabalhadora diante de todo retrocesso que há nos direitos adquiridos. Como a política social é também uma conquista da classe trabalhadora, tem esse caráter contraditório. O Estado concede, mas não é só isso, é também uma conquista, uma luta social, de uma classe que requer algo.

O capitalismo é um sistema permeado por profundas contradições. Quando maior a riqueza dos donos do capital, maior é a pobreza da classe trabalhadora, essa é a lei geral da acumulação capitalista. Esse modo de produção se assenta na exploração da força de trabalho e na apropriação privada da riqueza que é socialmente produzida. Daí vem a política social, que é uma política pública, de cunho universal, além de ser uma ação do Estado para o atendimento das necessidades sociais e das demandas da classe trabalhadora de modo geral.

Cabe ainda destacar a importância de refletir sobre a habitação para o serviço social uma vez que a moradia corresponde a uma das áreas nas quais o/a assistente social é chamado a intervir de modo a viabilizar o acesso à moradia aos mais pobres. É este profissional que busca a garantia dos direitos dos cidadãos. Vimos diariamente no campo de atuação que as políticas públicas passam por uma série de desmonte, ocasionado, sobretudo, devido aos cortes orçamentários. As políticas públicas encontram-se em constante refração, cada dia mais seletivas e focalizadas, prejudicando ainda boa parte da classe trabalhadora, que vive dia após dia, sendo explorados em todo os seus direitos. Atualmente, nosso país vive um momento de crise econômica que se agravou devido a Pandemia do Covid-19<sup>13</sup>, com aumento expressivo das desigualdades sociais, trazendo incertezas já que, o Estado<sup>14</sup> não consegue atender as demandas e muito menos oferecer segurança ao seu povo.

Vivemos em meio a desafios como desemprego e vulnerabilidade social que traz precariedade nas moradias e falta de condições de subsistência, retrocessos nos direitos

---

<sup>13</sup> A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo Corona vírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Fonte: GOVERNO FEDERAL. **Gov.br**. O que é a Covid-19. 08/04/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

<sup>14</sup> “Conjunto de instituições permanentes- como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente- que possibilitam a ação do governo” (HÖFLING, 2001, p. 31).

adquiridos, fragmentações nas políticas e programas existentes, o que impede o cidadão de acessar oportunidades para o seu desenvolvimento e melhoria de sua qualidade de vida. No governo atual não há interesse em investir em várias áreas como a de assistência social, habitação, saúde, educação e tantas outras.

Isto afeta negativamente a vida da população no geral, pois sem recursos, as políticas sociais não se mantêm e com isso acontecem fragmentações nos serviços de diversas áreas. Congelamento nos gastos é outro fator negativo que impacta diretamente na vida dos brasileiros. Atualmente a situação do país é de aumento substancial do desemprego, gerando o crescimento da marginalidade. O trabalho informal ganha espaço e a fome volta a crescer em meio a crise econômica instalada no Brasil. Desta forma, os direitos trabalhistas de quem trabalha informalmente inexistem prejudicando ainda mais a vida do cidadão.

Neste quadro cabe aos/as assistentes sociais comprometidos com a atuação crítica, intervirem garantindo o acesso dos usuários nas políticas públicas locais existentes, orientando-os e também mobilizando os usuários para a luta pelo direito a cidade. No cotidiano profissional, notamos que todos esses problemas como fragmentação nas políticas públicas, congelamentos nos gastos, retrocessos nos direitos adquiridos, dentre outros, apresentam como empecilhos na atuação dos assistentes sociais, dificultando assim a efetivação das políticas públicas. Desta forma, torna-se essencial o conhecimento institucional por parte do assistente social que trabalhará na objetivação e execução dessas políticas.

Neste contexto, é importante averiguar como se dá a correlação de forças nesses espaços sócio ocupacionais. Muitas vezes, as políticas públicas existentes não conseguem suprir as reais necessidades dos usuários, e o trabalho profissional, torna-se uma rotina desgastante e sem resultados efetivos. Digo isso porque nestes casos, a correlação de forças funciona como impeditivo de materializar e executar a política pública, causando assim um conflito.

Como o assistente social no seu dia a dia ao atuar possui uma autonomia relativa, já que este profissional é também um trabalhador assalariado, que presta na maioria da vezes serviços às instituições públicas, mas que também tem o papel de dar uma resposta as demandas de seus usuários. Desta forma como disposto no Código de Ética do/a Assistente Social<sup>15</sup>, onde o profissional tem como um de seus princípios fundamentais o: “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos

---

<sup>15</sup> Ver em: BRASIL. Código de Ética profissional do/a Assistente Social. Lei nº 8662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Dispõe sobre a profissão de assistente social, já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.** Brasília, 7 jun. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm). Acesso em: 15 de julho de 2021.

aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 2012, p. 23). Assim, o assistente social precisa trabalhar para a garantia e eficácia de uma determinada política.

Assim sendo, é preciso que os/as assistentes sociais se capacitem para garantir a eficácia de uma determinada política neste espaço sócio ocupacional contribuindo de forma produtiva nas ações e direções que envolvam a questão da moradia e da política urbana. Espera-se que os/as assistentes sociais trabalhem no sentido da viabilização dos direitos da moradia digna e que para tanto é fundamental se apropriar dos debates sobre a temática da moradia.

Durante seu trabalho, é importante que se tenha um olhar crítico sobre a realidade posta, como também um conhecimento abrangente do território em questão pois a política social requer um conhecimento técnico e específico, que exige do profissional todo arcabouço teórico recebido em sua graduação e também após esse período, com a continuação constante de estudos e pesquisas sobre leis, orientações do conjunto CRESS<sup>16</sup>/ CFESS<sup>17</sup>, planejamentos anuais do município, orçamento disponível, etc.

Ademais, é dever do assistente social diante a relação com seus usuários:” contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados” (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 2012, p. 30).

Os assistentes sociais em seu exercício profissional, enfrentam diariamente os problemas causados pelo capitalismo. Isto afeta diretamente a classe trabalhadora, que sofre na pele as consequências de um modelo econômico totalmente injusto, desigual e excludente que visa primordialmente o lucro. Nesta dinâmica, as políticas sociais se multiplicam porque as questões sociais só aumentam com o capitalismo. Cabe ao profissional observar o que acontece em seu território de atuação, pois é através do entendimento das demandas que se apresentam que é possível fazer a análise institucional para se conhecer a política social que melhor responda aquela necessidade.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2011), o trabalho do assistente social neste contexto imposto pelo capitalismo, se esbarra cotidianamente a entaves burocráticos que o

---

16 Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) – autarquia com personalidade jurídica de direito público vinculado ao CFESS, com autonomia administrativa e financeira e jurisdição estadual. Fonte: CRESS. **Conselho Regional de Serviço Social 21ª região**. CRESS MS, Disponível em: <http://www.cress-ms.org.br/>. Acesso em: 16 de jul. de 2021.

17 O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Fonte: CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/>. Acesso em 16 de jul. de 2021.

impede de realizar sua função plenamente. Os assistentes sociais são sujeitos assalariados, que vendem sua força de trabalho na maioria das vezes para o Estado, causando assim uma subordinação ao empregador fazendo com que sua autonomia seja relativa. O profissional precisa responder as demandas trazidas pela sociedade, seu exercício se torna contraditório ao ter que confrontar os interesses em sua intervenção através da correlação de forças com quem o emprega de modo a lidar com as contradições da realidade, para assim avançar no enfrentamento dos usuários perante suas dificuldades, fortalecendo-o para conquistar seus direitos, tendo em vista o crescimento da sua autonomia e cidadania.

A autora afirma que:

[...]No desempenho de sua função intelectual, o Assistente Social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos. Isso supõe, evidentemente, por parte do profissional, uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, possibilitando-lhe maior controle e direção da mesma, dentro de limites socialmente estabelecidos. Por outro lado, supõe, ainda, uma clara subordinação do exercício técnico-profissional às suas consequências políticas: aí o caráter propriamente técnico subordina-se à dimensão política dessa prática. Portanto, trata-se da necessidade de uma reflexão sobre o caráter político da prática profissional, como condição para o estabelecimento de uma estratégia teórico-prática que possibilite, dentro de uma perspectiva histórica, a alteração do caráter de classe da legitimidade desse exercício profissional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 103).

Faleiros (2014), esclarece que quando há procura por serviços sociais ou políticas públicas indicam vulnerabilidades sociais, como relações de poder e violência em conflitos familiares, de relação com o crime, desigualdades econômicas de inclusão ou exclusão social, com a falta de habitação, com a piora das condições de vida, dentre outras- são demandas complexas seja por concretização por direitos ou até por atenção especial que exigem dos assistentes sociais um estudo minucioso das relações gerais e individuais e do poder de fornecer as respostas é o que motiva a trabalhar essa correlação de forças.

Faleiros (2014) salienta que o Estado garante os mínimos sociais, impondo regras e limites para o público atendido, com o intuito de manter as condições econômicas da acumulação capitalista e da reprodução da força de trabalho. Na rotina profissional dos assistentes sociais existem limites na intervenção profissional, porém eles podem estabelecer critérios de acesso, de prazo, organizar as demandas e analisar a situação. Nesta dinâmica de trabalho profissional, ao avaliar a conjuntura, é preciso discutir com a gestão, o que traz limites à intervenção, a realização implica também o comando profissional, gerando uma relação

complexa onde relacionam-se os recursos, os dispositivos e os resultados na prática com os usuários.

Continuando a explorar Faleiros (2014), o fornecimento dos serviços sociais está subordinado pela legislação, orçamento e pela organização dos trabalhos num processo de trabalho que depende de uma subordinação gerencial e por relações trabalhistas. É desta maneira que a prática profissional retrata os conflitos e contradições do modo de produção capitalista, da política e das relações de atendimento. Ressaltando que os recursos sempre são dispostos a mínimos sociais, a proporção política do exercício profissional. Segundo Faleiros (2014, p. 717):

A prática profissional é um enfrentamento enquanto relação complexa e contraditória de poder, recursos, valores, linguagem, dispositivos, estratégias, operações, visões de mundo, situações sociais de desigualdade, sofrimento, exclusão. Enfrentamento relacional de determinações econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras, com dinâmica histórica e política da contestação e da expressão de si e da própria sociedade.

Dentro da correlação de forças se faz necessário “enfrentar a burocracia para assim enfrentar a burguesia dominante, colocar os meios a serviço dos fins, as respostas para o público e não para o olhar do gestor” (FALEIROS, 2014, p. 719). Ademais, é preciso que no exercício profissional haja uma crítica à estrutura capitalista.

## 2 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM OURO PRETO E A REDUÇÃO DO DIREITO A UM PROGRAMA

*“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”*

(Art. 6º Constituição Federal Brasileira – 1988)

Nosso objetivo com a discussão apresentada nesse capítulo, é compreender de que maneira o capitalismo busca através da sua forma destrutiva, impor um modelo de cidade, que condiciona a maioria dos cidadãos brasileiros a ocuparem as regiões cada vez mais distantes dos grandes centros, empurrados os para locais sem estrutura, bem como, sem acesso a água tratada, saneamento básico, coleta de lixo e dejetos, centro de cultura que lhes possibilitem exercer uma vida social digna.

Este capítulo foi desenvolvido em dois tópicos, sendo que, no primeiro abordaremos sobre a importância dos movimentos sociais, frisando o MST e o MTST que, através de lutas e resistências, reivindicam-se pela efetivação do direito à moradia digna e reforma agrária. Há um grande déficit habitacional em nosso país, que precisa ser resolvido no que diz respeito a reforma da questão urbana, democratizando esse direito que é uma necessidade humana básica. No segundo tópico, faremos uma discussão sobre as dificuldades existentes em nosso país em se concretizar o sonho da casa própria a maioria da população.

O setor de habitação da Prefeitura Municipal de Ouro Preto que desenvolve o Programa Auxílio Moradia, possui uma equipe multidisciplinar composta por uma assistente social, um Diretor do Departamento, um Engenheiro, um Técnico em Edificações e duas auxiliares administrativas. O trabalho se realiza conjuntamente com a COMPDEC (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil)<sup>18</sup> que vistoria e elabora os laudos comprovando a situação de risco do imóvel e/ou terreno. Através desta organização, o trabalho é realizado de acordo com a determinação da Lei já mencionada.

---

<sup>18</sup> Órgão responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no município. Fonte: GOVERNO FEDERAL. Gov.Br. Minas Gerais. **Criar Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (Compdec)**. 28/07/2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/criar-coordenadoria-municipal-de-protecao-e-defesa-civil-compdec>. Acesso em: 30 de jun. de 2021.

Para ser um beneficiário do referido Programa, é preciso atender aos seguintes critérios: família removida em decorrência da execução de obra pública; família que seja vítima de calamidade, tenha sido removida da área sem condições de retorno, comprovado por laudo técnico da COMPDEC; família que resida em habitação precária em área de risco; família em situação de rua. Tendo direito é necessário atender os seguintes requisitos: o valor da renda per capita na família deverá ser de até R\$ 366,67 (trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), desta forma, o equivalente a 1/3 do salário mínimo atual; não possuir outro imóvel em nome próprio, nem do cônjuge ou companheiro(a); não ter abandonado o Auxílio Moradia sem justificativa plausível, confirmado em Relatório Social; ser residente no município pelo prazo mínimo de 5(cinco) anos; ser dono do imóvel e estar cadastrado no Cadastro Único do Governo Federal (CADÚNICO).<sup>19</sup>

## 2.1 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIAS (MST E MTST) E A LUTA PELO DIREITO À MORADIA

FIGURA 2: CHARGE DE MIGUEL DE PAIVA

---

<sup>19</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é o principal instrumento de identificação e caracterização da situação socioeconômica das famílias de baixa renda que residem em território nacional. É a inscrição no Cadastro Único que permite às famílias de baixa renda o acesso aos Programas Sociais do Governo Federal como o Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) entre outros. Fonte: GOVERNO FEDERAL. Gov.Br. **Ministério da Cidadania**. Cadastro Único. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico/cadastro-unico>. Acesso em: 30 de jun. de 2021.



20

Conforme já exposto, o Art.6º da Constituição Federal de 1988, reafirma a moradia como um direito de todo cidadão. Um dos motivos para a inclusão do direito à moradia na Constituição é a associação direta dele com o princípio da dignidade do ser humano. Este direito deixa de ser individual e passa a ser social, tornando-se relevante para toda a sociedade. Infelizmente, a realidade é bem distinta do que está garantido constitucionalmente. Vejo no meu campo de estágio, quase que diariamente, a indignação da maioria dos beneficiários que não tem uma resposta positiva e definitiva sobre a casa própria. Muitos perderam a esperança de sair do aluguel, tantos outros até já faleceram, porque atualmente não há outro projeto que substitua ou que supere este programa social no sentido de ofertar casa própria aos 140 beneficiários. Pelo contrário: a demanda aumenta diariamente, são vários pedidos de inclusão que chegam ao setor de habitação, devido não haver condições de segurança e habitabilidade para as pessoas de baixa renda, que vivem expostas em áreas ou construções que apresentam risco e/ou em condições de extrema vulnerabilidade, ou também em situação de rua.

<sup>20</sup> Uma das características da atual Constituição Brasileira, promulgada em 1988, é a considerável ampliação da cidadania, abrangendo garantias políticas e sociais, como os direitos à educação e à moradia. O acesso aos mesmos, contudo, é limitado pelas condições de vida de segmentos expressivos da população brasileira, em que a situação de pobreza e a baixa renda tornam-se elementos de exclusão. A charge de Miguel Paiva ironiza, de forma crítica, essa contradição. Fonte: SOCIOLOGIA DE VOTUPORANGA. **Sociologia do Sertão**. Disponível em: <http://sociologiadevotuporanga.blogspot.com/2014/05/revisao-da-avaliacao-da-3-serie-do.html>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

A dificuldade de acesso à moradia é um problema não só em Ouro Preto, mas em todo o Brasil, pois há um déficit habitacional, provocado pela falta de políticas públicas, pelo qual milhões de pessoas se encontram sem a moradia digna. Políticas Públicas são ações, programas e atividades desenvolvidas pelos governos, com a intenção de garantir os direitos da população. A habitação é uma política pública que deveria se tornar prioridade nesse país que apresenta um grande déficit habitacional. Isso torna fundamental refletir sobre essas políticas que abrangem esse tema em questão.

Segundo Holz e Monteiro (2008, p. 27), surgiram transformações sociais em nosso país que ocasionaram este déficit, no início do século XX, devido ao rápido processo de industrialização: houve a expansão das cidades com grande número de pessoas que saíram do campo em busca de emprego para sua sobrevivência e melhorias de vida, porém não haviam no país políticas sociais habitacionais, garantindo assim, o crescimento desordenado dessas áreas urbanas, que sem planejamento, acabaram originando áreas ocupadas ilegalmente e irregulares. Esta inexistência de políticas habitacionais causou um grande impacto porque a maioria das cidades não suportaram esse aumento populacional por não estarem preparadas para abrigar tantas pessoas, e intensificou-se com o passar dos tempos, fazendo com que os trabalhadores menos favorecidos, não consigam ter uma moradia digna.

Nesta dinâmica, o Brasil tem milhares de pessoas que abrigam áreas ou imóveis que apresentam danos ou risco de vida aos moradores, ou que ocupem terrenos ou imóveis abandonados. Nesta realidade, nota-se que a falta de moradia é um agravante social, já que não há qualidade, posse, nem segurança para as famílias mais carentes. Resta a elas, construir seus imóveis de forma improvisada, pois faltam políticas habitacionais a este público. O resultado desse processo acaba por gerar a segregação espacial, dividindo as classes sociais de acordo com a renda em espaços distintos da cidade (HOLZ; MONTEIRO, 2008, p. 27).

Holz e Monteiro (2008, p. 28) salientam que, os mais pobres são deslocados para lugares inseguros, longínquos, com moradias precárias, sem infraestrutura e planejamento, em meio a violência, sem acesso aos serviços básicos, com difícil mobilidade, e sem lazer, com habitações informais, sem registro. Os que possuem melhores condições de renda, abrigam áreas centrais, com estrutura e conforto, com imóveis regularizados. Esta segregação traz problemas sociais e econômicos, causando desigualdade social, exclusão e até discriminação.

Com isto, observa-se menos geração de empregos, o que faz perpetuar a pobreza e a falta do exercício da cidadania. Dados estatísticos do Banco Mundial, mostram que grande parte da produção habitacional brasileira é informal e sem registro, fazendo com que esta população viva em situação de vulnerabilidade.

Em Ouro Preto, cidade com grande maioria de terrenos em áreas íngremes, deixam muitos moradores nesta situação. É tarefa dos municípios criarem políticas que atendam às necessidades dos mais carentes, há emergência em promover e implementar programas para construção de moradias e a melhoria das construções já existentes. Muitas famílias são retiradas pela Defesa Civil, e são incluídas no auxílio moradia, porque o imóvel apresenta algum risco, que muitas vezes poderia ser sanado por um programa de reformas que também não existe. Observo que as políticas públicas devam estar atentas para a criação de projetos de habitação, organizar ações no sentido de resgatar os moradores em situação de rua, a erradicação das favelas e de habitações em áreas de risco.

É neste contexto de dificuldades ao acesso que nasceu o Programa Municipal de Interesse Social- Um Teto é Tudo, que se caracteriza como um Projeto de Apoio Emergencial a Moradia- Auxílio Moradia, que atende aos beneficiários por tempo indeterminado, já que no momento não existe um projeto habitacional que dê casa própria aos que não tem condições de construí-la ou adquiri-la.

Compreendo que a cidade é um lugar de convívio, de civilização, de urbanidade, onde os diferentes, os desiguais possam e devam usufruir e conviver das possibilidades que as cidades podem desenvolver para todos. Os movimentos sociais se colocam em grande relevância neste sentido. De acordo com Leão et al. (2016, p. 02), os movimentos sociais decorrem das desigualdades de classes durante a história e do desenvolvimento do processo urbano industrial, com o objetivo de renovação e/ou manutenção das relações sociais já existentes, quando essas são ameaçadas. É o coletivo contestando, lutando no contexto das relações sociais em busca de direitos e avanços sociais. Estes movimentos ganharam força em nosso país na década de 1970, onde havia a procura do fim da repressão da Ditadura Militar e buscava-se a liberdade individual e democrática.

Os principais movimentos sociais são no Brasil: Movimentos Sociais Ligados à produção, político-partidários, religiosos, do campo, categorias específicas, lutas gerais e movimentos sociais urbanos. Conforme as autoras: “Os movimentos sociais fazem parte da história de todos os povos, eles trazem para junto da sociedade uma nova noção de cidadania e participação popular, e é através de sua atuação que se questiona as ações das instituições públicas e privadas” (LEÃO ET AL., 2016, p. 01).

Neste trabalho, darei destaque a dois grandes movimentos populares: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

Leão et al. (2016), enfatizam sobre as ações desses movimentos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), apresenta-se como um dos movimentos sociais mais notáveis do país.

O MST surgiu em 1984 em Cascavel no Paraná, onde ocorreu o primeiro encontro dos trabalhadores rurais, apoiados pela Pastoral da Terra representante dos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e outras organizações, com o objetivo de discutir e mobilizar a população a favor da efetivação da Reforma Agrária e contra a concentração fundiária e o próprio Estado. Esse movimento surgiu em um contexto político no qual o Regime Militar chegava ao fim, possibilitando à sociedade civil brasileira uma maior abertura política para lutar, reivindicar e debater a respeito de seus direitos (LEÃO et al., 2016, p.03)

O propósito do MST são as questões relacionadas ao trabalhador do campo, a reforma agrária e outras significativas transformações sociais; como também desapropriar os latifundiários que estão em posse das multinacionais e de todas as terras improdutivas. Este movimento combate projetos de colonização e defende a independência das tribos indígenas, e oposto a revisão de suas terras.

Leão et al. (2016) discorrem que, para assegurar que todas as comunidades tenham aquisição de terras é preciso lutar pela reforma agrária. No Brasil há a hegemonia da concentração fundiária e expressiva desigualdade do acesso a terra, onde quem detém o poder é o grande latifundiário, o que impossibilita os menos favorecidos a conquistá-la. O MST está estruturado em 24 Estados e através dele cerca de 350 mil famílias conseguiram suas terras graças as lutas e organizações dos trabalhadores rurais (LEÃO et al. 2016, p. 03). Estas famílias se organizam nos assentamentos que geralmente não oferecem infraestrutura adequada, sendo necessário que continuem empenhando-se para conquistarem direitos primordiais como saneamento básico e energia elétrica, por exemplo.

Hoje, o MST briga pela justiça social e para que a reforma agrária se efetive neste país, pois só assim um grande contingente de pessoas sairá da marginalidade social, gerada pela escassez de acessos a direitos básicos como a moradia. Espera-se que a reforma agrária seja política, fazendo com que estas pessoas consigam sua cidadania.

Já o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), é constituído por trabalhadores urbanos baseado no local onde moram, ou seja, nos bairros periféricos (LEÃO et al. 2016, p. 04). Lutam e agem em sua maioria na cidade. O MTST dispõe moradores sem teto com interesses comuns que se esforçam por moradia e por Reforma Urbana e realizam seus protestos no espaço urbano.

Dentro do modo de produção capitalista, os pobres são deslocados para as periferias, desta forma, o MTST se organiza nesses territórios suburbanos e são opostos aos interesses capitalistas (LEÃO et al. 2016, p. 04). Reivindicam para além da moradia e condições dignas

de existência: pretendem a formação de uma sociedade de caráter socialista, onde todos possam ter o mesmo acesso aos meios de produção e com igual qualidade de vida. O objetivo do MTST é construir o poder popular, com a convicção de que só os próprios trabalhadores podem resolver os seus próprios problemas.

De acordo com Leão et al. (2016), o MTST entende que a luta por moradia não é exclusiva e nem suficiente porque o trabalhador precisa ter protegido o direito a uma moradia digna associada ao pleno acesso à saúde, transporte, educação e infraestrutura. O MTST alega uma Reforma Urbana, já que percebe que a cidade é tratada pelos governantes como uma grande empresa, fazendo com que os menos favorecidos sejam depositos do centro com a intenção de valorizar os imóveis luxuosos construídos nos centros das cidades. Este movimento atua diretamente opostos aos órgãos de interesses adversos aos seus. Realiza mobilizações e ações diretas de pressão e reage através do embate já que considera que a luta começa na rua e essa luta só pode ser realizada pelos trabalhadores em benefício deles mesmos.

Ademais, fica exposto pelos autores que:

A ação mais significativa do MTST é a ocupação de terras urbanas, a todo instante pressionando os órgãos do Estado e os próprios proprietários capitalistas, assim objetivando maior pressão do Estado, o movimento também ocupa prédios públicos. Outra maneira de agir do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é fazendo o bloqueio de rodovias e avenidas importantes, atuando de forma explícita contra situações que são tidas por ele como verdadeiros retrocessos e que prejudicam os direitos sociais (LEÃO et al. 2016, p. 06).

A questão urbana é um desafio em nosso país. Isso se deve a deficiência da política de habitação resultando em uma grave problemática que é a escassez habitacional. Como a moradia corresponde a um direito, é indispensável democratizar o processo de construção de novas casas e do acesso as mesmas, assim como a cidade abrangendo todos os serviços de infraestrutura. É fundamental universalizar a política já que ela é um direito social! Para isso é preciso urbanizar e promover financiamentos para que todos possam ter a chance de possuir um imóvel próprio.

A nossa realidade dentro do modelo econômico ao qual estamos inseridos, digo, o capitalismo, é totalmente injusta, onde o que importa integralmente é o lucro, a acumulação de riquezas. Isto faz com que esse modo de produção fundado no capital acelere cada vez mais as desigualdades sociais afetando substancialmente os mais pobres. Notamos que as cidades se mercantilizaram, tornaram-se mercadoria, onde as áreas centrais são cobiçadas por apresentarem grandes valores em seus empreendimentos, trazendo retorno monetário.

Nesta lógica, duas classes sociais completamente distintas se colocam em um contexto de distanciamento onde quem tem poder e detém dos meios de produção enriquece, e quem não tem nada além do que a própria força de trabalho para ser vendida, é excluído e expulso para bem longe da riqueza produzida. Acabam sendo deslocados para regiões periféricas sem direito sequer ao mínimo de uma sobrevivência digna. Em vista desta discordância, precisamos democratizar a política urbana para reverter essa realidade segregacionista, excludente e discriminatória que está enraizada em nosso país.

Necessitamos urgentemente de justiça social, democratizar o acesso às políticas, universalizando-as e fazer valer nossos direitos. Sem dúvidas, esta necessidade é um desafio já que é custoso articular lutas, mobilizações populares, com o intuito de reivindicar por projetos e ações do Estado. Julgo custoso porque o trabalhador passa o dia todo fazendo o que pode para sobreviver, muitas vezes em um trabalho informal para levar o sustento para a família, sem ter tempo para pensar estratégias que podem mudar suas condições de vida. Porém é nesta situação que demandamos planos de lutas dentro de um projeto que torne a cidade mais democrática. Precisamos de uma cidade mais justa, com maior participação popular em suas melhorias. Continua existindo a concentração fundiária tanto no campo como nas cidades, impedindo que as classes populares consigam morar em áreas com infraestrutura ideal nos grandes centros urbanos.

Os Movimentos MST e MTST são fundamentais para reverter essa segregação urbana que insiste em expandir a vulnerabilidade social que atinge milhares de pessoas atualmente, como mostraram Leão et al. (2016). Tais movimentos representam a voz da população carente, que cobra do Estado seus direitos, luta pela igualdade e exige melhores condições de moradia seja no campo ou nas cidades.

O Estado é o responsável pelo bem estar social, mas ao mesmo tempo é ele quem mercantiliza a produção da cidade. Viver na cidade significa que as necessidades básicas de sobrevivência devam ser garantidas para todos sem exceção por ele, isto é o mínimo que deveria ser assegurado e que infelizmente na prática, não é.

Por esta razão é tão importante que se efetive a reforma agrária e a reforma urbana como reivindicam os Movimentos Sociais MST e MTST. Carecemos de políticas que garantam qualidade de vida nas cidades e no campo para que enfim os acessos a moradia, saúde, educação, trabalho, cultura, mobilidade, saneamento, lazer, sejam democratizados para a população. O Estado tem caráter de classe, ou seja, atende prioritariamente aos interesses da classe dominante, o que dificulta o enfrentamento desse modelo econômico segregacionista que está em vigor em nossas cidades. O Estado se omite porque este processo de concentração da

riqueza e da terra está enraizado em nossa história, já que é fundado na escravidão, na superexploração do trabalho e no poder oligárquico que estimulou uma colonização excludente que repercute até os dias atuais.

Holz e Monteiro (2008, p. 27), esclarecem que visando uma mudança neste cenário, em 1988, foi instituído na Constituição Federal Brasileira, um capítulo atribuído à política urbana, onde a regularização fundiária tem destaque, através da função social da propriedade, como política de habitação social. No que tange ao direito à moradia, este foi incluído no Art.6º da Constituição Federal, através da Emenda 26/2000.

As autoras mostram que:

Com a determinação Constitucional, pela Lei N°10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, aconteceu a regulamentação do capítulo referente à Política Urbana, tornando assim o direito à moradia mais acessível aos milhões de brasileiros que vivem na informalidade, ilegalmente, através de novas políticas de regularização fundiária (HOLZ; MONTEIRO, 2008, p. 27).

Tradicionalmente em nosso país, a formação de áreas ilegais está relacionada ao processo excludente da urbanização e da produção de habitação pelo Estado ao longo do século XX. Desta forma:

Desigualdade social, salários baixos e mercado imobiliário capitalista existem desde a formação brasileira, excluindo assim a maioria da população ao acesso a moradia, propiciando péssima qualidade de vida, segregação, violência nas cidades, periferização e degradação ambiental (HOLZ; MONTEIRO, 2008, p. 28).

Assim, a perpetuação da desigualdade no planejamento urbano intensificou-se com a aprovação da Lei N°601/1850, a Lei de Terras, que legitimava as terras devolutas e a aquisição de terras, definindo em seu Art.1º que o único meio para aquisição da posse de terras era a compra, o que deslegitimava o acesso à terra pela propriedade ou ocupação. Outro fator que agravou o problema habitacional brasileiro foi a abolição da escravatura em 1888, pois os escravos libertos migravam rumo às cidades despovoando as áreas rurais em busca de sobrevivência e nas cidades inexistiam políticas públicas que acolhessem a população que chegava em busca de moradia (HOLZ; MONTEIRO, 2008, p. 29).

Desde modo, cidades foram formadas desordenadamente, sem uma sincronia entre o acesso a moradia com o crescimento populacional, situação existente desde a formação da sociedade brasileira no que diz respeito à construção das cidades.

## 2.2 A AUSÊNCIA DO ESTADO EM GARANTIR O DIREITO À MORADIA

*“A habitação é uma necessidade humana básica para a reprodução social dos indivíduos, sejam eles pobres, sejam ricos, morem na pequena cidade ou na metrópole”*  
(BUONFIGLIO, 2018, p.12).

FIGURA 3: CHARGE DESEMPREGO



Charge do Duke (otempo.com.br)

21

Podemos definir a habitação como uma necessidade humana básica. Para Buonfiglio (2018), no modo de produção capitalista, esta necessidade se torna uma carência atual nas cidades já que não é concretizada para a maioria da população. A moradia equivale a um sonho do ser humano, cabe ao Estado criar políticas públicas eficazes, com engajamento orçamentário e com ações reais voltadas principalmente aos mais carentes.

O que acontece em nosso país é que, a escassez de moradia está associada a um passado histórico, consequência da política sempre voltada aos interesses particulares da classe

<sup>21</sup>A crise do Corona vírus deixará até 12,6 milhões desempregados e provocará contração recorde de quase 15% na renda dos trabalhadores, caso o governo não amplie os instrumentos de transferência de renda à população e de ajuda a empresas para que mantenham empregos. Fonte: CUCOLO, Eduardo. Pandemia pode deixar até 12,6 milhões de desempregados no Brasil, aponta estudo. In: **Blog do Ronaldo Braga**. 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ronaldobraga.com/2020/04/pandemia-pode-deixar-ate-126-milhoes-de.html?spref=pi>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

dominante, rejeitando os mais vulneráveis. Ao trabalhador, esta necessidade não se satisfaz, pois seu rendimento não consegue suprir este anseio, o capitalismo não possibilita condições para que esse trabalhador pague pela moradia num contexto de desigualdades sociais que englobam dificuldades financeiras e salários insuficientes. Para o capital, vista como objeto de necessidade para além de sua utilidade, a mercadoria se torna valor de troca puramente econômica.

Assim sendo, a habitação é uma mercadoria que atende e satisfaz a necessidade básica e elementar como manutenção do habitante da cidade em sua própria condição humana. Dentro deste modelo econômico ao qual estamos inseridos, uma necessidade que não pode ser realizada, é uma necessidade, porém, quando esta pode se efetivar no mercado, se apresenta como demanda. Assim, ao se produzir uma necessidade, seu consumo se torna essencial, mas a escassez de demanda é um empecilho para a acumulação de capital, visto que o salário do trabalhador é insuficiente para o consumo de suas necessidades. No que se refere a habitação, com o objetivo de evitar esta situação, o capitalismo oferta condições de créditos ao consumidor para poder comprar e possibilitar assim a circulação de dinheiro. O chamado segmento econômico no mercado imobiliário, originou-se com a expansão da indústria de crédito e se refere ao mercado de imóveis residenciais com valor de até R\$ 200 mil reais, proposto a famílias com rendimentos mensais de três a dez salários mínimos.

Buonfiglio (2018), esclarece que nesta condição, a habitação existindo como uma mercadoria neste modelo econômico, denominado capitalismo, o mercado imobiliário estimula altos ganhos monetários. Para se ter um imóvel é essencial comprá-lo ou alugá-lo. O mercado imobiliário é amplo e formado por proprietários rentistas, capitalistas fundiários, corretores de imóveis, profissionais liberais tais como arquitetos, engenheiros, etc. Tal mercado dificulta muito o acesso à moradia pois tende a elevar os valores em suas negociações. São diversos fatores que dificultam o acesso, dentre eles cito a especulação imobiliária que acontece quando se compra um imóvel ou terreno e não se faz nenhum uso dele, apenas espera por sua valorização. Essa especulação gera a existência de imóveis e terrenos ociosos em áreas com boa infraestrutura, apenas a espera de aumentar seu valor.

A mercadoria habitação tem uma particularidade, pois, ela consiste no mercado de terras, não se permitindo produzir e consumir em qualquer lugar, mas sim em solo edificável em uma determinada parte da terra. Seu preço equivale ao custo da terra, a uma produtividade complexa, com longo tempo de produção e de difícil execução, pois não se constrói do dia para a noite. Isto gera uma realidade de diferenças em nossas cidades, criando a segregação e a

marginalização dos pobres das melhores áreas, expulsando-os para áreas periféricas, visto que o salário do trabalhador não consegue comprar terra nem casa.

Um recurso comum usado pelos brasileiros para satisfazer a necessidade da moradia, é conhecido como autoconstrução. Nele, a população carente constrói seu imóvel sem mão de obra qualificada, sem arquiteto, sem engenheiro. De acordo com Buonfiglio (2018), esta autoconstrução acontece nas encostas de morros, várzeas, áreas sujeitas a inundação, formando favelas e loteamentos clandestinos. Todos estes elementos negativos, são resultado da habitação de alto custo e inacessível que impera em nosso país que acaba por originar o favorecimento da autoconstrução da moradia em terreno precário, periférico, irregular e inseguro.

Dados da Fundação João Pinheiro (FJP) constata o déficit habitacional em nosso país, onde são comprovadas as precárias condições das moradias, contabilizando as características das construções precárias, levando em conta a convivência familiar, o alto valor do aluguel, ou se são locados com muitas pessoas no mesmo espaço. Também foram avaliadas inadequações nos imóveis em relação a questão fundiária, se há serviços básicos de infraestrutura, banheiro, tipo de cobertura, média de moradores por dormitório. O resultado que comprovou este déficit foi a existência excepcional da precariedade nas residências que carecem de infraestrutura nas favelas, nos loteamentos, nas áreas irregulares que cresceram no Brasil, tornando a habitação um problema social urbano.

O estudo da Fundação João Pinheiro foi contratado pela Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério do Desenvolvimento Regional, contendo informações do período de 2016 a 2019.

O trabalho demonstra que o déficit habitacional absoluto no Brasil passou de 5,657 milhões em 2016 para 5,877 milhões em 2019. O déficit habitacional relativo foi de 8% em 2019. Esse é um dado importante, porque pode facilitar novas análises para a formulação de políticas públicas direcionadas à solução do problema (VASCÓNCELOS, 2021, p. 01).

Esta triste realidade mostra que no Brasil o direito de morar, de viver e de ocupar é negado para a maior parte da população pobre, que sem recursos é negligenciada. Buonfiglio (2018) expõe que a habitação é um instrumento da política pública, que está fundamentada na teoria do Estado. Em se tratando de sua elaboração, o Estado precisa ajustar os parâmetros jurídicos, as funções sociais e os interesses daqueles que se favorecerão da política. O início da habitação como política social no Brasil esteve ligada à questão social. Foi no Governo de Getúlio Vargas em 1923, que se desenvolveu a política pública da habitação, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP).

A moradia popular destes IAP era relacionada às categorias do trabalho. Em 1964 foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), que representou a interrupção da intervenção do Estado para aquisição de moradias. Assim, com a criação do BNH, ficou para o trabalhador a responsabilidade em adquirir a casa pelo mercado imobiliário através de financiamento sem a participação de sua categoria específica de trabalho.

Antes do BNH, o Estado construía e financiava as unidades habitacionais (IAP): com o BNH, o Estado não mais produz e passa a ter a função de financiador. Então, o setor privado começa a edificar as casas populares com recursos do Estado, desde o BNH até hoje com a Caixa Econômica Federal. O BNH existiu durante o período governado por militares. Em 1967, surgiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mantido por recursos vindos da força de trabalho dos brasileiros, transformando na fonte financeira do BNH. Daí, os conjuntos habitacionais suburbanos feitos com infraestrutura simples foram construídos com o ganho de recursos da massa salarial dos trabalhadores.

O BNH/ FGTS e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) mudaram as relações de contrato de trabalho modificando a estabilidade do trabalhador para alcançar a acumulação flexível do capital, enfraquecendo as relações de trabalho e as lutas de classe. O enfraquecimento das relações de trabalho forma uma grande massa urbana de trabalhadores precários estendendo-se essa precariedade na moradia. Como a política estatal de habitação deslocou-se do emprego, da previdência social e das classes trabalhistas, eliminou a possibilidade do trabalhador de conquistar um imóvel subsidiado por toda uma vida de trabalho.

No que se refere a Habitação de Interesse Social (HIS), a autora aponta que:

A Habitação de Interesse Social (HIS) não nasceu como política pública acabada, fora sendo gestada pelo Ministério das Cidades (criado em 2003) e respaldada politicamente pelo Conselho Nacional das Cidades e ao longo das quatro Conferências das Cidades (em escalas Nacional, Estadual e Municipal). A HIS foi em realidade um conjunto de ações para o tratamento da questão habitacional em nível nacional que consolidou um marco regulatório importante no país; a Política Nacional de Habitação (2004); a Lei Federal que instituiu o Sistema Nacional de Habitação (SNH, Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005) e o Plano Nacional de Habitação, aprovado em 2009 (PlanHab). Tal legislação carimbou a política urbana brasileira com seu rótulo IS de “interesse social” (BUONFIGLIO, 2018, p. 12).

Portanto, os programas de Habitação de Interesse Social (HIS), têm o propósito de viabilizar a população mais carente o acesso à moradia adequada e regular, e ajudar a reduzir o déficit habitacional em nosso país. Essas habitações tem baixo custo, precisam ser construídas de forma mais rápida, com qualidade e com menor custo possível e com orçamento bem planejado.

Com o objetivo de combater o déficit habitacional do país, incentivar a economia, gerar empregos por meio da construção civil e proporcionar a realização da compra da casa própria para famílias de baixa renda, em 2009 foi criado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Programa Minha Casa Minha Vida. Este Programa tem o intuito de proporcionar a população de baixa renda condições de acesso à moradia própria, seja em áreas urbanas como também em áreas rurais. Desta forma, o governo oferece condições especiais de financiamento, através de parcerias com estados federativos, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos.

O Programa Minha Casa Minha Vida serviu para estabilizar a economia nacional, limitar efeitos da crise internacional e para aquecer o mercado interno de materiais de construção. Portanto, o Minha Casa Minha Vida não se origina no bojo da HIS, tendo, inclusive, “atravessado” tal política que se estava estruturando em nível municipal com a obrigatoriedade dos planos locais de habitação e conselhos locais como instrumentos de planejamento e espaços de participação popular. O Minha Casa Minha Vida adentrou o território urbano, das metrópoles aos pequenos municípios trazendo uma enxurrada de empresários à porta das prefeituras dispostos a oferecer uma gama de projetos de empreendimentos em áreas periféricas, salvo raras exceções. O Programa Minha Casa Minha Vida “aterriça” nos municípios à revelia do planejamento urbano da cidade, eventualmente progressista, com os vazios urbanos centrais e/ ou ZEIS mapeadas entre outras demandas sociais apontadas em planos diretores e / ou PLHIS. Com a chegada do Minha Casa Minha Vida, as estruturas locais da esfera pública que ainda estavam sendo esboçadas como os conselhos locais num formato mais horizontal com membros da sociedade civil foram perdendo espaço na disputa política<sup>12</sup> porque os projetos habitacionais voltaram a se encerrar nos corredores e gabinetes dos gestores com empresários, sobretudo, na negociação de terras públicas e privadas bem como sua localização, tamanho, porte e tecnologia do projeto (BUOFIGLIO, 2018, p. 12).

O Programa Minha Casa Minha Vida funciona da seguinte forma<sup>22</sup>: é dividido em quatro faixas, sendo que, a faixa 1 é destinada para famílias com renda bruta de até R\$ 1,8 mil reais. O financiamento do imóvel tem prazo de até 120 meses com prestações entre R\$ 80,00 a R\$ 270,00 reais. Esse grupo tem direito a condomínios padronizados construídos pelo Governo Federal. Na faixa 1,5 é para famílias com renda bruta de até R\$ 2,6 mil reais. Neste caso, é possível financiar um imóvel subsidiado pela Caixa Econômica Federal com taxas de juros de 5% ao ano e até 30 anos para pagar. Além de poder solicitar subsídio de R\$ 47,5 mil reais. Na faixa 2 entram famílias com renda bruta de até R\$ 4 mil reais. Essas pessoas têm direito a subsídio de até R\$ 29 mil reais. Na terceira e última faixa, enquadram-se famílias com renda bruta de até R\$ 7 mil reais. Esse grupo tem taxas de juros especiais na compra do imóvel. Para se ter direito a este programa, não é permitido que algum membro da família possua imóvel em

---

<sup>22</sup> Como Funciona O Programa Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/imoveis/como-funciona-o-programa-minha-casa-minha-vida-0720>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

seu nome, e na faixa 1, também não é permitido ter recebido qualquer benefício habitacional, seja no Município, Estado ou União.

O Programa Minha Casa Minha Vida foi o maior programa habitacional do Brasil, entregando cerca de 4,5 milhões de unidades habitacionais em todo o país. Atualmente foi substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela<sup>23</sup>, criado pelo atual Presidente Jair Bolsonaro, sendo coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, com a meta de atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda até 2024.

O Programa Casa Verde e amarela atua com o financiamento habitacional, na regularização fundiária e na melhoria de residências. O governo pretende regularizar 2 milhões de moradias e melhorar 400 mil unidades habitacionais também até 2024. Este programa traz as seguintes mudanças:

O Programa Minha Casa Minha Vida atuava apenas com a construção e financiamento da casa própria. O programa habitacional do atual governo constrói e financia unidades habitacionais, mas também atua na regularização fundiária e na melhoria de casas e apartamentos já construídos. O programa habitacional extinto tinha uma taxa de juros única para todo o país, variando apenas de acordo com a faixa do mutuário. O Programa Casa Verde e Amarela tem taxas de juros variadas de acordo com a faixa de renda e, também, a cidade onde o imóvel financiado está localizado. Cidades das regiões Norte e Nordeste tiveram uma redução nas taxas de juros em até 0,5% para famílias com renda mensal de até R\$ 2 mil e 0,25% para as que ganham entre R\$ 2 mil e R\$ 2,6 mil. Em relação à melhoria habitacional, serão contemplados proprietários de imóveis selecionados para a regularização fundiária, cuja renda familiar mensal não ultrapasse R\$ 2 mil. O proprietário precisa estar cadastrado no CADÚNICO. Já em relação à regularização fundiária, o governo concederá o título que garante o real direito sobre o imóvel para famílias com renda mensal de até R\$ 5 mil. Casas localizadas em áreas de risco ou não passíveis de regularização não serão contempladas. A segmentação dos beneficiários também mudou. Agora, são 3 faixas na área urbana e mais 3 na área rural. Na área urbana: Faixa 1 (renda familiar até R\$ 2 mil mensais); faixa 2 (renda familiar entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil mensais); faixa 3 (renda familiar entre R\$ 4 mil e R\$ 7 mil mensais). Na área rural: Faixa 1 (renda familiar até R\$ 24 mil anuais); faixa 2 (renda familiar entre R\$ 24 mil e R\$ 48 mil anuais); faixa 3 (renda familiar entre R\$ 48 mil e 84 mil anuais). As regiões Norte e Nordeste também passaram a ter um limite do valor dos imóveis financiados mais alto em cidades com até 100 mil habitantes, passando de R\$ 78 mil para R\$ 90 mil. Valores recebidos como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego e Bolsa Família, entre outros, não contarão mais no cálculo de renda para definição da faixa do programa do beneficiado (REVISTA QUAL IMÓVEL, 2021, p. 02 e 03).

Espera-se com essas mudanças, que o atual Programa Casa Verde e Amarela consiga cumprir sua pretensão e assim melhorar o déficit habitacional existente em nosso país. Como o Programa Minha Casa Minha Vida foi o maior do país, almeja-se que agora o seu substituto cumpra sua proposta em prol de quem necessita de um lar.

---

<sup>23</sup>Lei N° 14.118, de 12 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.118-de-12-de-janeiro-de-2021-298832993>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

### 3 DO LOTE AO LAR: A POPULAÇÃO BRASILEIRA E O SONHO DA CASA PRÓPRIA

FIGURA 4: CHARGE MORADIA CIDADE NO BRASIL



24

Para o desenvolvimento deste capítulo, faremos novamente um breve resgate da fundação da Cidade de Ouro Preto e da “intenção<sup>25</sup>” da pesquisa que pensamos para a elaboração desse trabalho de conclusão de curso.

Discutiremos três tópicos neste capítulo, sendo que, no primeiro, mostraremos a dinâmica do Programa “Um Teto é Tudo” desde a sua criação até os dias atuais, fazendo uma relação com a proposta apresentada no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), elaborado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP), no ano de 2012. Já no segundo tópico, discutiremos sobre as falhas existentes nesse programa. No terceiro e último tópico, analisaremos o processo de estágio e os desafios colocados na intervenção profissional. Analisaremos também a importância com o nosso compromisso ético durante nossa atuação cotidiana em meio aos atravessamentos colocados em nossa realidade capitalista.

<sup>24</sup>Mesmo sendo um direito, faltam moradias em nosso país. Fonte: Artonauro Cartuns. **Charge Moradia Cidade no Brasil**. Disponível em: <http://www.arionauocartuns.com.br/2020/01/charge-moradia-cidade-no-brasil.html>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

<sup>25</sup> Digo intenção, pois, conforme apresentado aqui em outro momento, a pesquisa que pretendíamos fazer, não pode ser realizada, pois ainda estamos em um estado pandêmico, de modo que tivemos que reorganizar esse trabalho para uma revisão bibliográfica, conforme explicaremos mais adiante.

Fundada no século XVIII, no ano de 1711, Vila Rica, hoje chamada Ouro Preto, surgiu como promissora devido sua riqueza pelo ouro e muitos minérios de valor. Como aborda Vieira (2016), sua criação se deu a partir da junção dos arraiais do Ouro Preto (Nossa Senhora do Pilar) e de Antônio Dias (Nossa Senhora da Conceição). Neste período do século XVIII, a cidade era um importante centro de comércio da Capitania e local de disputa na exploração aurífera.

Alves e Diogo (2015) mencionam que em 1839 foi criada a Escola de Farmácia e em 1876 fundou-se a Escola de Minas. Ocorreu que, com a mudança da capital para Belo Horizonte e diminuição da extração dos minérios, em 1897, houve um grande êxodo populacional na região. A saída dos moradores ouro-pretanos foi revertida a partir de 1940 com a recuperação econômica local, motivada pela industrialização. Os trabalhadores foram atraídos para a cidade com a instalação das fábricas. Dentre elas estão a Eletro Química Brasileira S/A de Ouro Preto (Elquisa), a Alumínio Minas Gerais S/A (Alcan), a Novelis do Brasil controlada hoje pela Hindalco do Brasil. Devido a industrialização, surgiram novas construções em Ouro Preto. Entre os anos de 1950 a 1960, com a implantação da Alcan, retomou-se o crescimento econômico e populacional, incrementou-se o turismo e expandiu-se a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Com o tombamento da cidade em 1938, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) essa expansão no que se refere as edificações começou a se limitar e, em 1980, a cidade se tornou Patrimônio Cultural da Humanidade. O título dado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reconhece o valor histórico do local e exige a preservação do conjunto arquitetônico. Foram proibidas novas construções no centro histórico que é a área menos íngreme já ocupada por casarões da classe média alta e também por repúblicas estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Famílias com baixo poder aquisitivo para comprar, alugar ou construir no centro histórico, ocupam áreas periféricas da região, que em muitos casos são vulneráveis territorialmente. A desigualdade no segmento moradia em Ouro Preto surge após o fim da escravidão. Os negros alforriados, sem salários e sem onde morar, tinham que ocupar terras periféricas e precárias. Com o passar do tempo, o problema habitacional se agravou. O aumento do turismo e a burocracia para construir nas áreas tombadas supervalorizaram o centro, com aluguéis entre R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00. Nos bairros periféricos os valores são mais acessíveis.

Bohrer (2019) explana que situada em um terreno extremamente montanhoso e acidentado, a relação ocupação urbana versus relevo e geografia, se deu primordialmente devido a ambição pelo ouro. Por causa do interesse pelo mineral, a ocupação de Ouro Preto

aconteceu nas margens dos rios onde o ouro era abundante e nos morros que contornavam a cidade que eram cheios de minas e sarilhos. Assim, entre montanhas e morros a cidade evoluiu, através dos dois arraiais de Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora da Conceição, cada um com sua capela, situadas próximas dos córregos onde se extraía o ouro, a evolução urbana foi se desenhando através de um sobe e desce de terrenos íngremes.

É através desta história que Ouro Preto se desenvolveu e se expandiu em meio a grandes áreas em situação de risco para muitos moradores. Morar bem e com segurança no centro histórico é para a minoria, então, restou a maioria ocupar espaços em áreas periféricas e com algum tipo de perigo, por se tratar de terrenos em morros e encostas: nestas áreas que nasceram bairros que apresentam risco à população. A realidade obriga pessoas que não possuem condições financeiras de adquirir um imóvel seja ele alugado ou próprio em bairros centrais a residirem em áreas periféricas, mais distantes e com menos infraestrutura urbana. Geralmente, são bairros que se formaram sem planejamento, compondo áreas menos atraentes e insalubres. A Defesa Civil aponta que os bairros situados em área de risco alto são: Taquaral, Santa Cruz, São Francisco, São Cristóvão, Alto da Cruz e Alto das Dores.

### 3.1 “UM TETO É TUDO” – ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O PROGRAMA HABITACIONAL DA CIDADE DE OURO PRETO

Dentro deste cenário, o município, responsável pela segurança e bem estar de seus moradores, percebeu a necessidade de auxiliar essas famílias, principalmente as mais carentes, com menos recursos financeiros; então criou no dia 13 de julho de 2006, de Lei N°264, dando origem ao Projeto de Apoio Emergencial a Moradia denominado “Um Teto É Tudo”. Em minha pesquisa, não encontrei documentos sobre programas anteriores a este que desse apoio às famílias habitantes em áreas de risco que precisassem de amparo do município em caso de emergência.

Para ter direito de inclusão no Programa Auxílio Moradia e se tornar um beneficiário do referido programa atualmente é necessário que a família seja removida em decorrência de realização de obra pública; família que, vítima de calamidade, tenha sido retirada de área sem condições de retorno, comprovadas por laudo técnico da Defesa Civil; família que resida em habitação precária, localizada em área de risco, com laudo da Defesa Civil e que não seja proveniente de ocupação irregular (invasão); e família em situação de rua.

A proposta deste Programa assegurará aos seus beneficiários: imediato assentamento em imóvel dotado de condições de habitabilidade, respeitando o valor de referência, que hoje é de R\$500,00; apoio material, assistencial e jurídico para a desocupação da área pública e para o assentamento; direito de transferência e vaga em pré-escola, em escola pública e em creche conveniada às crianças e adolescentes atingidos. A família que é responsável em escolher o imóvel que será alugado. Como o aluguel em Ouro Preto é demasiadamente caro, caso a escolha seja de um imóvel com valor superior ao proposto, cabe a família arcar com a diferença acima dos R\$ 500,00.

Esta Lei N°264 é de autoria do Prefeito Municipal Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, vem sob o Projeto de Lei N°82/06 e permaneceu deste modo até sua alteração que ocorreu em 26 de dezembro de 2017. Durante onze anos, os beneficiários que se enquadravam no perfil recebiam o auxílio moradia com esses requisitos, porém, com o passar dos anos, houve a necessidade de mudanças, para adaptar-se aos tempos atuais. Então, de acordo com a alteração, criou-se a Lei N° 1076/2017 que muda a redação da Lei N° 264/2006. Com a nova redação, as novas regras são: o valor da renda agora deverá ser correspondente a 1/3 do salário mínimo vigente; o beneficiário não poderá possuir outro imóvel em seu nome e/ou do companheiro; o beneficiário não poderá ter abandonado o programa sem justificativa plausível, confirmada em relatório social pelo assistente social; residir no município no mínimo há cinco anos; ser dono do imóvel; ser cadastrado no Cadastro Único do Governo Federal (CADÚNICO).

Esta alteração aconteceu no governo do Prefeito Júlio Ernesto de Grammount de Araújo e foi necessária para se adequar aos dias atuais. Foi de extrema importância para a continuidade do Programa Auxílio Moradia, seja no que se refere ao orçamento e também no perfil dos beneficiários. Assim, vão acontecendo mudanças esporadicamente, seja para atualizar valores do aluguel, seja para outras adaptações pertinentes para a permanência do Programa. Tais mudanças sempre acontecem através de Decretos Legislativos.

Hoje o município assiste neste programa cerca de 140 (cento e quarenta) famílias que atendem os requisitos para inclusão no benefício, como relatei acima. Existe uma lista de espera pois os recursos atuais não conseguem aumentar o número de beneficiários. Por mês o município desembolsa R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no pagamento desses aluguéis. Para estas 140 famílias está garantido o aluguel pago no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), onde a Prefeitura é interveniente: faz a ligação entre o proprietário do imóvel e o beneficiário, mediante contrato de locação. Estes contratos acontecem tanto na sede como nos distritos.

O valor do aluguel é depositado diretamente na conta do proprietário. O recurso para manutenção deste programa vem do Fundo Municipal de Habitação (arrecadação do Município

através de impostos), que é destinado para o Programa Habitacional e efetua o pagamento desses imóveis alugados pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Pela dinâmica do referido Programa, a Prefeitura não se responsabiliza com a reforma dos imóveis alugados por ela visto que, antes ocorriam muitos estragos e essa mudança foi essencial, já que com a reforma aumentavam exponencialmente os gastos. Não existe neste município um programa para fornecer material de construção para as famílias de baixa renda.

Em dezembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, na gestão do Prefeito Ângelo Oswaldo Araújo Santos, elabora o Plano Local De Habitação De Interesse Social (PLHIS), onde detalha as diretrizes que serão seguidas no trabalho destinado a habitação no município, o diagnóstico do setor habitacional e as estratégias de ação. Foi-me disponibilizada uma cópia desse PLHIS no setor de habitação, através de e-mail. Não encontrei este documento digitalizado com acesso ao público. Aliás, muitos documentos que não foram digitalizados quando houve a informatização no município, se perderam por não estarem guardados adequadamente. Senti essa dificuldade ao realizar este trabalho em encontrar documentos antigos sobre a habitação de Ouro Preto.

O Arquivo Público Municipal e a Biblioteca Pública permanecem fechados para atendimento ao público desde março de 2020 até o presente momento. Este documento foi elaborado pela equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, composta por uma assistente social, por uma arquiteta e dois técnicos de edificações.

A equipe então, coletou informações sobre a caracterização do município, com o objetivo de definir suas necessidades habitacionais, realizou vistorias técnicas em vários bairros e distritos, executou reuniões e audiências públicas para construir diagnósticos setoriais. Foram detectadas necessidades institucionais, como carência de profissionais técnico administrativos qualificados; excesso de demandas concentradas em profissionais qualificados em detrimento dos demais, no caso, sobrecarregando um engenheiro e arquiteto, em atividades que diferem de sua atuação profissional; atualização e articulação do cadastro habitacional, pois constataram a não existência de um banco de dados específico, digitalizado, geo-referenciado e articulado a outros serviços, o que dificulta os processos de seleções dos beneficiários e monitoramento de processos em curso; falta de espaço físico e equipamentos de informática, bem como informatização de dados.

Ao produzir esta pesquisa, tive dificuldade em encontrar documentos sobre programas e serviços que se referem a habitação de Ouro Preto, fui informada por funcionários da Secretaria de Assistência Social, que muitos documentos se deterioraram e se perderam por não ter um lugar seguro e apropriado para guarda-los e também porque anteriormente não existia a

possibilidade de informatizar a documentação, e quando isso foi possível, a maioria desses documentos já inexistia, o que comprova a elaboração do PLHIS.

Diante das necessidades detectadas, o Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania da época de elaboração do PLHIS, fez a estruturação do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social de Ouro Preto. Assim, elaborou Anteprojetos de Lei para estruturação deste Sistema em questão; bem como para a estruturação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMAC), criando cargos específicos para o desenvolvimento das ações habitacionais; e transferiu a SMAC para edifício com estrutura adequada e com melhores condições de trabalho.

No PLHIS é transcrito informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP). Mostra sobre o Programa Habitacional “Um Teto é Tudo”, criado no ano de 2006, que atua prioritariamente em acolher famílias removidas de áreas ou situações de risco, com ação conjunta da Comissão de Defesa Civil do município. Relata que o “Auxílio Moradia” constitui num programa de acolhimento emergencial atendendo famílias quando se faz necessário a sua retirada de dentro de sua moradia, com avaliação técnica da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, ou outra intervenção oficial, tendo em vista preservar as vidas das pessoas do núcleo familiar. O primeiro acolhimento emergencial pode ser um abrigo institucional, e em seguida, comprovado o impedimento de retorno à residência, e preenchidos os requisitos de vulnerabilidade social, conceder o pagamento do aluguel em uma nova moradia. A ação seguinte prevista, seria a requalificação das unidades habitacionais precárias, que necessitam de uma urgente intervenção para compensar alguma situação de insegurança ou insalubridade da moradia. Tem situações por exemplo de risco de queda do telhado ou de trincas apresentadas em alguma alvenaria por falta de estruturação do imóvel, ou falta de banheiro sanitário, ou falta de um piso impermeável.

As questões apontadas acima, necessitam de uma intervenção física no imóvel e também de um trabalho técnico social com a família. Quando o PLHIS foi elaborado, anualmente eram realizadas em média 100 (cem) requalificações habitacionais. Foi constatado neste estudo do PLHIS que, quando as condições eram muito precárias, onde seria necessário a reconstrução total do imóvel, o atendimento anual, nestas condições era em média de 30 (trinta) intervenções.

Segundo informações apresentadas no PLHIS (2012), a principal linha de trabalho do Programa “Um Teto é Tudo” se dá no Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, que consiste na ação de reordenar um território urbano. Tem-se uma intervenção de remoção conjunta de várias famílias de uma situação de risco, dentro de um mesmo território, e programados os seus reassentamentos em uma nova área, de preferência

próxima, com uma ação de recuperação ambiental da área onde se deu a remoção, e a implantação dos serviços de infraestrutura básica, nas áreas de implantação e no seu entorno também. Em dezembro de 2007, o município recebe R\$ 8,1 milhões de reais para desenvolver projetos nesse viés. Os projetos foram concluídos e aprovados.

Para o contrato desse repasse financeiro, existem três projetos para construção de conjuntos habitacionais nos distritos de Antônio Pereira com 57 casas, 155 em Cachoeira do Campo e na sede, no bairro Santa Cruz 40 casas. O investimento para estes projetos totaliza R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais), sendo R\$ 8.100.000,00 (oito milhões e cem mil reais) repassados pelo Ministério das Cidades, e R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) pelo próprio município. Neste cenário, há a previsão de se fazer um trabalho técnico com as famílias, buscando a promoção social, interação com o empreendimento, entre outros, além da regularização fundiária, onde terá a entrega da documentação regular do imóvel, sua escritura e registro em cartório. No PLHIS (2012) consta também um projeto para o distrito de Santa Rita de Ouro Preto, onde o município captou mais R\$ 4,1 milhões de reais para a construção de 45 casas, mas este até o momento não teve nenhum avanço.

Em 2011, quando o PLHIS estava sendo elaborado, em Cachoeira do Campo, já haviam sido erguidas 20 casas e estava em continuidade mais 15 a princípio destinadas a famílias do bairro Taquaral. No momento da construção das casas em Cachoeira do Campo, algumas famílias que não tinham onde morar, ocuparam as casas ainda sem acabar, através de invasão. Assim, através de um acordo na justiça estas famílias que invadiram e ocuparam as casas, foram legitimadas a recebê-las. A Prefeitura, intermediada pelo Fundo Municipal de Habitação e com acerto feito entre Câmara Municipal e famílias removidas do bairro Taquaral, firmou acordo de indenizar em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) vinte e sete famílias. Até o final do ano de 2011 todas essas famílias receberam a indenização.

No PLHIS (2012), previa também o Programa de Assistência Técnica Gratuita, criado pela Lei Municipal N°610/10, que estabelece o Serviço Municipal de Engenharia e Arquitetura Pública, assegurando às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e acompanhamento da construção de habitação de interesse social.

Em 2007 começaram as obras de construção das casas populares, em Cachoeira do Campo- O conjunto habitacional foi denominado Residencial Vila Alegre e Residencial Dom Luciano Mendes de Almeida em Antônio Pereira. As casas das unidades habitacionais são compostas por sala, 02 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, totalizando 54 metros quadrados, mais 200 metros quadrados para expansão e não são cercadas. O beneficiário que é

contemplado, querendo pode aumentar mais cômodos, porém, sem modificar sua estrutura. O Programa prevê a construção de cinquenta e sete casas populares em Antônio Pereira e cento e cinquenta e cinco em Cachoeira do Campo. Os moradores contemplados foram selecionados em cadastro feito em 2013, cadastro este que foi realizado e atualizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania. Os critérios usados para a escolha de prioridade são os beneficiários do auxílio moradia, renda per capita de até três salários mínimos, mulher chefe de família com filhos menores, pessoas do núcleo familiar com deficiência, pessoas idosas no núcleo familiar.

No ano de 2015, as obras foram interrompidas, pois houve um problema com a empresa contratada que acabou abandonando a obra e o convênio foi quase perdido, o que causou indignação e dúvidas por parte dos moradores. Somente em 2017 é que a Prefeitura retomou o convênio com o Governo Federal, dentro do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, do Ministério das Cidades, com recursos do PAC-FNHIS/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) e contrapartida municipal.

No distrito de Antônio Pereira, dezoito casas já haviam sido construídas e em agosto de 2020, mais dezesseis unidades habitacionais foram finalizadas. Até o momento, no Residencial Vila Alegre em Cachoeira do Campo, noventa e seis casas populares já foram construídas e entregues à população em 2016, e o processo de licitação de cinquenta e nove casas restantes foi liberado pela Caixa Econômica Federal. As casas vão sendo entregues aos poucos, de acordo com sua conclusão. No Residencial Dom Luciano Mendes de Almeida, a Prefeitura pretende construir mais vinte e três unidades habitacionais, mas ainda sem data prevista. Atualmente, nos dois conjuntos, as obras estão paralisadas.

O que presenciei, durante três semestres de estágio, foi a indignação dos beneficiários do Programa Auxílio moradia. Ao comparecerem à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania a cada seis meses para efetuarem a renovação do contrato do aluguel, nas visitas domiciliares e até mesmo ligando para a Secretaria ou indo pessoalmente perguntar para a assistente social, secretário ou diretor da habitação, quando esse aluguel terá fim e quando receberão a casa própria. Acontece que na maioria dos casos onde é comprovado pela Defesa Civil que há risco para a família e que não há condições de retorno, a Prefeitura faz a demolição do imóvel e insere essa família para o aluguel social por tempo indeterminado.

Está claro no PLHIS (2012), que no Programa “Um Teto é Tudo” existem projetos de construções de três conjuntos habitacionais. Realmente algumas casas já foram entregues, não todas destinadas aos beneficiários do Programa como relataram alguns beneficiários. Com a

invasão ocorrida no Residencial Vila Alegre em Cachoeira do Campo, a justiça determinou posse a essas famílias que invadiram. No Residencial Dom Luciano também há relatos de que pessoas não cadastradas receberam as casas. Ao realizar este trabalho de conclusão de curso, minha intenção era ouvir alguns moradores que propusessem contar suas histórias, relatar possíveis erros nas entregas desses imóveis. Porém, infelizmente, tive que mudar a forma de ministrar minha pesquisa devido ao agravamento da Pandemia do Covid -19 em Ouro Preto. A cidade encontra-se em estado de atenção no que se refere a transmissão da doença, e isto mudou nossa rotina. Por medida de segurança e precaução, decidi realizar minha pesquisa através de documentos que consegui acessar no Setor de Habitação durante meu período de estágio, juntamente com anotações do meu diário de campo feito durante o processo e documentos digitalizados pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto e Pela Câmara Municipal de Ouro Preto.

Sobre as construções das casas populares, bem como as queixas e até denúncias de possíveis irregularidades, é preciso que haja uma averiguação complexa nesse eixo. A demanda de serviços no setor de habitação deste município é extremamente extensa, apenas uma assistente social para responder e dar andamento às questões que chegam diariamente. Durante o tempo que estive estagiando e também coletando informações para esta pesquisa, não houve tempo, muito menos pessoal para montar uma equipe exclusiva para estudar, corrigir e até mesmo solucionar possíveis falhas no Programa “Um Teto é Tudo” no que se integra os conjuntos habitacionais Vila Alegre e Dom Luciano Mendes de Almeida. Para isto, seria fundamental contratar um assistente social e equipe para tratar somente as questões desses conjuntos.

O cotidiano atual do auxílio moradia é bem custoso, exige muita atenção, dedicação da equipe, são muitas visitas domiciliares, organizações dos processos dos aluguéis, atendimentos aos beneficiários que muitas vezes chegam com outras demandas e necessitam de encaminhamentos junto à rede socioassistencial. No PLHIS (2012) mostrou que para sua elaboração, a equipe era escassa, com número de pessoal abaixo do necessário, o que acaba por sobrecarregar os funcionários atuais. Este fato se apresenta novamente, tornando o trabalho profissional precarizado em alguns segmentos. No que se refere aos problemas apontados nos dois conjuntos residenciais, essa falta de pessoal para trabalhar exclusivamente neste foco, impede de conhecer de fato os reais problemas e dificuldades na transparência desses problemas.

Consta no PLHIS (2012), projetos que começaram mas até o momento atual não foram concluídos por vários fatores. Dentre eles, percebe-se a burocracia e a falta de prioridade dos gestores como os piores. A cada eleição, quando o município troca de gestores, as prioridades

mudam, os serviços que já estão em execução começam a retroceder e muitas vezes param. Como sempre, a população mais vulnerável é a que mais sofre com essas mudanças.

Acontece que, em 2007, o Governo Federal liberou a verba para a construção das unidades habitacionais, onde seriam construídas quase 300 casas. Destas, a realidade é que atualmente, menos da metade ficaram prontas e foram disponibilizadas a população carente. Existem muitas famílias que estão no aluguel social desde sua implantação em 2006 e que não foram contempladas com as casas dos três projetos mencionados.

Infelizmente, só resta esperar por algo que no momento não existe em tempo real. No papel existem projetos que precisam ser melhorados, atualizados e finalmente executados para atender a quem de fato necessita de um lar. Hoje, são aproximadamente 140 beneficiários dependentes do aluguel social da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

### 3.2 SILENCIAMENTO E INVISIBILIZAÇÃO: O BENEFÍCIO COMO “BENESSE” E A POLÍTICA QUE NÃO EMANCIPA AS/OS USUÁRIAS (OS)

Conforme já apontado anteriormente, havia em nós, o interesse em trazer a voz dessas/es usuárias (os) para este trabalho via entrevistas. No entanto, em virtude da pandemia do COVID-19 (que infelizmente, ainda está longe do fim), ouvi relatos comoventes de beneficiários durante o período de estágio, que tiveram seus imóveis demolidos e que receberam a promessa ao serem retirados, que logo conseguiriam suas casas.

Conheci várias (os) que já faleceram sem voltar para sua propriedade, e que inclusive, tiveram o benefício cortado. Sobre o projeto de reformas mencionado no PLHIS (2012), este não existe mais há muitos anos, pois, quando se troca os gestores, as prioridades são afetadas. Penso que com este programa de reformas, iria trazer economia aos cofres municipais, pois às vezes uma reforma resolveria certos casos, ao invés de direcionar a família para o aluguel por tempo indeterminado.

Anualmente, hoje, o valor do auxílio moradia custa aos cofres municipais aproximadamente R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais) por ano. Quando aparece alguma ordem judicial determinando a inclusão imediata de alguma família, a assistente social faz a visita, recolhe a documentação e monta o processo para inclusão rapidamente. Hoje, existe no município uma fila de espera de beneficiários que necessitam da inclusão no auxílio e que atendem todos os critérios para se ter este direito, porém, como este benefício do aluguel é

mantido com recursos arrecadados pelo município, o mesmo alega dificuldades em aumentar o número de beneficiários. É preciso que alguma família beneficiária seja desligada ou ganhe uma casa que esteja pronta para outra família ocupar o lugar no aluguel social.

Dentro do cenário de dificuldades financeiras que abrangem todo o país, agravado pela pandemia do Covid -19, observamos, que aumentou drasticamente a vulnerabilidade social dos sujeitos que necessitam de inclusão no programa de moradia, mas que em contra partida, os recursos sofreram cortes, enxugamentos e até mesmo extinção. O reflexo da ausência de uma economia fortalecida e a falta de atenção do atual (des) governo, principalmente no ano de 2020, tem recaído sobre a população mais vulnerável o peso dessas ausências.

A moradia, mesmo sendo direito constitucional, neste momento em que o país vive, não é vista como urgência, mesmo com situações de extrema pobreza. Assim, as obras de construção sofrem paralizações, quando acontecem são bem lentamente e sem perspectivas de término. Infelizmente, a pandemia do Covid 19 agravou ainda mais o que já estava ruim. Em Ouro Preto, o que se mantém certo mesmo é o auxílio moradia para estas 140 famílias por tempo indeterminado enquanto estas atenderem os critérios para permanência.

Como relatei anteriormente, os beneficiários inclusos no Programa Auxílio Moradia precisam comparecer presencialmente a cada semestre na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania, munidos de documentos originais e cópias de todos os membros do núcleo familiar que residem no imóvel locado pelo município. Tais documentos necessários para ingresso e/ou renovação no aluguel social são: cópia das Carteiras de Trabalho e do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) dos membros da família em idade de trabalho; Carteira de Identidade ou Certidão de Nascimento; Contracheque atualizado de quem possui vínculo empregatício e comprovante de valor recebido a título de aposentadoria; comprovante de endereço atualizado; Número de Identificação Social (NIS). Neste processo de renovação, os beneficiários são avisados previamente com panfletos / telefonema e geralmente tem um prazo de 60 (sessenta) dias para comparecerem ao Setor de Habitação.

Os beneficiários são em sua maioria mulheres solteiras e com filhos. Muitas são as chefes de família e criam sozinhas seus filhos e relatam que os genitores não pagam pensão. Como narram Oliveira e Cassab (2010), sobre a relevância do papel da mulher em manter o equilíbrio familiar, onde muitas vezes ela se sobressai como o membro principal do arrimo da família, ingressando no mercado de trabalho, coordenando a renda e assumindo o cargo de líder familiar. A mulher como chefe de família tem o poder e responsabilidade pela manutenção do

grupo familiar, pois estabelece e mantém os vínculos afetivos, lutando sempre em prol de suas conquistas.

Nos atendimentos, elas buscam orientação e indagam sobre as políticas sociais vigentes, sobre o que tem direito e tiram dúvidas com a assistente social. Cada um com sua particularidade e em muitos casos necessitam de um suporte além da demanda da habitação. É comum perguntarem quando receberão a casa própria pelo fato de estarem há muitos anos no auxílio moradia, não é possível respondê-los devido ao atual contexto financeiro do município e que além disso, não projeta uma ação definitiva e rápida para zerar a fila do aluguel social.

Os gestores, ao manterem o pagamento em dia dos aluguéis, procrastinam em efetivar uma medida em que resolva a questão da moradia das pessoas carentes que sem outra alternativa, vivem em encostas e bairros periféricos sem segurança para sua vida. Para quem é acolhido pelo programa, fica refém do auxílio moradia por tempo indeterminado. Muitos tiveram seus imóveis demolidos por estarem situados em terrenos de área de risco, foram removidos e hoje só restaram os lotes. Alguns reclamam que esses lotes são invadidos por outras famílias que também carecem de moradia. E quando isto acontece, o município não se responsabiliza, ou seja: acontece mais uma perda para esse beneficiário.

Quando são retirados de suas residências e inclusos no Programa, os beneficiários se tornam os responsáveis em escolher as casas que serão alugadas pela Prefeitura e também por sua manutenção. Contas de energia elétrica e água também são de responsabilidade dos inquilinos.

### 3.3 ESTÁGIO E A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: ANÁLISE DO PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EXECUÇÃO DO “PROGRAMA UM TETO É TUDO”

Durante meu período de estágio, observei a dinâmica do Programa Auxílio Moradia, como o processo de inclusão, exclusão ou indeferimento das famílias, bem como a continuidade no aluguel social, que são fatores que exigem a atualização da documentação semestralmente para assim realizar a renovação do contrato. De acordo com a lista da documentação obrigatória para este processo, notei que são muitos documentos que em muitos casos geram esquecimento e até confusão por parte dos beneficiários.

A observação participante foi um fator importante no meu processo de estágio, pois ao observar o cotidiano profissional, pude compreender a dinâmica do “Programa Um Teto é

Tudo” e trazer elementos para elaboração do meu projeto de intervenção, bem como para esta pesquisa. Desta forma, saliento que:

Na observação participante, é preciso atentar para o aspecto ético e para o perfil íntimo das relações sociais, ao lado das tradições e costumes, o tom e a importância que lhes são atribuídos, as ideias, os motivos e os sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida, verbalizados por eles próprios, mediante suas categorias de pensamento. Assim, é preciso observar o conjunto das regras formuladas ou implícitas nas atividades dos componentes de um grupo social. Também é necessário observar como essas regras são obedecidas ou transgredidas e como ocorrem os sentimentos de amizade, antipatia ou simpatia que permeiam os membros do grupo. Com o auxílio da observação participante, o pesquisador analisa a realidade social que o rodeia, tentando captar os conflitos e tensões existentes e identificar grupos sociais que têm em si a sensibilidade e motivação para as mudanças necessárias (QUEIROZ, Danielle et al., 2007, p. 278).

A renovação se torna necessária, pois a assistente social ao rever a família e analisar a documentação atual, averigua se esta família ainda mantém os critérios para continuar no benefício já que, a profissional reavalia as condições socioeconômicas dos beneficiários. Assim, o município atualiza os dados e desta forma garante o pagamento dos aluguéis dos que atendem os critérios de acesso do programa em questão. Presenciei que muitos usuários não comparecem para fazer a renovação mesmo sendo avisados previamente, ou ignoram algum documento, o que atrasa a renovação, prejudicando o andamento dos processos. Notei que, para a boa funcionalidade do programa, a instituição e usuários possuem iguais responsabilidades para a permanência deste benefício.

Então ao concluir que o serviço não se efetua de forma plena, já que há dificuldade de muitos beneficiários em conhecer o trabalho realizado pelo município para um bom desempenho do Programa, e também por parte da instituição, em esclarecer as dúvidas dos mesmos, verifiquei a necessidade de desenvolver meu projeto de intervenção no sentido de esclarecer os beneficiários em seus direitos e deveres, e esclarecê-los sobre como acontece o trabalho da assistente social no setor da habitação. Em vários casos, a assistente social precisa se deslocar para a casa dos que não comparecem, pois se a renovação não é feita, o pagamento não é depositado para o proprietário ou se o beneficiário desaparece, o benefício pode ser cancelado.

O propósito do meu projeto de intervenção é instruí-los de forma objetiva e clara, sobre a dinâmica do Programa Auxílio Moradia, visando uma melhora nos atendimentos. Elaborei folders educativos que foram distribuídos durante os atendimentos dos usuários. É atribuição do assistente social orientar indivíduos e grupos, auxiliando na identificação de recursos e proporcionando o acesso aos direitos sociais. Destaco deste modo que este projeto veio ao

encontro dos princípios fundamentais do nosso Código de Ética (CFESS 273/1993), como ter um posicionamento a favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática e também ter compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população com o aprimoramento profissional.

Como previsto no Art.8º do Código de Ética Profissional do Assistente Social:

São deveres do/a assistente social: a- programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente; b- denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário; c- contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária; d- empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais; e- empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos/as usuários/as (BRASIL, 1993).

Para implementação deste projeto, tive que mudar minha programação devido a Pandemia do Corona Vírus que trouxe mudanças importantes na rotina de atendimentos e com isso os trabalhos eram realizados em dias escalados. O semestre 2020/01 também teve menor duração, 03 meses apenas. Isso foi um desafio em poder cumprir as horas obrigatórias de estágio, implementar meu projeto de intervenção, criando, distribuindo e analisando o resultado da elaboração dos folders e conciliar esse tempo para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A cidade de Ouro Preto aderiu ao Plano Estadual Minas Consciente que orientava a retomada segura das atividades econômicas nos municípios do Estado. Assim, visando conter a evolução da Pandemia, a cidade entrou na chamada Onda Roxa, adotando medidas mais rígidas e mantendo em funcionamento apenas os serviços essenciais. O setor de habitação é considerado essencial, com isso, os funcionários se intercalavam nos dias de trabalho. Isto de certa forma me prejudicou porque precisava de um tempo maior para elaborar o folder e para distribuí-lo. Em dias alternados, a demanda de trabalho no setor aumentou, isso impossibilitou que a assistente social que me supervisionava, me orientasse na criação do folder. Essa orientação foi primordial, pois esse material precisava ser escrito de forma clara e objetiva para o entendimento de todos os que o lessem. Demorou um pouco para finalizarmos o trabalho, e no momento da distribuição, essa ficou comprometida pela diminuição no número de atendimentos no setor. Com a Onda Roxa, o atendimento ao público foi muito reduzido, fazíamos neste período, três atendimentos por dia de trabalho, como medida de prevenção da doença.

No final, a avaliação foi positiva, mesmo não sendo como planejado. Correndo contra o tempo para cumprir as horas obrigatórias de estágio e para a execução e implementação do projeto de intervenção. O que priorizamos em primeiro lugar foi a prevenção da nossa saúde e de todos ao nosso redor. Gostaria de entrevistar alguns beneficiários para elaboração desta pesquisa, mas devido a situação atual gerada pela Pandemia do Corona Vírus, decidi mudar para uma pesquisa bibliográfica e documental.

Recorro a anotações realizadas durante o estágio obrigatório, cópias de documentos disponibilizados pelo setor de habitação, documentos digitalizados on-line, artigos, teses, dissertações e livros. Não é o momento de se aproximar das pessoas e de ter um contato físico. Infelizmente esta minha decisão se faz necessária como medida de segurança para a não propagação do Corona Vírus. Neste momento em que realizo este trabalho, o número de infectados ainda é expressivo e continua aumentando aqui em Ouro Preto e no resto do mundo. O calendário acadêmico 2020/02 se mantém menor, o que reafirma esta minha necessidade de seguir esta pesquisa através de consulta bibliográfica e documental.

Silva (2015), esclarece que nossa ação profissional precisa ter uma intervenção ética, pelo compromisso com a classe trabalhadora, com a realização dos direitos e a mediação para o atendimento das necessidades sociais. O nosso Código de Ética de 1993, que vigora até os dias atuais, tem uma perspectiva teórico crítica sobre a sociedade de classes. Documento este, que orienta o nosso comportamento ético profissional, oferecendo seus objetivos éticos políticos e padrões para o exercício profissional.

Não podemos aceitar uma sociabilidade de exploração imposta pelo capitalismo. Precisamos afirmar o compromisso com a classe trabalhadora, visando a construção de uma nova ordem social. Para isto, devemos ter um olhar crítico da realidade, sempre questionando e mobilizando por melhorias, pela garantia de direitos, democratização das políticas públicas que são universais. Como profissionais, devemos seguir nosso Projeto Ético-Político e o nosso Código de Ética, respeitando suas diretrizes, no propósito de superar as contradições e conflitos colocados em nosso cotidiano profissional.

O Código de Ética de 1993 indica princípios fundamentais a serem apreendidos pelos profissionais, e, destacam-se como princípios fundamentais: o reconhecimento da liberdade, a defesa aos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, a democracia, favorecimento da equidade e justiça social, a eliminação de todos os tipos de preconceitos, a garantia do pluralismo, a opção por um projeto profissional que vise a construção de outra forma de sociedade (sem exploração). Como também a articulação com movimentos sociais, compromisso com a qualidade de serviços e a negação da discriminação (de classes sociais, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física e mental) (Silva, 2015, p. 04 apud CFESS, 2011).

Silva (2015), explica que a liberdade é destacada como valor ético central, a democracia como valor político central e a emancipação como valor central de caráter humano-genérico. O valor da liberdade é visto como fonte para conquista de outros valores como a emancipação, a autonomia e o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais, o que se remete ao significado do fim da exploração do homem pelo homem.

Desta forma, quando há o comprometimento com a liberdade através da ética, é imprescindível que os assistentes sociais neguem os valores conservadores, o preconceito, a violência, o autoritarismo e assim, respeitem os direitos humanos. Está no Projeto Ético Político do Serviço Social que:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central- a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p. 03).

Nossa atuação profissional precisa estar pautada nos interesses da sociedade, pensando na transformação de vida desses sujeitos. Então, nossos projetos sociais precisam ser transformadores, respeitando o nosso Projeto Ético Político. Não podemos manter a conservação da ordem social, que neste modo de produção capitalista, é excludente e desigual, prejudicando substancialmente a vida das pessoas, que a cada dia sofrem com o crescimento das desigualdades sociais. Nossa intervenção cotidiana necessita do conhecimento da realidade em sua totalidade, para assim dar uma resposta efetiva às demandas que se apresentam.

Teixeira e Braz (2009), discorrem que o projeto profissional do Serviço Social, denominado projeto ético- político, está vinculado ao projeto societário de transformação da ordem social vigente capitalista. Esse projeto profissional está vinculado a um projeto de transformação da sociedade e exige um direcionamento ético e político dos profissionais para uma intervenção profissional, pois, a atuação ocorre em meio ao movimento de classes.

O projeto ético-político do Serviço social é o compromisso com a classe trabalhadora. Segundo Yamamoto (2012, p. 224) “esse projeto profissional é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política”. Sendo assim, o agir profissional já não é mais marcado pelo conservadorismo.

Nosso projeto concretiza-se através das ações profissionais no dia-a-dia, e possui três dimensões:

A primeira dimensão refere-se à modalidade teórico-metodológica da profissão, que expressa a produção de conhecimento feita pelos próprios profissionais, com

tendências teóricas críticas do pensamento social, não cabendo assim, pressupostos filosóficos conservadores que visam a manutenção da ordem. A segunda dimensão é a forma política como se organiza a profissão, por meio de entidades representativas, como os Conselhos Federais e Regionais do Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e as outras associações políticas e os movimentos estudantis representada pelos Centros Acadêmicos (CAs), e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). A terceira dimensão é a jurídica-política que apresenta o aparato jurídico da profissão. São conjuntos de leis e resoluções que instituem o Serviço Social como: o atual Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão<sup>26</sup> e as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional, além do conjunto de leis da Constituição Federal de 1988, do Título VIII, da Ordem Social (SILVA, 2015, p. 06).

Silva (2015), salienta que através destas três dimensões que materializa o projeto profissional do Serviço Social, busca construir uma nova ordem societária, que supere a ordem social, econômica e política que se apresenta atualmente como hegemônica capitalista.

De acordo com Cardoso (2013), o assistente social comprometido com o projeto ético-político busca, mediante estratégias político profissionais, competência política, criticidade e criatividade, criar condições para o exercício da liberdade nos espaços coletivos cotidianos e nos campos de luta. Esses espaços mesmo com disputas político-ideológica fazem-se necessário a reflexão ética do exercício da liberdade.

No cotidiano profissional, verificamos que, para a realização de fato desse projeto existem muitos desafios e limitações, que se apresentam através de ameaças do modo de produção capitalista, direitos sociais abolidos, privatização do Estado, sucateamento dos serviços públicos, dentre outros.

Para Cardoso (2013), o modo de produção capitalista coloca limites na plena liberdade dos indivíduos. Acontece que, ao confrontar diretamente com esse modo de produção, surgem dificuldades em efetivar o projeto, já que as conquistas dos objetivos dependem do rompimento dos valores conservadores dentre os profissionais e da superação do capitalismo por parte da sociedade.

São desafios que precisam ser superados diariamente, para que a intervenção profissional aconteça com eficácia. “Não há neutralidade nesta intervenção e a direção política respalda-se no compromisso assumido com o projeto ético-político da profissão” (GUERRA, 2012, apud CFESS, 2016, p. 41). É importante frisar que:

Com a orientação do código de ética atual e com a efetivação desse projeto, o assistente social apresenta-se como formulador de políticas públicas e executor de

---

<sup>26</sup> Ver: BRASIL. Código de Ética profissional do/a Assistente Social. Lei nº 8662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Dispõe sobre a profissão de assistente social, já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Brasília, 7 jun. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm). Acesso em: 15 de julho de 2021.

políticas sociais, deve perceber as necessidades sociais e no conjunto dos movimentos sociais, lutar pela realização do atendimento das mesmas. Dessa maneira, pode-se visualizar o amadurecimento da categoria profissional, pois supera a tradição conservadora inerente da Igreja Católica e do pensamento positivista, que influenciou a ética profissional no início da história do Serviço Social (SILVA, 2015, p. 07).

No que se refere a habitação, mesmo sendo um direito constitucional, a realidade nos mostra o quanto é difícil ter uma moradia própria e digna no modo de produção capitalista, ao qual estamos inseridos. No nosso país, esta situação é caótica e expressiva. A população mais carente sem dúvidas é a mais afetada neste sentido, trabalha somente para sobreviver e não participa da distribuição de bens produzidos: apenas vende sua força de trabalho, é explorado enquanto trabalhador e excluído enquanto pessoa dentro deste cenário de produção totalmente desigual. A casa própria passa a ser um sonho impossível de realizar, devido ao descaso do poder público que não tem a habitação como prioridade nas políticas sociais. É notório que toda pessoa tem o direito de um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. É o mínimo que deveríamos ter em nosso cotidiano, porém as desigualdades geradas pelo capitalismo, nos deixam aquém dos direitos básicos de sobrevivência.

O trabalho social na política urbana, exercido por assistentes sociais sob a direção do projeto ético-político, deve estar orientado na perspectiva do direito à cidade. Nesse sentido, o desafio está na apropriação do “seu significado social no processo de reprodução das relações sociais, ante às profundas transformações que se operam na organização e consumo do trabalho e nas relações entre o Estado e a sociedade civil com a radicalização neoliberal” (Iamamoto, 2009, p. 368), refletidas na questão urbana. O que impõe apreender as determinações políticas, econômicas e sociais que demarcam as condições objetivas do trabalho do/a assistente social na sociedade brasileira contemporânea, para qualificar a intervenção profissional na multidimensionalidade da problemática social que se revela no espaço urbano, numa perspectiva de totalidade (CFESS, 2016, p. 41).

O assistente social então, precisa compreender a realidade em sua totalidade, analisando o contexto institucional, para assim elaborar projetos que transformem a questão urbana. A moradia é um direito fundamental e uma necessidade humana que precisa estar ao alcance da população. Ela representa a segurança, o porto de segurança e refúgio. E nossa profissão vem com o propósito de transformar essa mudança, assegurando que esse direito a cidade seja democratizado, trazendo políticas públicas mais abrangentes e garantindo que o direito a cidade seja de fato assegurado.

Observei durante meu período de estágio que o trabalho profissional muitas vezes recorre a rede sócio assistencial para resolver as demandas que chegam para além da questão

habitacional. Muitos beneficiários procuram orientações diversas que muitas vezes são resolvidas em outros setores da Prefeitura Municipal, dentre eles estão por exemplo assistência jurídica, encaminhamentos ao CRAS<sup>27</sup>, ao CREAS<sup>28</sup>, a Promotoria, ao SINE<sup>29</sup>, dentre outros. Temos apenas uma assistente social no setor da habitação, o que torna o trabalho extenso e sobrecarregado. Às vezes o trabalho se acumula e gera atraso na inclusão e/ou na correção dos processos que retornam ao setor por alguma divergência de dados. A atribuição profissional da assistente social neste espaço não se fixa somente sobre a habitação, ela se articula com profissionais de outros setores para dar respostas aos usuários que procuram por atendimento. É nítido que precisa aumentar o número de profissionais para melhorar e agilizar os serviços prestados neste espaço.

Outra observação importante foi percebida por mim durante as visitas domiciliares nos distritos do município: falta recursos que fazem os moradores a se deslocar até a sede, o que algumas vezes se torna difícil devido ao acesso. As casas alugadas nos distritos muitas vezes possuem condições básicas de habitabilidade, poderiam ser melhores devido ao valor pago no aluguel.

---

<sup>27</sup> Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): é responsável pela prevenção de situações de vulnerabilidade ou de risco social. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

<sup>28</sup> Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): trata das consequências e acompanha as famílias e indivíduos que sofrem violação dos direitos ou que estão vivendo situação de violência. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

<sup>29</sup> Sistema Nacional de Emprego: Serviço de busca de vagas de emprego e agendamento de entrevista com possíveis empregadores. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A habitação social requer qualidade e não caridade.” (Alejandro Aravena)<sup>30</sup>*

FIGURA 5: CHARGE SOBREVIVENDO A PANDEMIA



31

No setor de habitação da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, percebo que a dificuldade em solucionar o problema da moradia se expressa pela falta de interesse por parte da administração em priorizar a questão habitacional no município, isso prejudica o trabalho profissional, que fica limitado em oferecer o aluguel social a quem recorre a esse tipo de política pública.

<sup>30</sup> Um dos arquitetos mais importantes da América do Sul. Por conta de suas propostas na área da habitação social, se destacou no mercado mundial.

Através do seu trabalho, Alejandro Aravena tenta combater os problemas mais graves das áreas urbanas, como questões ambientais, econômicas e sociais. Fonte: VIVA DECORA. **Alejandro Aravena**: saiba mais sobre as obras de um dos arquitetos mais importantes e humanitários da América do Sul. 28.08.2019. Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetos/alejandro-aravena>. Acesso em: 07 de ago. de 2021.

<sup>31</sup> Em meio as dificuldades sociais geradas com o aumento da pobreza, como enfrentar a Covid-19? Se falta moradia e emprego, como sobreviver em meio a pandemia? Fonte: MARINGÁ NEWS. **Charge**. 20.03.2020. Disponível em: <https://angelorigon.com.br/2020/03/20/charge-1578/>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

Chamou me a atenção o fato de constar em lei, que o auxílio moradia é executado por um tempo indeterminado, ou seja, centenas de famílias dependentes do aluguel social que por um tempo presente e com futuro desconhecidos, ficam reféns desse benefício, uma vez que não há uma ação política efetiva, que resolva a questão da moradia para quem precisou deixar as suas casas.

Isso causa preocupação e desesperança para os beneficiários e para quem trabalha diretamente neste setor, uma vez que o problema se arrasta por anos e que mesmo havendo trocas contínuas de gestão, o problema persiste.

A cidade de Ouro Preto, desde sua formação, possui terrenos íngremes e com o processo de extração do ouro, esses terrenos sofreram modificações em sua estrutura, piorando ainda mais esses espaços. E são nesses lugares que a população mais carente constrói suas casas, sem planejamento, sem mão de obra qualificada e o pior, sem um estudo por parte do município. Assim, as pessoas habitam áreas sem segurança, o que coloca em risco a vida das mesmas.

Outro fator que agrava a condição de vida desses moradores, é a segregação urbana, gerada pelo capitalismo, obrigando esses moradores a viverem em áreas periféricas, onde na maioria das vezes, inexistem as condições mínimas de habitabilidade. Longe do centro histórico, nos morros e nas encostas foram surgindo bairros ocupados por grande parte da população ouropretana. A cidade se expandiu sem um olhar especial a essas áreas. A população com baixo poder aquisitivo foi esquecida e fica exposta aos riscos que essa falta de condições impõe. Quando ocorre algum acidente, seja por condições climáticas, ou por qualquer outro motivo que abale a estrutura do terreno e/ou imóvel, essas famílias são inclusas no auxílio moradia e permanecem por tempo indeterminado.

Durante a elaboração desta pesquisa, no campo de estágio antes da pandemia do Corona Vírus- 19, ouvia as queixas dos beneficiários que não entendiam o porquê de não saírem do aluguel social. Alguns inclusive, faleceram neste período, e mesmo depois de longos anos no benefício do auxílio moradia, não conseguiram retornar para suas casas. É uma triste e dura realidade que acontece com quem é retirado de uma habitação que foi edificada onde era a única opção para não abrigar ruas ou desembolsar com aluguel.

Falta diálogo e entendimento neste sentido. Os beneficiários desconhecem a real dinâmica do programa, e isso causa vários problemas. Muitas vezes, o assistente social da habitação e equipe, são ameaçados e até agredidos por alguns beneficiários que já estão cansados de viverem de aluguel pago pela PMOP.

A realidade em que estamos vivendo, onde a Pandemia do Corona Vírus-19, contribuiu para aumentar as mazelas da população, com aumento do desemprego, das pessoas em situação

de rua, aumento nos preços de alimentos, gás, energia elétrica, impacta diretamente na piora de vida dessas pessoas. O governo diminuiu e/ou cortou recursos nas políticas sociais, os serviços públicos são precarizados (os) cada vez mais e os direitos adquiridos sofrem retrocessos. Mesmo sendo um direito, a moradia se torna cada vez mais distante da realidade das pessoas. A classe trabalhadora neste modo de produção vigente, recebe um salário mínimo que é incapaz de atender suas necessidades básicas. Mal dá para se alimentar, e o gasto com o aluguel, muitas vezes impossível de se manter, obriga essa grande parcela da população a viver na marginalidade, de forma indigna.

Assim, diante de uma sociedade capitalista cada vez mais destituída de direitos, a implementação da política urbana coloca-se como possibilidade de distribuição da riqueza socialmente produzida. Tal distribuição se expressa na moradia adequada, na disponibilidade dos serviços de saneamento e infraestrutura, na qualidade do transporte coletivo e na mobilidade, nos serviços e equipamentos urbanos, no uso da cidade respondendo à diversidade da dinâmica societária, independentemente da etnia, idade, orientação sexual, religião e capacidades (CFESS, 2016, p. 17).

Os assistentes sociais que atuam na política urbana precisam lutar junto com a população fazendo valer o seu direito de morar, de forma digna, pois a habitação é um direito constitucional e a política pública tem caráter universal. Projetos e mais políticas sociais nesse segmento precisam ser elaboradas para cobrar do Estado o seu dever de garantir a proteção social. Mobilizações populares também são muito importantes nesse sentido. Ao longo da história de Ouro Preto, houve a preservação do conjunto arquitetônico, porém na parte periférica não aconteceu nenhum estudo, planejamento ou melhoria. A cidade se expandiu nos morros e encostas, áreas consideradas de risco. Isso com certeza reflete até hoje fazendo aumentar o número de pessoas que são retiradas de sua casa por falta de segurança.

A PMOP, não consegue dar uma resposta definitiva aos beneficiários do auxílio moradia. O Programa “Um Teto é Tudo”, deixou de ofertar as reformas habitacionais como consta no PHLIS; as construções dos conjuntos habitacionais estão paralisadas; e o que perdura atualmente, é o pagamento do aluguel social.

Os gestores por não entenderem a importância em priorizar a habitação, acabam muitas vezes aceitando e naturalizando esta situação, causando desconforto, indignação, revolta e desesperança em quem está diretamente envolvido nesta questão.

Não é um favor em construir as moradias e devolvê-las aos beneficiários que há muitos anos foram retirados de seus imóveis! A moradia é um direito e este direito precisa ser respeitado. Diante dos fatos expostos neste trabalho, nota-se que o Programa “Um Teto é Tudo” “caducou” e mesmo com algumas alterações que o mesmo passou ao longo de sua criação, elas não foram capazes de solucionar o problema da moradia nesta cidade. Ele precisa ser

reformulado urgentemente para diminuir a fila dos beneficiários que esperam a volta para a casa própria, muitos necessitam apenas de uma reforma de contenção do terreno ou estrutura do imóvel, por exemplo. Não há a necessidade de manter todas essas mais de cem famílias no auxílio moradia por anos! É dinheiro público que precisa ser melhor distribuído. É preciso que os projetos dos Conjuntos Habitacionais saiam do papel e sejam executados como prioridade. O setor de habitação precisa de mais profissionais pois a demanda é extensa, e falta pessoas para contribuírem nesse trabalho.

São desafios que se colocam no cotidiano profissional e que precisam ser superados em respeito a essas mais de cem famílias cadastradas e outras mais que permanecem na fila de espera de uma moradia que as dê segurança e estabilidade.

Penso ser importante destacar, que o leme desses quase dois anos de estado pandêmico, é “se puder, fica em casa”. É ironia da realidade concreta, ficar em casa tornou-se necessidade vital, no entanto, se não há casa para ficar, não há como se resguardar. O que está posto, é que as/os usuárias (os) estão largados à própria sorte e a vida, é só questão de tempo. Urge a necessidade de olhar para a questão da moradia com lente de aumento, caso contrário, a realidade permanecerá inalterada.

Na conjuntura atual, para além da crise sanitária imposta pela pandemia do COVID-19, somam-se o aumento do desemprego, a informalização e “uberização” das relações de trabalho, bem como das terceirizações, subcontratações etc. Costa (2020), em alusão à *Revista Fórum* (grifos da autora), salienta que:

(...) os programas sociais não são considerados prioridade no governo Bolsonaro, haja vista que, no fim de 2019, houve reduções no orçamento tanto no Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida quanto no Programa Bolsa Família (PBF). A média de recursos destinada ao programa habitacional era de R\$ 11,3 bilhões por ano entre os anos de 2009 e 2018. Até julho de 2019, no entanto, o Minha Casa havia recebido R\$ 2,6 bilhões do Tesouro. Já os R\$ 30 bilhões destinados ao PBF em 2020 não sofreram alteração. Como não houve correção pela inflação, esses recursos deixarão de beneficiar as 13,8 milhões de famílias, reduzindo o benefício para apenas 13,2 milhões de famílias (COSTA, 2020. p. 975).

Infelizmente, as ações do Estado têm potencializado a letalidade do vírus. Ao se eximir de elaborar e executar políticas públicas de combate à pandemia, bem como as desigualdades sociais que assolam a população brasileira, o que se vê é a pobreza atingindo um alto índice o que eleva ainda mais o sofrimento de um povo que já sofre com inúmeras mazelas sociais, políticas, econômicas entre outras. Torna-se necessário, ações eficazes de recuperação da economia, ampliação os gastos necessários para que a população seja assistida e enfim recupere a dignidade em viver.

As reflexões traçadas até aqui, nos mostram que muitos são os desafios impostos a quem se coloca na contramão das imposições burguesas e do grande capital. Para os assistentes sociais, discentes e docentes, a saída está na luta coletiva e na construção de estratégias que nos permitam, realizar a luta diária contra as múltiplas opressões a que são submetidas (os) as/os trabalhadoras (es).

Por fim, ressaltamos que este trabalho não tem a pretensão de esgotar as discussões sobre habitação ou mesmo as políticas que envolvem o tema da moradia. No entanto, assumimos o compromisso ético político de apresentá-lo nos fóruns da categoria, nos espaços acadêmicos e ou ainda em outros eventos que me for permitido estar. Essa é a maneira que encontrei em “dar voz” e fazer ecoar um problema que assola as/os usuárias/os do Município de Ouro Preto/MG, mas que também, representa a realidade de muitas indivíduos/os espalhadas/os por esse imenso país. Assim, este foi mais um dos muitos esforços em interpretar as polêmicas que versam sobre a luta pelo direito a casa, pelo fim da concentração de terras e da propriedade privada, mas acima de tudo, pela garantia do direito à moradia digna a que cada cidadã/o brasileira (o) tanto almeja.

## Referências:

ALVES, Hariane; DIOGO, Stela. Moradias á Margem. Com relevo irregular e falta de planejamento, Ouro Preto enfrenta problemas de habitação. **Jornal Lampião**. Especial - Edição 22, 04 de abril de 2016. Disponível em: <<https://social.shorthand.com/JornalLampiao/n2kogp5NHc/moradias-a-margem>> Acesso em: 11 de Jun. 2021.

ANGUERA. **Observação participante** na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. [consulta. 2021-08-26 23:10:01]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$observacao-participante](https://www.infopedia.pt/$observacao-participante)> Acesso em: 26 de ago. 2021.

Arionauro Cartuns. **Charge Moradia Cidade no Brasil**. Disponível em: <<http://www.arionaurocartuns.com.br/2020/01/charge-moradia-cidade-no-brasil.html>>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani; DORNELAS, Humberto. **Memórias de Ouro Preto** / Lauro Sérgio Versiani Barbosa / Humberto Dornelas. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1993.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. História de Minas. Sala Ouro Preto. **Jornal Tribuna Livre de Ouro Preto**, ano II, n.39, p. 2, jul. 1947.

BARCELOS, Mariana. Capitania de Minas Gerais. In: **Biblio Atlas** - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <[http://lhs.unb.br/atlas/Capitania\\_de\\_Minas\\_Gerais](http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_de_Minas_Gerais)>. Acesso em: 09 de jul. de 2021.

BOHRER, Alex Fernandes. **Histórias, origens: Evolução Histórica e Urbana da Sede**. Disponível em: <<http://www.ouropreto.mg.gov.br/historia>>. Acesso em: Acesso em: 09 de jun. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Ouro Preto: um novo olhar** / Alex Fernandes Bohrer. São Paulo: Scortecci, 2011.

BONALDI, Emanuele Fraga Isidoro. Direito à moradia - diretrizes internacionais sobre o tema. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 23, n. 5605, 5 nov. 2018. ISSN 1518-4862. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/68877>>. Acesso em: 26 de mai. de 2021.

BRASIL. Código de Ética profissional do/a Assistente Social. Lei nº 8662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Dispõe sobre a profissão de assistente social, já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317**, de 26 de agosto de 2010. Brasília, 7 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)>. Acesso em: 15 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **DOU**. Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. HOUSING OF SOCIAL INTEREST. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, fev. 2018. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1980>>. Acesso em: 06 de jun. 2021.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. **Ouro Preto**. /Henrique Barbosa da Silva Cabral. – Belo Horizonte, 1969.

CARDOSO, Priscila Fernandes Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CASTRO, Alexandre. **Rede Urbana. Morfologia Urbana: Abordagens e Elementos Constituintes**, Segundo Vítor Oliveira, 2018. Disponível em: <<https://aredeurbana.com/2018/01/31/morfologia-urbana-abordagens-e-elementos-constituintes-segundo-vitor-oliveira/>>. Acesso em: 05 de jul. de 2021.

CFESS, Conselho Federal do Serviço Social. **Atuação de Assistentes Sociais na Política Urbana. Subsídios para reflexão**. Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_. **Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>. Acesso em 16 de jul. de 2021.

COELHO, José Efigênio Pinto. **Um Trabalho de Restauração e Pesquisa do Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto: A Mudança da Capital 1897-1987** / José Efigênio Pinto Coelho. Ouro Preto: Artes Gráfica Tiradentes LTDA, 1987.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**. v. 54, n. 4, p. 969-978, Jul-Aug 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>> Acesso em: 09 de Ago. de 2021.

CRESS. **Conselho Regional de Serviço Social 21ª região**. CRESS MS. Disponível em: <<http://www.cress-ms.org.br/>>. Acesso em: 16 de jul. de 2021.

CUCOLO, Eduardo. Pandemia pode deixar até 12,6 milhões de desempregados no Brasil, aponta estudo. In: **Blog do Ronaldo Braga**. 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.ronaldobraga.com/2020/04/pandemia-pode-deixar-ate-126-milhoes-de.html?spref=pi>>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

Data viva. **Perfil Geral Ouro Preto**. 2021. Disponível em: <<http://dataviva.info/pt/location/4MG030503>>. Acesso em: 9 de ago. de 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social & Sociedade** [online]. n. 120 p. 706-722, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.006>>. Acesso em: 29 de Jun. de 2021.

GÓES, Carlos. **Histórias da Terra Mineira**. Rio de Janeiro: Garnier, 1994.

GOVERNO FEDERAL. Gov.br. **Instituto Do Patrimônio Artístico Nacional**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/órgãos/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional>> Acesso em: 05 de fev. de 2021.

\_\_\_\_\_. Gov.br. Minas Gerais. **Criar Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (Compdec)**. 28/07/2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/criar-coordenadoria-municipal-de-protecao-e-defesa-civil-compdec>>. Acesso em: 30 de jun. de 2021.

\_\_\_\_\_. Gov.br. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e>>

gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico/cadastro-unico>. Acesso em: 30 de jun. de 2021.

\_\_\_\_\_. Gov.br. **O que é a Covid-19**. 08/04/2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES** [online], v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>>. Acesso em: 29 de Jun. de 2021.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. **Política de habitação social e o direito à moradia no Brasil**. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, v. 2008, p. 26-30, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed., São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

JARDIM, Bianca Teixeira Domingues; MARINHO, Nirelle Rodrigues; GOMES, Thalissa Santana Salsa. **Escravidão contemporânea no Brasil e as tendências do capitalismo**. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/16552>>. Acesso em: 02 de Ago. de 2021.

JÚNIOR, Augusto de Lima. **A Capitania das Minas Gerais**/Augusto de Lima Júnior. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. **Vila Rica de Ouro Preto: Síntese histórica e descritiva** / Augusto de Lima Junior. Belo Horizonte: PAP. Tip. Brasil de Velloso S.A, 1957.

LEÃO, Talita França; et al. **Movimentos Sociais no Brasil: MST e MTST**. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/nugea/files/2016/06/Texto-Nugea-Talita-Fran%C3%A7a2.pdf>>. Acesso em: 29 de mai. de 2021.

LIMA, Daniela de. A Ditadura Militar, a Redemocratização e a Democracia Representativa no Brasil. **Revista Jurídica – CCJ**, v. 16, n. 31, p. 75 - 92, jan./jul. 2012. ISSN 1982-4858.

MARINGÁ NEWS. **Charge**. 20.03.2020. Disponível em: <<https://angelorigon.com.br/2020/03/20/charge-1578/>>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, " questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, p. 270-287, 2012.

NAÇÕES UNIDAS CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina. **Sobre a CEPAL**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/>>. Acesso em 17 de jul. de 2021.

NASCIMENTO, Bárbara; et al. “Se morar é um direito, ocupar é um dever”: MTST, o movimento que assina essa máxima: Para Uma Vida Digna. *In*: Núcleo Piratininga de Comunicação. **Vozes das Comunidades**. 1 jan. Disponível em: <<https://nucleopiratininga.wixsite.com/vozesdascomunidades/post/se-morar-%C3%A9-um-direito-ocupar-%C3%A9-um-dever-mtst-o-movimento-que-assina-essa-m%C3%A1xima>>. Acesso em: 28 jun.de 2021.

OLIVEIRA, Marcelo Nascimento de; CASSAB, Latif Antônia. **O Serviço Social na habitação: O trabalho social como instrumento de acesso das mulheres à moradia**. Anais

do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Federal de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. GT 1. Gênero e políticas públicas – Coord. Silvana Mariano.

OURO PRETO - PREFEITURA MUNICIPAL. Lei nº 1076, de 26 de dezembro de 2017. Altera redação da lei nº264, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre o projeto de apoio emergencial a moradia e da outras providências. **Projeto de Lei**: autoria: prefeito municipal. Ouro Preto, 27 dez. 2017. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma\\_juridica/NJ\\_img\(16714\).pdf](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img(16714).pdf)>. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 264, de 13 de Julho de 2006. Dispõe o projeto de apoio emergencial à moradia e dá outras providências. **Projeto de Lei**: autoria: prefeito municipal. Ouro Preto, 19 jul. 2006. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma\\_juridica/NJ\\_img\(5528\).pdf](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img(5528).pdf)>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

PENA, Thaís Proença Diniz. **Ouro Preto Passo a Passo**. Ouro Preto: Sografe, 2000.

PLHIS - **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Etapa 2- Diagnóstico. Ouro Preto, Minas Gerais: CRB Arquitetos. 2012.

Politize. **Plano diretor: como é feito e para que serve?** 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/>>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

PORTO, Priscila. Ouro Preto completa 308 anos de história com muitas atrações - Um pouco sobre a história de Ouro Preto. **Jornal O Liberal**, ano XXXII- edição nº1347, circulação semanal, sexta-feira, 12 de julho/2019.

QUEIROZ, Danielle et al. **Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicações na Área da Saúde**. R Enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2007. Abr/jun; 15(2):276-83.

REIS, Liana Maria. Criminalidade Escrava na Capitania de Minas Gerais. CECO Casa dos Contos: **Revista do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro**, Ouro Preto, n.6, p. 24-27, dez. 2008.

Revista Fórum. **Auxílio Moradia: A charge do dia, por Duke**, 03 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/auxilio-moradia-charge-do-dia-por-duke/>>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

Revista Qual Imóvel. **Minha Casa Minha Vida: Saiba o que mudou com o novo programa em 2021**, 14 de abril de 2021. Disponível em: <<http://www.revistaqualimovel.com.br/noticias/minha-casa-minha-vida-saiba-o-que-mudou-com-o-novo-programa-em-2021>>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

SADER, Emir. Ditaduras Militares. In: **Enciclopédia Latino Americana**. São Paulo: Boitempo, 2015.

Sesmaria de ouro preto – registro da carta de sesmaria. **Jornal Tribuna de Ouro Preto**, Diretor: Antônio Guimarães de Oliveira. Ano II, n.39, p.2, jul.1947.

SILVA, Jackeline Araújo. O Código de Ética do/a assistente social e o projeto ético-político: uma trajetória histórica de mudanças. In: **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. 27 a 29 de outubro de 2015.

SOBREIRA, Frederico Garcia; FONSECA, Marco Antônio. Impactos físicos e sociais de antigas atividades de mineração em Ouro Preto, Brasil. **Revista Geotécnica**, v. 92, p. 5-28, 2001.

SOCIOLOGIA DE VOTUPORANGA. **Sociologia do Sertão**. Disponível em: <<http://sociologiadevotuporanga.blogspot.com/2014/05/revisao-da-avaliacao-da-3-serie-do.html>>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato** / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017. ISBN 978-85-441-0537-5.

TÁRCIA, Christina. O Tamanho da Vila. **Jornal Ouro Preto**. Ouro Preto, ano 5, n.63, fins de outubro de 1997.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **CFESS**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**. Ed. Perspectiva, 1977.

VIEIRA, Liliane de Castro. O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto. 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.16.2016.tde-01092016-160527. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

VILLAÇA, Mariana Martins. **A Redemocratização na América Latina- Apresentação**. São Paulo, 2016.

VITORINO, Artur José Renda. **Escravidão e Capitalismo**. Notas de leitura do modelo Sistema Colonial nos anos de 1970. USP, Ano IV, n.6, p.37-56, 2013.

VIVA DECORA. **Alejandro Aravena: saiba mais sobre as obras de um dos arquitetos mais importantes e humanitários da América do Sul**. 28.08.2019. Disponível em: <<https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetos/alejandro-aravena>. > Acesso em: 07 de ago. de 2021.